

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - NUCS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

Lílian Kécia Saldanha Rabelo Campelo

**A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E
AMBIENTAL À REFORMA AGRÁRIA PARA O FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR EM RONDÔNIA**

Dissertação de Mestrado

PORTO VELHO

2008

LÍLIAN KÉCIA SALDANHA RABELO CAMPELO

A Contribuição do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária para o fortalecimento da Agricultura Familiar em Rondônia

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Rondônia, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração para obtenção do título de Mestre em Administração.

Linha de Pesquisa: Gestão de Agronegócio e Sustentabilidade

Orientadora: Prof^a. Dra. Mariluce Paes de Souza.

PORTO VELHO

2008

- C193c Campelo, Lílian Kécia Saldanha Rabelo
A Contribuição do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária para o Fortalecimento da Agricultura Familiar em Rondônia/ Lílian Kécia Saldanha Rabelo Campelo. Orientadora Mariluce Paes de Souza.- Porto Velho, 2008.
143p.
- Dissertação apresentada à Fundação Universidade Federal de Rondônia para obtenção do título de Mestre em Administração
- 1.Agricultura Familiar– Rondônia 2.Administração Rural-Rondônia I.Título
- CDU:332.282 (811.1)

LÍLIAN KÉCIA SALDANHA RABELO CAMPELO

**A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E
AMBIENTAL À REFORMA AGRÁRIA PARA O FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR EM RONDÔNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração da Universidade Federal de Rondônia, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Administração, aprovado pela seguinte banca examinadora:

Aprovada em 16/09/2008.

**Profo. Dr. José Moreira da Silva Neto (Coordenador do PPGMAD)
Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)**

**Profo. Dr. Raimundo Cláudio Gomes Maciel (Membro externo da banca)
Universidade Federal do Acre (UFAC)**

**Profo. Dr. Theophilo Alves de Souza Filho (Membro da banca)
Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)**

**Profo. Dr. Carlos André da Silva Muller (Membro da banca)
Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)**

**Profa. Dra. Mariluce Paes de Souza (Orientadora)
Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)**

**PORTO VELHO
2008**

Dedicatória

Ao Hélio Netto, minha fonte de inspiração e amor, te dedico essa conquista meu filho.

Para André, meu companheiro, que tanto me incentivou, dedico-lhe essa conquista.

Ao meu avô Manoel Paulo Saldanha (*in memoriam*), com muito carinho te dedico essa vitória, já que não houve tempo para te ofertar os frutos dessa conquista.

AGRADECIMENTOS

À DEUS, que na sua infinita misericórdia, esteve presente na minha vida, em todos os momentos, amparando-me e dando-me força para seguir adiante.

À minha família – André e Hélio Netto – que procuraram entender na medida do possível, a ausência constante, as intermináveis horas de estudo e as vezes em que precisei me amparar diante de algumas dificuldades. Estou consciente que a jornada não foi fácil para vocês e agradeço o tamanho esforço dispensado.

À Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

Ao Núcleo de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia, pelo suporte dado aos alunos do mestrado, quando do empenho para a realização de visitas acadêmicas a Instituições Estaduais, bem como a participação de mestrandos em Congressos. Estendo ainda, os agradecimentos à secretária Fátima de Lima pela presteza para com os pesquisadores.

Ao Centro de Estudos Interdisciplinar de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (CEDSA) pelo ambiente acolhedor.

Ao Instituto de Estudos e Pesquisas do Agronegócio Rondoniense (IEPAGRO).

À Profa. Dra. Mariluce, sou profundamente grata pela orientação rigorosa e extremamente competente, sem o qual este trabalho não seria realizado. Os seus ensinamentos me fizeram amadurecer como pessoa e pesquisadora. Muito obrigada!

Ao Profo. Dr. Theophilo, pelas contribuições acadêmicas apresentadas principalmente nas discussões realizadas pelo grupo de pesquisa GEPAGRO.

Ao Profo. Dr. Carlos André, pela disposição em compartilhar o conhecimento, agradeço as oportunas e importantes contribuições.

À Profa. Ms. Rosália Passos, pelo olhar criterioso em prol do aperfeiçoamento deste trabalho.

Ao Coordenador do Programa de Pós-Graduação: Mestrado em Administração e demais professores, por proporcionar aprendizado nas disciplinas ministradas.

Aos amigos e Professores Mestres Nara Serra e Petrus de Luna, no qual tive o privilégio de conhecer e sou muito grata pelo incentivo e por reconhecerem que eu dispunha de capacidade para encarar esse desafio, e com apreço, se fizeram presentes nessa etapa tão importante.

À D. Nazaré, por todo empenho, dedicação, amor e carinho que a mim e a minha família foram dispensados, especialmente por suprir inúmeras vezes, de maneira brilhante, a minha ausência nas atribuições maternas. Agradeço também a sua família por compreender e por partilhar conosco tantas alegrias.

À Catarina, minha “mãe-tia”, pelo desafio de cumprir um papel difícil, porém gratificante, e que felizmente hoje, posso retribuir com uma conquista tão valiosa. Obrigada pelos teus ensinamentos e apoio.

À Kamylla, minha irmã querida, que diante de seu espírito fraterno, se fez presente para suprir, mais uma vez, a minha ausência nas atribuições maternas, e o fez, sem dúvida, com muita competência.

À amiga Ad'Rosa, que compartilhou e foi gentil ao responder com presteza, as minhas inúmeras inquietações acerca da temática agrária. Obrigada pelas palavras de incentivo, pelo apoio, e por tamanha consideração.

Ao Manoel Messias, servidor do INCRA/SR-17, que diante do conhecimento que dispunha, especialmente sobre o meio rural e as problemáticas relacionadas aos assentamentos rurais, me instigou a pesquisar sobre o assunto.

Ao Francisco Sales Pinto, servidor do INCRA/SR-17, que durante as aulas presenciais do mestrado, concedeu à pesquisadora, alternativas de conciliação entre as atividades acadêmicas e profissionais. Agradeço de coração, a compreensão e a tolerância em prol da valorização profissional.

Aos colegas de trabalho, que compreenderam os momentos de ausência e me apoiaram nas mais diversas etapas dessa jornada.

Aos amigos Acácio, Élide, Eurides e Francisco, por me receberem em vosso lar, ofertando-me todo apoio, carinho e atenção, proporcionando-me nesses longos e intensos quatro meses de conclusão da pesquisa, momentos agradáveis.

À EMATER-RO, especialmente ao Secretário Executivo, Sr. Sorrival de Lima, que prontamente autorizou a pesquisadora a coletar nos escritórios locais, o material necessário para a pesquisa.

Ao Coordenador de equipes de ATES da EMATER-RO, Sr. Antônio Moreira, que se dispôs gentilmente a colaborar com a pesquisadora.

Aos Gerentes dos escritórios locais da EMATER-RO de Alvorada D'Oeste, Sr. Antônio de Assis; Vale do Paraíso, Sr. Paulo Afonso da Silva; Theobroma, Sr. Jorge Luiz e Urupá, Sr. Gilmar Delecrode, que sempre me receberam com atenção e se prontificaram disponibilizar o material necessário para a pesquisa.

Aos extensionistas rurais, no qual tive o privilégio de conhecer e compartilhar o conhecimento. Sem dúvida, vocês fizeram parte dessa caminhada e agradeço o apoio e a confiança que em mim depositaram durante as atividades profissionais desenvolvidas. Agradeço a extensionista social, Karina Bachiega, pela atenção e apoio dispensados.

Aos colegas e amigos da 1ª. turma do Mestrado em Administração da UNIR, no qual compartilhamos esforços, discussões e aprendizado. Agradeço ao amigo Moacyr Boris, que apesar da caminhada, às vezes, dolorosa, soube conduzir com parcimônia, porém, divertida, os desafios apresentados nesses dois anos. Boris, a sua postura linear de consideração e companheirismo para com os colegas e amigos são motivos de louvação.

Por fim, agradeço aqueles que estiveram comigo nessa caminhada, direta ou indiretamente, e que demonstraram profunda consideração. O meu muito obrigado, de coração!

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa temático dos Territórios e Áreas Prioritárias do Programa ATES em Rondônia.....	21
Figura 2 -	Estrutura de Coordenação e Execução do Programa ATES.....	63
Figura 3 -	Divisão Territorial e Áreas Prioritárias de atuação do Programa ATES em Rondônia.	67
Figura 4 -	Mapa de localização dos municípios onde encontram-se os PA's estudados na pesquisa.....	68
Figura 5 -	Relação entre as Variáveis independentes e dependente.....	73
Figura 6 -	Estrutura do Programa ATES em Rondônia.....	79
Figura 7 -	Demonstrativo do número de famílias e número de PA's assessorados pelas Prestadoras de Serviços nos Territórios/Áreas Prioritárias em Rondônia.....	80
Figura 8 -	Mapa temático de atuação do Programa ATES nos Territórios e Áreas Prioritárias em Rondônia assessorados pelas Prestadoras de Serviços.....	80
Figura 9 -	Quantitativo de equipes técnicas e núcleos operacionais das Prestadoras de serviços de ATES em Rondônia.....	81
Figura 10 -	Demonstrativo do número de famílias e número de PA's assessorados pela Prestadora de Serviços nos Territórios/Áreas Prioritárias em Rondônia no segundo Convênio.....	82
Figura 11 -	Atuação do ATES em assentamentos rurais no segundo Convênio firmado em julho de 2007.....	82
Figura 12 -	Esquema interativo das atividades de ATES.....	83
Figura 13 -	Mapa de localização dos PA's estudados nos municípios de Vale do Paraíso, Urupá/Alvorada D'Oeste e Theobroma no Estado de Rondônia.	84
Figura 14 -	Mapa de localização do PA Antônio Pereira Nery no município de Vale do Paraíso.....	87
Figura 15 -	Mapa de localização do PA Martim Pescador nos municípios de Urupá e Alvorada D'Oeste.....	89

Figura 16 -	Mapa de localização do PA Primavera no município de Theobroma.....	91
Figura 17 -	Principais atividades geradoras de renda no PA Antônio Pereira Nery.....	105
Figura 18 -	Principais atividades geradoras de renda no PA Martim Pescador.....	106
Figura 19 -	Principais atividades geradoras de renda no PA Primavera.....	107
Figura 20 -	Comparativo da renda obtida nos assentamentos por atividade.....	112
Figura 21 -	Composição da renda familiar dos assentamentos estudados.....	113
Figura 22 -	Participação dos assentados em organizações sociais.....	114
Figura 23 -	Nível de escolaridade dos beneficiários.....	119
Figura 24 -	Tratamento do lixo produzido nas Unidades Familiares.....	121
Figura 25 -	Destino Final das embalagens de agrotóxico.....	122
Figura 26 -	Erosão e práticas de conservação do solo nos assentamentos.....	123
Figura 27 -	Identificação do plantio e preparação do solo nos assentamentos.....	123
Figura 28 -	Diversidade identificada nas unidades familiares dos assentamentos estudados.....	125
Figura 29 -	Utilização de insumos nas lavouras das unidades familiares.....	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Quantidade de ações desenvolvidas nos PA's Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera, entre janeiro de 2005 e dezembro de 2007.....	23
Tabela 2 -	População e amostra definidas para a pesquisa.....	69
Tabela 3 -	Informações gerais dos PA's Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera.....	85
Tabela 4 -	Descrição da área identificada e utilizada nos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera.....	94
Tabela 5 -	Área de produção média familiar – culturas perenes e temporárias.....	96
Tabela 6 -	Sistema de Criação das propriedades rurais estudadas.....	98
Tabela 7 -	Comercialização média por família da produção nos assentamentos em 2007.....	102
Tabela 8 -	Produção e renda média bruta por família dos assentamentos foco da pesquisa.....	104
Tabela 9 -	Renda obtida com a criação de animais nas propriedades rurais estudadas.....	107
Tabela 10 -	Produção e renda média de produtos transformados nos assentamentos.....	108
Tabela 11 -	Renda média de prestação de serviços.....	110
Tabela 12 -	Renda média oriunda de Programas Sociais no ano de 2007.....	111
Tabela 13 -	Participação em atividades festivas e religiosas.....	116
Tabela 14 -	Disponibilidade de atendimento à saúde.....	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AECA	Associação Estadual de Cooperação Agrícola
APP	Área de Preservação Permanente
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
COOTRARON	Cooperativa de Trabalho Agro-Ambiental de Rondônia
EMATER-RO	Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento da Região Norte
IEPAGRO	Instituto de Estudos e Pesquisas do Agronegócio Rondoniense
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MILÊNIO	Cooperativa Multiprofissional e Mútua de Acidente de Trabalho e Doenças Ocupacionais
NUAR	Núcleo Urbano de Apoio Rural
PA	Projeto de Assentamento
PAT	Plano Anual de Trabalho
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Plano de Trabalho
RESEX	Reserva Extrativista
RIOMAR	Fundação Rio Madeira
RL	Reserva Legal
UF's	Unidades Familiares

CAMPELO, LÍlian Kécia Saldanha Rabelo. **A Contribuição do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária para o Fortalecimento da Agricultura Familiar em Rondônia.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração, Linha de Pesquisa: Gestão do Agronegócio Rondoniense da Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2008.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo avaliar a contribuição do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) para o fortalecimento da Agricultura Familiar nos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera, localizados nos municípios de Vale do Paraíso, Urupá/Alvorada D'Oeste e Primavera no Estado de Rondônia. O Programa ATES foi implementado em 2004 no território nacional através de cada Superintendência Regional do INCRA, com o objetivo de prestar assessoria técnica, social e ambiental às famílias assentadas. Em Rondônia, aproximadamente vinte e três mil famílias foram assistidas nos últimos três anos. A proposta apresentada pelo Programa é desafiadora, ao passo que resgata a importância de incluir o produtor rural como centro das decisões, envolvendo-o de maneira participativa e atuante no meio rural. Com o tempo de implementação, organização e abrangência do Programa de ATES no Estado de Rondônia, é possível verificar algumas dispersões ou falta de conexão com os objetivos do Programa, que visam contribuir dentre outros, para a promoção do desenvolvimento das áreas de assentamento; promover a segurança alimentar e nutricional aos assentados e geração de excedentes. Dessa forma, com o foco de investigação os assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera, em Rondônia, foi avaliado se as ações realizadas nas dimensões social, ambiental e produtiva, contribuíram para o fortalecimento da agricultura familiar. O estudo apresenta referencial bibliográfico sobre a agricultura familiar no Brasil, região norte e Rondônia, bem como, reforma agrária, extensão rural, assentamentos rurais e assessoria técnica, como forma de obter conceitos que subsidiassem as discussões apresentadas. A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva e apresenta caráter qualitativo. Quanto ao tipo de pesquisa, é classificada como de levantamento. Os dados das unidades familiares permitiram identificar as atividades desenvolvidas nos lotes rurais nas dimensões produtiva, social e ambiental, bem como possibilitou a análise comparativa das ações nos assentamentos estudados. As ações realizadas no período de 2005 a 2007 contribuíram significativamente para a promoção do desenvolvimento das famílias bem como o fortalecimento da agricultura familiar nos assentamentos de reforma agrária em Rondônia.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Assentamentos. Assessoria Técnica. Rondônia

CAMPELO, Lílian Kécia Saldanha Rabelo. **The Contribution of the Program of Consultantship Technical, Social and Environmental to the Land reform for the invigoration of the Family Agriculture in Rondônia.** Dissertation (Master's) - Program of Post-Graduate Masters in Administration - Federal University of **Rondônia, Porto Velho, 2008.**

ABSTRACT

This work has as objective evaluates the contribution of the Program of Consultantship Technical, Social and Environmental to the Land reform (you TIE) for the invigoration of the Family Agriculture in the establishments Antônio Pereira Nery, Martim Pescador and Spring, located in the municipal districts of it is Worth of the Paradise, west Urupá/Alvorada and Spring in the State of Rondônia. The Program ATES was implemented in 2004 in the national territory through each Regional Superintendency of INCRA, with the objective of rendering consultantship technical, social and environmental to the seated families. In Rondônia, approximately twenty-three thousand families were attended in the last three years. The proposal presented by the Program is challenging, while it rescues the importance of including the rural producer as center of the decisions, involving him of way participation and active in the rural way. With the time of implementation, organization and inclusion of the Program ATES of the State of Rondônia, it is possible to verify some dispersions or connection lack with the objectives of the Program, that seek to contribute among other, for the promotion of the development of the establishment areas; to promote the alimentary and nutritional safety to those seated and generation of surpluses. In that way, with the investigation focus the establishments Antônio Pereira Nery, Martim Pescador and Spring, in Rondônia, it was evaluated the actions accomplished in the dimensions social, environmental and productive, they contributed to the invigoration of the family agriculture. The study presents bibliographical referencial on the family agriculture in Brazil, north area and Rondônia, as well as, land reform, rural extension, rural establishments and technical consultantship, as form of obtaining concepts to subsidize the presented discussions. The research is classified as exploratory and descriptive and it presents qualitative character. As for the research type, it is classified as of rising. The data of the family units allowed to identify the activities developed in the rural lots in the dimensions productive, social and environmental, as well as it made possible the comparative analysis of the actions in the studied establishments. The actions accomplished in the period from 2005 to 2007 contributed significantly for the promotion of the development of the families as well as the invigoration of the family agriculture in the land reform establishments in Rondônia.

Keywords: Familiar agriculture. Establishments. Assessorship Technique. Rondônia

SUMÁRIO

RESUMO	x
ABSTRACT	xi
1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Problematização.....	21
1.2 Objetivos.....	24
1.2.1 Geral.....	24
1.2.2 Específicos.....	24
1.3 Justificativa.....	25
1.4 Estrutura do trabalho.....	26
2 REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.1 Considerações sobre as questões agrárias e agrícolas.....	27
2.2 Agricultura Familiar no Brasil.....	29
2.3 Agricultura Familiar na Região Norte.....	37
2.4 O Contexto da Reforma Agrária no Brasil.....	39
2.5 Assentamentos de Reforma Agrária.....	45
2.6 Extensão Rural no processo de desenvolvimento dos assentamentos da Reforma Agrária.....	47
2.6.1 Evolução histórica da extensão rural no Brasil.....	47
2.7 Desenvolvimento rural: questões produtivas, sociais e ambientais.....	53
2.7.1 Produção Agrícola.....	53
2.7.2 Contexto Social.....	55
2.7.3 Perspectiva Ambiental.....	58
2.8 O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES).....	60
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	65
3.1 Definição Espacial da Pesquisa.....	65
3.2 População e Amostra.....	69
3.3 Tipos de pesquisa.....	71
3.4 Procedimentos.....	71
3.5 Definição Operacional dos Indicadores por variáveis.....	72

3.6 Análise dos dados.....	77
4 O PROGRAMA DE ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL À REFORMA AGRÁRIA (ATES)	78
4.1 Programa ATES em Rondônia.....	78
4.2 Os assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera.....	83
4.3 Considerações sobre o Programa ATES em Rondônia.....	92
4.4 Propriedades Rurais: descrição sobre as questões produtivas, sociais e ambientais.....	94
4.4.1 Variável Produção Familiar.....	95
4.4.1.1 Culturas Perenes e Temporárias	95
4.4.1.2 Criação de Animais.....	98
4.4.2 Variável Geração de Renda.....	101
4.4.2.1 Comercialização de produtos primários e animais.....	101
4.4.2.2 Comercialização de produtos transformados.....	108
4.4.2.3 Renda de prestação de serviços.....	109
4.4.2.4 Programas Sociais.....	110
4.4.2.5 Composição da renda das unidades familiares – Comparativo.....	112
4.4.3 Variável Organização Social.....	114
4.4.3.1 Participação em Organizações.....	114
4.4.3.2 Atividades Culturais.....	116
4.4.4 Variável Saúde e Educação.....	117
4.4.4.1 Atendimento à saúde.....	117
4.4.4.2 Escolaridade.....	119
4.4.5 Variável Prática de Preservação Ambiental.....	120
4.4.5.1 Impacto.....	120
4.4.5.2 Práticas de conservação.....	122
4.4.5.3 Diversidade.....	124
4.4.6 Considerações gerais.....	127
5 CONCLUSÃO.....	129
REFERENCIAS.....	132
APÊNDICE A – Planilha de sistematização das informações.....	139

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar representa importante pilar das questões sociais e econômicas para o desenvolvimento do País, uma vez que agrega um número significativo da população e representa uma oportunidade de geração de emprego e renda, o que contribui para a soberania alimentar das famílias. Essa perspectiva está inserida em um novo contexto da agricultura, já que durante muito tempo, as políticas públicas foram pensadas e estiveram mais voltadas para as grandes propriedades rurais, indicando que a produção familiar não representava tanta importância para o sistema produtivo agrícola vigente, pois sua parcela de contribuição, como gerador de divisas, não era considerada, ficando a parte da avaliação do contexto econômico nacional.

A agricultura familiar foi tomando proporções significativas, embora com um processo de modernização conservadora, e ainda, requerendo intervenção que pudesse garantir algum nível de estabilidade, considerando que, para reverter a situação, eram necessárias ações que pudessem atuar de forma conjunta para causar mudanças significativas. Diante dessa constatação, pesquisadores começaram a distinguir a agricultura patronal e familiar, como forma de classificar as propriedades rurais.

De acordo com Veiga (1991, p. 188), era “necessário adotar critérios para caracterizar as principais formas de produção existentes no meio rural”. Assim, seria possível compreender que, ao longo do tempo, teria havido, no mundo rural brasileiro, duas formas de produção no setor agropecuário: ‘familiar’ e ‘patronal’.

O modelo patronal enfatiza a especialização, práticas agrícolas padronizadas, trabalho assalariado constante, forte dependência de capital, de insumos externos e de tecnologias com foco para reduzir a necessidade de mão-de-obra. O modelo familiar identificado tem como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização da mão-de-obra composta pelos membros da unidade familiar muitas vezes na forma não-assalariada, com que o trabalho assalariado é dado em caráter apenas complementar e a tomada de decisão imediata ligada ao grau de imprevisibilidade do processo produtivo (FAO/INCRA, 1994).

Como pode-se observar, o modelo patronal representa basicamente a agricultura tradicional onde, gestão e trabalho andam separadamente e de fato não há qualquer

semelhança com a nova proposta que estava se configurando. Já o modelo familiar, além de conjugar trabalho e gestão, apresentava como característica o produtor atuante na tomada de decisão no processo produtivo.

As contribuições literárias e políticas que surgiram em meados do século XX, além de fomentar a importante discussão acerca da questão agrária, denotaram a influência que a produção familiar poderia exercer no processo de desenvolvimento econômico do Brasil. Tais discussões intensificaram-se no fim da 2ª guerra mundial, no momento de transformação do processo de industrialização e urbanização que o Brasil iniciara. Os debates sobre a temática ampliaram-se com a participação popular nos anos 60, no entendimento de que a reforma agrária passara a ser considerada importante para o processo de desenvolvimento sócio-econômico.

Com o objetivo de proporcionar melhores condições de vida aos trabalhadores rurais e, ainda, contribuir para o processo de industrialização do país, foi iniciado em meados da década de 1940, diante da política desenvolvimentista do pós-guerra, os Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) tendo como pioneiros, os estados de Minas Gerais e São Paulo. A implementação deu-se, inicialmente, como um serviço privado e, no governo de Juscelino Kubitschek, foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), como forma de representação junto aos Estados, através das associações de crédito e assistência rural. O serviço passou pelo processo de estatização na década de 1970 com a implantação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), coordenado em nível nacional pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), e executada por empresas estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) (FAO/INCRA, 1994).

As ações de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar e os debates voltados à prestação de assistência técnica são constantes há pelo menos 50 anos. A discussão acerca do desenvolvimento de técnicas no meio rural partira da necessidade de trabalhar e identificar as deficiências, em campo, na base, e com a participação e envolvimento dos agricultores e agricultoras.

As diversas formas de extensão rural promovidas, contribuíram para a evolução histórica na prestação de serviços de assistência técnica no Brasil. Essa afirmativa pode ser reforçada, diante de uma análise das práticas até então existentes. O sistema coordenado pela EMBRATER apresentou resultados insignificantes, e, por isso, surgiram discussões

para uma nova proposta, mas o modelo difusionista-inovador¹, acabou sendo direcionado apenas para pequenos e médios produtores, e com o acelerado processo de expropriação das terras, perdeu a sua objetividade. Por conseguinte, surge então o modelo centrado na transferência de tecnologia, porém com foco apenas no aumento da produção dos maiores produtores, em função da viabilidade para a comercialização. Essa perspectiva, focada apenas na questão produtiva, com o tempo, exigiu dos pequenos produtores um preço muito alto a ser pago e isso acabou acarretando um aumento do êxodo rural.

Com a instauração do governo militar, como estratégia para atender parte das reivindicações dos movimentos, associado ao aumento do êxodo rural e a conseqüente problemática de oferta de alimentos, foi criado o Estatuto da Terra e prometido realizar a Reforma Agrária. A criação do Estatuto da Terra através da Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964 define a Reforma Agrária como sendo um processo de transformação da estrutura agrária brasileira, por meio da desapropriação de latifúndios improdutivos e/ou aquisição de terras produtivas e sua redistribuição às famílias trabalhadoras que dispõem de pouca ou nenhuma terra, para torná-la produtiva e cumprir a sua função social.

Em 9 de julho de 1970, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) através do Decreto-Lei nº. 1.110, em substituição ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA). Atualmente, o INCRA se encontra vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (BRASIL, 2004). A sua missão é fiscalizar o cumprimento da função social das propriedades rurais, obter recursos fundiários, promover a reforma e o desenvolvimento agrário nacional, possibilitando aos trabalhadores rurais sem terra, acesso a terra e aos meios necessários para conquistarem o seu bem estar social.

O governo brasileiro incentivou o fluxo migratório para as regiões de fronteira, inclusive como forma estratégica de ocupação, o que acabou não resultando conforme planejado. A necessidade de realizar reforma agrária foi reforçada com a criação do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que pretendia destinar milhões de hectares à famílias. Essa meta não foi atendida e os momentos de criação e recriação do INCRA, fizeram parte dos debates ideológicos e políticos nos anos 1980.

As políticas públicas destinadas ao meio rural tomaram forma a partir da década de 1980. A partir dessa década, políticas foram destinadas aos agricultores familiares com

¹ Implementado no período 1956 a 1967, ver Schmitz, 2003.

programas de crédito específicos, dentre eles o Fundo Constitucional de Financiamento da Região Norte (FNO) e o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), lançados com a proposta de disponibilizar recursos às famílias produtoras rurais. Porém, esses recursos contemplavam algumas situações da realidade agrária, como a não implantação de infra-estrutura econômica e social dos assentamentos, por ser da responsabilidade do Governo. Em pouco tempo, observou-se que essa política não contemplava todas as situações da realidade agrária e diante do dinâmico processo de discussões e até mesmo de várias avaliações que aconteceram na época, continuou-se a busca de alternativas que pudessem atender as especificidades existentes no meio rural.

A criação do Programa de Valorização da Pequena Produção, realizada pelo Governo Itamar Franco (1990-1994) culminou em discussões que levaram à criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1994. A implementação do PRONAF através do Decreto Presidencial nº. 1.946 de 28.06.1996 aponta que essa proposta surge como uma política de acesso ao crédito que tem como finalidade, apoiar financeiramente as atividades agropecuárias exploradas em propriedades rurais, procurando contemplar os agricultores familiares nas suas mais diversas condições, dentre elas a forma de organização e trajetória desses produtores e contribuir no desenvolvimento das unidades familiares.

Vê-se a importância de um Programa como o PRONAF, uma vez que o Censo Agropecuário Brasileiro de 1995-1996 registrou a existência de 4,86 milhões de estabelecimentos rurais, os quais ocupavam uma área de 353,6 ha milhões e cujo Valor Bruto da Produção (VBP)² foi de R\$ 47,8 bilhões (ROSSETO, 2004, p. 1).

Os estabelecimentos da agricultura familiar foram responsáveis por R\$ 18,1 bilhões do total do VBP que corresponde a 37,9%. Esses dados sinalizam o importante papel que a agricultura familiar exerce na economia brasileira, uma vez que do total investido na agricultura, nesse período, foram disponibilizados em torno de 25% dos financiamentos agrícolas para o setor (GUANZIROLI, 2001).

O crédito, segundo Pereira et. al., (2006), é um instrumento importante para o desenvolvimento da agricultura por possibilitar investimentos, além de insumos básicos da atividade, facilitando o processo de produção e de inovação. O crédito também permite que

² Corresponde ao valor total do que é produzido, seja para venda ou consumo próprio multiplicado pelo preço médio de cada produto agropecuário.

o agricultor possa regular o fluxo de seu consumo pessoal e de insumos para a produção, compatibilizando-o com o fluxo de sua renda, que pode ser contínuo ou sazonal.

Todavia, as reformulações de políticas destinadas à agricultura familiar no País contribuíram para o entendimento de que a liberação de recursos em si não é garantia de promoção do desenvolvimento das unidades familiares, e a busca de alternativas e formas de prestação de serviços para as famílias agricultoras foi também intensificada na década de 1990. O próprio contexto histórico das tentativas implementadas e ações voltadas para esse setor denotam que as sucessivas alternativas de transformação são decorrentes da própria evolução histórica apresentada pela agricultura familiar.

Entretanto, a tradicional forma de execução dos serviços de assistência técnica, direcionada para as questões produtivas, além de não mais contemplar as características básicas no meio rural e contribuir para o desenvolvimento dos assentamentos, dificultou, segundo Guanzioli et al. (2001), a implementação de estratégias que buscassem o melhoramento produtivo das propriedades rurais, pois esta era focada em produtos e não em sistemas de produção.

Um dos principais enfoques dados a esse “novo repensar” da extensão rural, está em trazer para o plano principal, associado à questão produtiva, os aspectos sociais e ambientais, entendendo que o processo de desenvolvimento rural se dá, inclusive, com a transversalidade das ações dessas dimensões.

As discussões sobre uma proposta de prestação de serviços de assistência técnica mais pontual e que pudesse atuar como uma alternativa de desenvolvimento dos assentamentos rurais brasileiros surgem com a paralisação definitiva do Projeto Lumiar³, que atuou como uma iniciativa de ações prioritárias em questões que apresentavam deficiência no âmbito da assistência técnica nos Assentamentos de Reforma Agrária. Em 2004, como resultado dessas discussões, foram implementados no Brasil, os serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES).

A Assessoria Técnica apresenta-se como uma forma de prestação de serviços de maneira diferenciada, procurando não apenas assistir, mas assessorar as famílias assentadas beneficiárias da Reforma Agrária, considerando as dimensões: social, produtiva e ambiental, com a proposta de atender as especificidades da realidade rural em cada região. O Programa ATES tem como objetivo principal:

³ Criado em 1997 com a finalidade de apoiar tecnicamente as famílias assentadas através de um serviço descentralizado focado nas questões produtivas e que se apresentou frágil para equacionar as demandas apresentadas à época.

[...] “assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas, nos Projetos de Reforma Agrária e Projetos de Assentamentos, Programa esse, reconhecido pelo INCRA. O novo Programa visa tornar as unidades de produção estruturadas e inseridas de forma competitiva no processo de produção, além de voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma ambientalmente sustentável” (INCRA/MDA, 2007).

As ações do Programa ATES visam contemplar questões sobre crédito rural, capacitação, organização rural, sistemas de produção, mercado e comercialização, meio ambiente, entre outros, visando o desenvolvimento dos Projetos de Assentamento (PA's) implementados pelo INCRA. A execução dessas ações prevê a utilização de metodologias participativas, com o desenvolvimento de processos educativos continuados que possibilitem a formação dos atores sociais, envolvendo a participação igualitária de mulheres e jovens na produção.

A atuação do Programa ATES junto às famílias assentadas tem o intuito de tornar estruturada as unidades de produção, para inseri-las em condição competitiva no processo produtivo, voltadas para o mercado, e, assim, integrar-se à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma ambientalmente sustentável (RONDÔNIA, 2005).

Para melhor acompanhar as ações de assessoria técnica, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) estabeleceu, com a implementação do Programa ATES no Brasil, a configuração em Territórios e Áreas Prioritárias no âmbito dos estados. Estas áreas a serem definidas pelas Superintendências Regionais (SR) do INCRA.

Essa divisão situou os assentamentos, organizando-os de maneira a contribuir para o acompanhamento das ações desenvolvidas em campo nas dimensões produtiva, social e ambiental, possibilitando que estas fossem vistas também nos respectivos territórios.

Em Rondônia, a implementação do Programa, em 2004, contou com a divisão do Estado em três Territórios denominados: Madeira-Mamoré, Vale do Jamari e Central. As áreas prioritárias foram subdivididas em Zona da Mata, Cone Sul e BR 429, conforme ilustra a Figura 1. Na oportunidade foram contemplados 123 assentamentos com o Programa, beneficiando 25.843 famílias e envolvendo aproximadamente 103.372 pessoas, o que contribuiu para uma maior exigência de infra-estrutura e atenção ao homem do campo (RONDÔNIA, 2005).

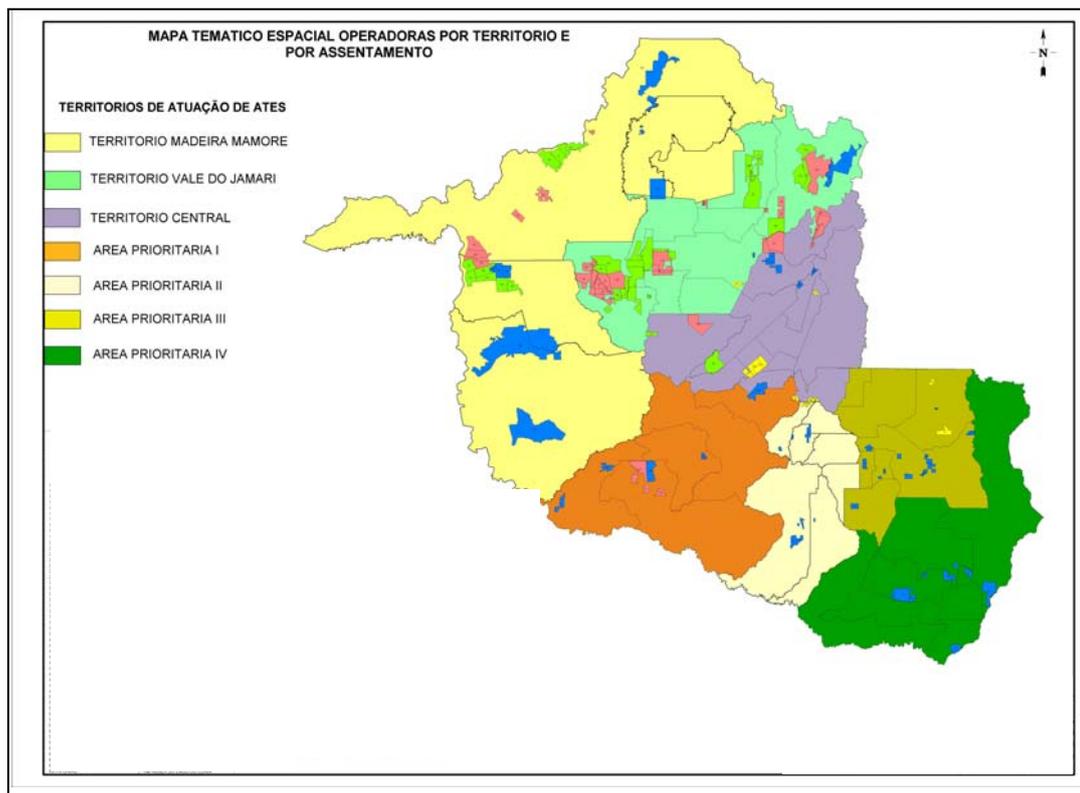


Figura 1 - Mapa temático dos Territórios e Áreas Prioritárias do Programa ATES em Rondônia.

Fonte: IBGE, composição INCRA SR-17, 2005.

Entre os assentamentos contemplados com o Programa de ATES encontram-se os projetos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera, localizados no território central, os quais foram assessorados durante a atuação do programa em Rondônia, no período 2005 - 2007. Esta situação representou o indicativo inicial para a escolha desses assentamentos como objeto de investigação da presente pesquisa, e que apresenta-se descritos detalhadamente no capítulo de metodologia. A análise dos dados secundários possibilitou observar características comuns entre estes assentamentos e que são inerentes as dimensões do Programa ATES, as quais oportunizaram o estudo sobre questões próprias da agricultura familiar como: produção familiar; geração de renda; organização social; acesso à saúde e educação; e, prática de preservação ambiental.

1.1 Problematização

As várias políticas públicas voltadas à agricultura familiar, nas quais, via de regra, busca-se a sustentabilidade do pequeno produtor no campo, ainda que as estratégias

definidas não sejam efetivas, foram sucessivamente reformuladas, em especial para assentados, beneficiários da reforma agrária.

As contínuas alterações no “estado da arte” da melhor forma de fazer extensão rural para assentados levaram o governo a definir os mais variados projetos e programas, cujos efeitos foram apenas parciais. Mais recentemente, o Programa ATES apresentou como proposta assessorar as famílias trabalhadoras rurais assentadas, com enfoque nas questões produtivas, sociais e ambientais, de forma a contribuir para o desenvolvimento das unidades familiares. A intenção do Programa ATES está em conciliar as ações no âmbito das dimensões de sustentabilidade, de maneira que as famílias, através de metodologias participativas, possam reconhecer a necessidade de organização para a promoção de ações nos assentamentos que estão além de políticas governamentais pré-estabelecidas.

A identificação as ações desenvolvidas durante a atuação do Programa ATES no Estado de Rondônia e os métodos utilizados na prestação de serviços de assessoria técnica, estão apresentadas na tabela 1. O reconhecimento das ações realizadas nos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera, atende parte dos objetivos propostos, ao passo que representa importante fator de avaliação quanto a contribuição do Programa ATES para o fortalecimento da agricultura familiar nos assentamentos em Rondônia.

Tabela 1 - Quantidade de ações desenvolvidas nos PA's Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera, entre janeiro de 2005 e dezembro de 2007.

MÉTODOS	Antônio Pereira Nery			Martim Pescador			Primavera			Total de Ações
	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007	
. Visita Técnica	360	312	131	3497	1638	1546	576	380	649	9089
. Reunião	09	13	07	53	78	47	10	15	22	254
. Demonstração de Método	06	05	-	09	12	08	08	10	3	61
. Palestra	08	04	03	21	33	14	19	23	3	128
. Curso	04	06	-	07	08	05	02	10	1	43
. Excursão	-	-	-	-	-	02	-	-	1	3
. Campanha	-	-	-	02	01	-	04	-	-	7
. Dia Especial	03	-	-	07	19	10	-	-	1	40
. Dia de Campo	-	-	-	-	-	-	01	01	-	2
. Mutirão	-	05	03	-	-	22	-	-	8	38
. Oficina	-	-	-	-	-	08	-	-	-	8
. Outras ações	-	-	26	-	-	274	-	-	26	326
TOTAL	390	345	170	3596	1789	1936	620	439	714	9999

Fonte: Relatórios mensais de atividades de ATES dos anos de 2005, 2006, 2007.

Os dados da tabela 2, permitem observar que as ações individuais predominaram em relação a ações coletivas, focadas principalmente em visitas técnicas, com 90% das ações realizadas na prestação de serviço de ATES.

Visualiza-se nesta tabela, uma variedade de métodos aplicados, com significativa frequência de ações distribuídas entre os anos de 2005-2007 considerados, contemplando os três assentamentos objeto do estudo, o que atende, talvez, as metas traçadas no Plano de Trabalho das Prestadoras. Do ponto de vista qualitativo e focando nos objetivos eixos do Programa de ATES, a análise dos relatórios das Prestadoras, destaca-se algumas ações realizadas por dimensão, de forma a possibilitar a discussão da problemática que se apresenta, realizadas nos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera.

Na Dimensão Ambiental o esforço concentrou-se: na legislação ambiental; atividades desenvolvidas relacionadas a reflorestamento; preservação das fontes de água; conservação das reservas (APP e RL) ; diminuição do desmatamento; controle das queimadas; desenvolvimento de sistemas florestais e utilização de agrotóxicos.

Os temas abordados na dimensão produtiva estiveram voltados para: o aumento da produção; a conscientização para diversificação e rotação no cultivo de culturas perenes e anuais; agregação de valor aos produtos; iniciativas para programas como o biodiesel; e, extrativismo.

As ações realizadas na dimensão social concentraram-se em palestras sobre associativismo e cooperativismo; no papel da mulher nas transformações sociais; na cidadania e igualdade de gênero.

Em vista do que foi exposto, estudar o relacionamento entre as atividades empreendidas pelos responsáveis do Programa ATES e os resultados das dimensões econômica, social e ambiental dos assentamentos passa a ser um problema de pesquisa relevante. Isto é, o problema de pesquisa no qual se buscou responder, estar em compreender como o Programa ATES tem contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar em Rondônia, a partir da produção familiar, geração de renda, organização social, acesso à saúde e educação e práticas de preservação ambiental?

Em se tratar de uma abordagem de Políticas Públicas diferenciada, espera-se que este trabalho contribua para o delineamento de ajustes de estratégias públicas para a agricultura familiar na Amazônia.

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Avaliar a contribuição do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária-ATES para o fortalecimento da agricultura familiar, nos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera localizados nos municípios de Vale do Paraíso, Urupá/Alvorada D'Oeste e Theobroma respectivamente, no Estado de Rondônia.

1.2.2 Específicos

- Analisar o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária em Rondônia;
- Avaliar as ações nas dimensões produtiva, social e ambiental realizadas nos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera;
- Estabelecer análise comparativa das ações entre os assentamentos estudados;
- Realizar análise transversal dos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera entre as ações realizadas.

1.3 Justificativa

A produção do conhecimento sobre políticas públicas voltadas para o meio rural brasileiro, especificamente à agricultura familiar, vem sendo intensificada nas últimas décadas. A evolução das discussões sobre essa temática possibilitou a implementação de algumas alternativas de programas e projetos destinados a atender as demandas dos estabelecimentos rurais.

As ações de ATES nos assentamentos rurais como uma nova proposta de atendimento às unidades familiares, contemplando as questões produtivas, sociais e ambientais, representam uma etapa importante no processo histórico da extensão rural no Brasil.

Os estudos voltados para avaliação de políticas públicas implementadas no meio rural em Rondônia, tendo como beneficiários as famílias trabalhadoras rurais dos assentamentos de Reforma Agrária, são restritos. A motivação para realizar essa investigação teve início quando da implementação do Programa ATES em Rondônia.

Explorar o conhecimento acerca das práticas agrícolas e seu processo de comercialização em assentamentos rurais possui relação intrínseca com o processo de gestão da unidade familiar e o agronegócio. Quando essa relação estabelece parâmetros de execução, baseado nos princípios da sustentabilidade, torna-se primordial para o desenvolvimento associar à produção familiar e geração de renda, o processo de organização social, as condições de saúde e educação, bem como, as práticas de preservação ambiental. É também por esta razão que este trabalho faz parte da linha de pesquisa gestão do agronegócio e sustentabilidade do Programa de Pós-Graduação: Mestrado em Administração da Universidade Federal de Rondônia.

1.4 Estrutura do trabalho

No **capítulo 1** é descrito em linhas gerais a exposição do tema de maneira estruturada, no qual encontra-se a definição e a natureza do problema em estudo, o porquê da escolha do tema e os respectivos objetivos da presente pesquisa.

No **capítulo 2** é desenvolvida a matriz teórica sobre a agricultura familiar, fazendo um breve retrospecto acerca da evolução da questão agrária e as implicações dos diversos momentos no contexto rural brasileiro. É observado ainda, através de base teórica, abordagem sobre os assentamentos rurais, como forma de estabelecer ligação quanto à importância da assistência/assessoria técnica para o meio rural, principalmente, políticas públicas adotadas em prol do fortalecimento da agricultura familiar no Brasil atuando especificamente nos assentamentos de reforma agrária e breve contextualização acerca do Programa ATES, observando o período em que foi criado, a implementação deste no Brasil.

O **capítulo 3** apresenta a metodologia utilizada, na qual foram trabalhadas as definições: espacial da pesquisa e dos indicadores por variáveis, população e amostra, bem como os tipos de pesquisa e a especificação da análise de dados primários e secundários trabalhados.

O **capítulo 4** está estruturado de forma que se tenha compreensão acerca da aplicação prática da pesquisa de campo, comentando a forma de estruturação do Programa ATES no Estado de Rondônia. Foi apresentado neste capítulo informações sobre os assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera, objeto de investigação da presente pesquisa e comparando os resultados e respectivas discussões embasados no referencial teórico contemplado no presente estudo.

No **capítulo 5** apresentam-se as conclusões da pesquisa, a partir dos objetivos geral e específicos propostos no estudo a fim de atendê-los e, assim, possibilitar, inclusive, recomendações para trabalhos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Considerações sobre questões agrárias e agrícolas

O aumento da população no subcontinente indiano e norte da África e, posteriormente, de forma semelhante, na Europa nos séculos que precederam à revolução agrícola contribuiu para a forma tradicional de produção, que sem a utilização de tecnologias e focada na monocultura, apenas favoreceu um rendimento deficiente, tornando inviável a produção excedente de bons produtos.

O advento do chamado moderno capitalismo, no século XV, foi decorrente do esforço de um caminho marítimo para as índias e américas como possibilidade de descoberta de novas terras para a agricultura e, ainda, as revoluções comercial, industrial, como parte da etapa de transformação da Europa.

Abramovay (1992, p. 206), sinaliza que a pulverização econômica e rigoroso planejamento são elementos fundamentais e responsáveis pela prosperidade da agricultura européia contemporânea.

Na Europa Ocidental, as práticas voltadas para o cultivo de culturas anuais, com a utilização de rotação de culturas iniciaram, como consequência da evolução técnica de um processo de transição para a prática de rotação proporcionando efeito de melhor produtividade no cultivo das terras.

A ocupação de terras de maneira ostensiva na Europa, ocorreu nos séculos XVI e XVII decorrente da oferta abundante de terra não cultivada, onde existia fertilidade dos solos. Porém, o uso corrente associado à não-utilização de tecnologias contribuiu para o desgaste, e, assim, era necessário mudar de local para realizar novo plantio. Dessa forma, a mudança de roça exigia a derrubada de outra pequena área de mata adulta, onde essa rotatividade criava um modo de produção e um sistema de vida peculiar à economia camponesa (PRIORI e VENÂNCIO, 2006, p. 49).

Essa forma de ocupação de terras trouxe a discussão agrária nos países europeus. No século XIX, as discussões abordaram a idéia de que o rural apresentava características feudais e, conseqüentemente, os debates de autores que, por um lado, acreditavam que os camponeses representavam o atraso da era capitalista e, por outro, a classe campesina

significa uma forma de proteção desses países, em função da migração de trabalhadores estrangeiros.

O Congresso de Frankfurt realizado em 1894 significou um “*start*”, pelo menos com relação às discussões acerca do campesinato. Isso porque naquele evento, foi “declarado” apoio aos camponeses no sentido de promover a distribuição de terras, com o estabelecimento da propriedade privada, como forma de atender a questão social.

Essa ação promoveu mais discussões no mesmo aspecto, principalmente no raciocínio de pensadores marxistas, pois era inadmissível levar em consideração a possibilidade da existência de camponeses, quanto mais apresentar posição de suporte que favorecessem a permanência destes.

Outrora, o posicionamento dos marxistas apresentou-se um tanto confuso, pois ao passo que afirmaram que o campesinato estava fadado ao desaparecimento, contemplaram nas discussões que o camponês nada mais era do que o futuro proletário.

Kautsky (1972) atribuiu à burguesia a responsabilidade de transformação da agricultura pela promoção do progresso técnico com a aplicação científica da agronomia, mecanização, promovendo o desenvolvimento das forças produtivas, especialização da agricultura e divisão do trabalho entre as unidades de produção, deixando claro que apenas a grande propriedade faz sentido nesse contexto.

No entanto, a linha de raciocínio defendida por Kautsky acaba “caindo por terra” já que uma das “maravilhas” do capitalismo, apontando especificamente a utilização de maquinário agrícola, impulsionou o deslocamento de operários para a cidade como forma de retorno na utilização de máquinas na agricultura. Porém, o fluxo migratório estabelecido para as cidades provocou a ausência de operários agrícolas do meio rural e com isso foi necessário “recrutar” mão-de-obra camponesa.

Diante desse “imprevisto”, restou a Kautsky (1972) reconhecer que não poderia mais se esperar por um completo desaparecimento da pequena produção camponesa, por que os próprios capitalistas se dedicaram a restabelecê-la quando esta estava prestes a desaparecer.

Essa afirmativa foi reforçada na obra de SOTO (2002, p. 37) quando aponta em um trabalho realizado por Hededus (1984) que na Alemanha, no período de 1882 e 1895, registrou-se o aumento da área cultivada em propriedades de 2 a 20 hectares.

A análise que Chayanov (1974, apud SOTO, p. 38) faz sobre o campesinato versa sobre a afirmativa de que a economia camponesa não é tipicamente capitalista, pois a única

forma de renda é o trabalho e este representa a principal forma de atender as necessidades dos camponeses e por isso, a base analítica de interpretação está relacionada a trabalho familiar e consumo.

Dessa forma, a idéia predominante acerca da característica camponesa estava diretamente relacionada a ausência de acúmulo de capital e a utilização de força de trabalho familiar.

2.2 Agricultura Familiar no Brasil

A descoberta do ouro no Brasil no final do século XVII impulsionou a migração de portugueses e africanos que, como forma de sobrevivência, trabalharam com o processo de produção e comercialização dos gêneros alimentícios. Essa configuração traduz em parte o investimento em escravos por grandes e pequenos donos de terras. Porém, na segunda metade do século XVIII, a crise do ouro associada ao aumento da população e, assim, de consumidores e produtores, exigiu novas alternativas econômicas que pudessem impulsionar as atividades comerciais.

O Brasil, então, passa a produzir e ser o maior produtor de açúcar, com grande parte da produção exportada para a Europa e esse fato impulsionou à criação de empresas multinacionais através de concessão real, já que o foco centrava-se apenas na exportação do açúcar e posteriormente do café.

A preocupação portuguesa limitava-se ao sistema agrícola centrado na produção do açúcar para exportar e alimentos para atender o autoconsumo. O estímulo ao consumo de frutas e olerícolas ocorreu somente no século XIX, com a migração japonesa e outros povos europeus.

A constituição do mercado interno, conseqüência do surgimento da atividade cafeeira em meados do século XIX, passou a utilizar mão-de-obra livre. A partir daí, conforme Kageyama (1990, p. 118) surgem as primeiras agroindústrias. A indústria têxtil se torna a primeira indústria nacional, dando início à importação de bens de consumo leves, iniciando a integração de mercados de trabalho, alimentos e matérias-primas.

O processo de industrialização da agricultura teve início nos anos 60 e foi conseqüente à fase de consolidação da indústria, podendo ser considerada um grande avanço no processo de modernização.

Soto (2002, p. 49) conceitua industrialização da agricultura, deixando claro que não se deve limitar a descrição quanto ao processo de consumo de insumos industriais de parte da agricultura, mas também indica que não se pode analisar a agricultura sem considerar suas inter-relações com a indústria.

A agricultura passa, a partir de então, a vivenciar um momento de transformação, pois, além da necessidade de utilização de bens naturais, a industrialização provocou a necessidade de utilização de bens de capital e insumos produzidos na indústria.

Desde as capitânicas hereditárias, das sesmarias até o estabelecimento da propriedade privada da terra na constituição do latifúndio, a questão agrária no Brasil passa a ser discutida, já que não se vislumbrava políticas destinadas à desconcentração fundiária, como forma de possibilitar o acesso à terra a um maior número de famílias. A questão agrária brasileira pode ser compreendida, desde o período de luta dos escravos, na formação dos quilombos em prol da regularização das terras.

Os principais fatos definidores do rumo inicial do modelo agrícola brasileiro, estão relacionados, de acordo com SANTO (2004, p. 17), a ausência de escala na demanda interna por alimentos e matérias-primas agrícolas até a primeira metade do século XX e a existência de forte demanda da Europa por determinados produtos, o que permitiu a expansão vertiginosa da cana de açúcar e do café.

O cultivo a culturas, representava para o Brasil uma tentativa de aproximar-se à característica europeia, uma vez que a produção agrícola não significava sinônimo de nobreza. A base produtiva da agricultura brasileira sofre mudanças significativas em meados do século XX em função do processo de urbanização que o país enfrentara com o crescimento da classe média e a proletarização da mão-de-obra.

A era camponesa no Brasil, diferente da estrutura constituída na Europa, sofreu inevitavelmente influência do período colonial, no qual a escravidão e uma enorme fronteira de terras livres representaram características marcantes daquela época.

A luta foi constante por espaço e ocupação de terras, com o objetivo de produzir e utilizar-se da mão-de-obra familiar como condição básica de sobrevivência e, porque não dizer, de permanência dos camponeses.

A trajetória agrária constituída pelos camponeses gerou nas mais diversas nações, diante dos mais diversos regimes políticos, características, que Mendras (1976, p. 52) aponta como sendo: relativa autonomia face à sociedade global; importância estrutural dos grupos domésticos; sistema econômico de autarquia relativa; sociedade de

interconhecimentos; e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global.

Em uma obra posterior Mendras (1984, p. 85) reforça que:

Toda a arte do bom camponês consistia em jogar sobre um registro de culturas e criações o mais amplo possível e a integrá-los em um sistema que utilizasse ao máximo os subprodutos de cada produção para as outras e que pela diversidade de produtos fornecesse uma segurança contra as intempéries e as desigualdades das colheitas.

O delineamento acerca da estrutura da propriedade fundiária iniciou-se e ainda configura-se como uma distribuição equivocada de terras, no qual prevalece a oferta de terras de qualidade aos grandes proprietários.

Sob essa ótica, Prado Junior (2000, p.18-9) afirma que, essa constatação favorece discussões acerca da problemática das questões, inclusive de suporte técnico, financeiro e atividades agrárias direcionadas, para que o plano de uma simples deficiência política de amparo à agricultura passe a ser observada como ferramentas de contribuição para a melhoria das condições de vida da população rural.

A realidade agrária é marcada pela expropriação de famílias camponesas e concentração fundiária, decorrente também do processo de desenvolvimento desordenado característico da era capitalista. Processo este que desencadeou conflitos entre os camponeses, como forma de adquirir ou reaver ocupações de terras para as suas famílias.

O problema agrário brasileiro ganha novas dimensões com a modernização da agricultura e de acordo com Ianni (1984) apresenta três visões para solucionar o problema agrário, diante das inúmeras sugestões, a saber:

- a) tecnológica, difusão de novas tecnologias de origem industrial visando o aumento da atividade agrícola;
- b) populista, busca preservar e criar as condições para a reprodução social dos camponeses;
- c) radical, aliança operário-camponesa como estratégia política de uma possível revolução socialista.

A industrialização da agricultura e a urbanização fizeram parte das transformações ocorridas no campo. O desenvolvimento capitalista de acordo com Soto (2002, p. 42) significou a transformação de uma sociedade agrária e tradicional para uma sociedade moderna e industrializada, onde as relações capitalistas receberam maior ênfase a partir do golpe militar.

Para Kageyama (1990) e Silva (1996), o processo de transformações na agricultura brasileira foi representado pela transição do complexo rural para os complexos agroindustriais, na emergência de um mercado interno e na industrialização da agricultura. E Silva (1996) complementa quando diz que esse processo teve início em 1850, quando foi proibido o tráfico negreiro e implantada a Lei de Terras⁴, associado à crise de 1929 e a produção de bens de capital em meados do século XX.

A transição e o processo de industrialização acabaram contribuindo para a expansão da pequena produção familiar. Essa expansão, segundo Soto (2002), ocorreu em função da ampliação da fronteira e utilização intensiva da terra de parte das empresas capitalistas. Como consequência, esses dois fatores facilitaram a criação de um espaço para a agricultura familiar tecnificada voltada para o mercado.

O conceito de modernização da agricultura, segundo Kageyama *et. al* (1990, p. 119), representa o processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes, num esforço de aumentar a produtividade.

O surgimento do capital e da indústria fez com que o camponês, segundo Kautsky (1972), deixasse de ser auto-suficiente em sua aldeia para depender dos produtos transformados pela indústria capitalista: a liberação de mão-de-obra familiar para a indústria é uma inevitável decadência do camponês que por conseguinte transforma-se em proletariado.

Nessa perspectiva, Kautsky (1972) acreditava no desaparecimento da classe camponesa, em função da ascensão do modo de produção capitalista, onde havia espaço apenas para a burguesia e o proletariado, ou ainda, na separação entre trabalhadores e meios de produção.

Porém, a teoria formulada por Chayanov (1974) sobre a organização da unidade camponesa, diverge sobre a linha de raciocínio defendida por Kautsky. Chayanov aponta que não houve o desaparecimento do campesinato, mas sim, ocorreram modificações e adaptações em prol das necessidades emergentes.

As discussões sobre o campesinato e suas complexidades, reforçam a relevância social, econômica e cultural que este representou no contexto da evolução agrária.

A agricultura camponesa e agricultura familiar apresentam semelhanças na forma de condução do processo produtivo das unidades familiares, tendo como característica principal a

⁴ Lei no. 601 promulgada no Brasil em 1850.

utilização da mão-de-obra familiar. Porém, divergem quanto aos objetivos voltados para as atividades econômicas bem como as experiências de sociabilidade. O autor LAMARCHE (1993, p.14) aponta que:

A exploração camponesa é uma exploração familiar, mas nem todas as explorações familiares são camponesas. E todas as formas de explorações familiares não podem estar compreendidas em um único modelo.

Nos empreendimentos rurais, o acompanhamento contínuo e a execução das atividades desenvolvidas na propriedade rural pelas famílias, representam características básicas e estão inseridas no contexto da agricultura familiar.

Para Lamarche (1993), a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho, estão intimamente ligados à família.

Assim como na era camponesa, a agricultura familiar no Brasil também apresenta marcas inevitáveis do período colonial, onde traz como características, restritas atividades agrícolas voltadas para a exportação, o trabalho considerado escravo e a predominância de grandes propriedades de terras.

A pequena produção acabou sendo naturalmente excluída do processo de modernização, estando condicionado à grande propriedade, o que contribuiu para as precárias condições de trabalho e do processo de organização.

A este fato, Abramovay (1992, p. 213) atribui o termo de “abismo social”, quando explicita sobre o entendimento por produção familiar, pois separa camponeses com a falta de estruturação, de agricultores profissionais que vêm se mostrando capazes de formar base fundamental de progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea.

O “comando” da agricultura não está com o agricultor, mas sim, entre as mãos de uma esfera pública que orienta e determina a conduta de cada um. De acordo com Abramovay (1992, p. 193) a agricultura familiar é certamente a atividade econômica do capitalismo contemporâneo mais fortemente submetida a constrangimentos coletivos na organização da produção.

Abramovay (1992, p. 209), em uma de suas principais obras, afirma que o peso da produção familiar na agricultura familiar, faz dela, um setor único no capitalismo contemporâneo. E completa que não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturarem-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante.

É perceptível que a agricultura familiar vem ocupando um espaço cada vez maior e significativo na implementação de políticas públicas voltadas para o setor agrícola no País nas últimas décadas. Não só por ser uma questão social de distribuição de renda e oportunidades de ocupação das famílias, mas pelos dados econômicos e estatísticos apresentados nos últimos censos.

A atuação do estado no setor agrícola, contribuiu para impulsionar a modernização no meio rural, e a respeito, Lamarche (1998, p. 132) afirma que:

Os agricultores reconhecem esse fato, pois a maioria deles afirma que o estado tem um papel a desempenhar na agricultura e julga inclusive que sua intervenção seja insuficiente. A modernização foi conduzida pelos estados, através das políticas agropecuárias, via capital (crédito), pesquisa agrônômica das instituições públicas e da assistência técnica (1998, p.132).

As organizações profissionais e o estado desempenharam papel decisivo na formação da agricultura familiar, que conserva os traços de uma estrutura competitiva.

A delimitação acerca do universo familiar representa um desafio. É possível traçar algumas características para a agricultura familiar, que segundo FAO/INCRA (1994) são:

- ♦ Preeminência da força do trabalho familiar;
- ♦ A não especialização e divisão clássica, formal e hierárquica do trabalho e entre atividade administrativa e executiva;
- ♦ Participação dos membros da família como co-responsáveis na organização e funcionamento do conjunto do sistema família-unidade de produção;
- ♦ Diversificação da produção e o uso de insumos internos;
- ♦ Estratégias voltadas para a segurança alimentar da família, redução de riscos, aumento da renda total da família, garantia de emprego da mão-de-obra familiar e ampliação das condições de trabalho e produção;
- ♦ Uso de trabalho assalariado apenas complementar.

A discussão sobre a caracterização dos agricultores familiares, representa um debate interessante e o assunto é constantemente citado por autores como um desafio na questão rural.

É interessante observar que apesar de haver aparentemente esse grau de dificuldade em abordar as questões referentes as características da agricultura familiar,

Priori; Venâncio (2006), mencionam a possibilidade de trabalhar esse tipo de conceituação através de um conjunto de aspectos que corroboram com a definição acima apresentada, no qual perpassam basicamente pelo uso predominante da força de trabalho familiar, como forma de divisão das atividades produtivas e gerenciais, o trabalho assalariado como atividade complementar, a busca na diversificação da produção e o uso de insumos internos.

A caracterização do agricultor familiar vai além de simplesmente identificar o perfil, pois o grande desafio parte do princípio de que é fundamental a identificação dos principais tipos de produtores. De acordo com Guanziroli *et. al* (2001), os vários tipos de produtores são portadores de racionalidades específicas que se adaptam ao meio ao qual estão inseridos, fato que reduz a validade de conclusões derivadas puramente de uma racionalidade econômica única, universal, e atemporal. A evolução de produtores, tendo como foco de abordagem, a renda familiar, ocorre através de trajetórias distintas, em função da dinâmica das relações existentes no meio rural. Os estudos realizados por Guanziroli *et al.* (2001, p. 114) em Convênio com a FAO/INCRA, contribuíram para distinguir pelo menos três tipos de produtores, sob o foco do nível de capitalização. Para os produtores descapitalizados, o nível de renda é insuficiente para garantir a reprodução da unidade de produção e permanência da família na atividade. São produtores que precisam recorrer a rendas externas para sobreviver. Em via de capitalização, estão inseridos aqueles produtores onde o nível de renda oscila, ou seja, em alguns momentos, pode permitir acumulação de capital, porém não assegurar sustentabilidade as unidades produtivas. Os produtores que apresentam a possibilidade de acumular algum capital maquinário, benfeitoras e terra e que dispõem de mais recursos para a produção, podem ser considerados produtores capitalizados, associando inclusive, a satisfatória renda agrícola, o que mantém certo nível de distância do risco de descapitalização e eliminação do processo produtivo.

É importante que haja o entendimento acerca da classificação e diferenciação dos agricultores familiares entre si, de acordo com o grau de desenvolvimento econômico e social. Para Chayanov (1990 apud FIGUEIREDO 2001, p. 301) a composição familiar é determinante na realização da renda familiar, devido ao peso da disponibilidade de trabalhadores e consumidores de cada família.

Os resultados da renda por unidade de trabalho familiar dependem de características estruturais e funcionais dos sistemas de produção, os quais se encontram em

constante concorrência com os outros de acordo com Mazoyer (1989 apud FIGUEIREDO 2001, p. 301). Quando a análise da renda total dos agricultores familiares é feita através dos grupos de renda permite verificar em que intervalo os estabelecimentos estão inseridos (GUANZIROLI, et al., 2001). Para o autor, é muito próxima a relação entre o percentual de estabelecimentos e a área ocupada por eles em um mesmo grupo de renda total.

Dessa forma, quando se discute sobre renda, é pertinente a abordagem acerca dos sistemas de produção como ponto importante do processo de avaliação. A análise econômica dos sistemas de produção permite avaliar o potencial de capitalização ou de descapitalização de cada categoria de produtor, contribuindo para validar ou não a pré-tipologia definida. Essa identificação transparece ao conhecimento de como acontece as relações sociais inseridas na unidade de produção e as práticas agrícolas adotadas pelos produtores. É pertinente ao processo de análise, identificar e situar os custos de produção, para que seja possível calcular a renda agrícola. A renda agrícola é igual ao valor agregado do sistema de produção (soma do produto bruto, consumo intermediário e depreciação do capital fixo), ou seja, é igual ao valor do que se produziu menos o valor do que se consumiu, somando-se os subsídios e subtraindo salários, impostos, juros e renda da terra que são os arrendamentos.

A permanência ou não do produtor na sua unidade familiar, está relacionada de alguma maneira, com as oportunidades ofertadas de trabalho fora do meio rural, e se estas, representam maior retorno econômico em relação ao que se produz na propriedade, é provável que o produtor perca o interesse em morar no campo.

A diversificação da produção representa um fator necessário para a agricultura familiar, como forma de contribuir para o desenvolvimento das famílias produtoras.

De acordo com estudos realizados, a diversificação da produção representa um importante fator de desenvolvimento da agricultura familiar. Para Guanziroli *et. al* (2001):

A implementação de estratégias voltadas para a diversificação, requer investimento e a viabilidade depende da existência e acesso a linhas de financiamento maleáveis, para investimentos progressivos e com prazos de carência adequados aos ciclos produtivos particulares de cada produto.

Dessa forma, quando ocorre a diversificação da produção, bem como o desenvolvimento do processo de beneficiamento dessa produção, aumentam as chances de melhores resultados e um maior retorno econômico. Até a década de 90, um dos grandes entraves dos agricultores no processo de produção, estava na dificuldade em obter recursos que pudessem favorecer as atividades produtivas. A distância de ações voltadas para o

benefício de agricultores familiares, implicou na ausência de estratégias que impulsionassem o setor. A tentativa de adquirir recursos, mesmo sendo um valor inaudível, era desestimulante diante do prazo e juros ofertados das linhas de crédito regulares.

A qualidade dos produtos oriundos do meio rural, requer a combinação de tecnologia e recursos humanos para que seja possível competir no mercado e assim, garantir retorno financeiro aos produtores.

A globalização, contribuiu e gerou possibilidades para a oferta de equipamentos e produtos cada vez mais especializados e de acordo com SANTO (2004, p. 43), a sustentabilidade passou a depender mais da capacidade da pesquisa em prever, identificar e solucionar os problemas e baixar custos de produção. A capacidade de desenvolver tecnologias para aumentar os excedentes com a redução simultânea de custos, acaba sendo crucial para os pequenos produtores familiares rurais, porque a viabilidade para trabalhar com um maior número de produtores, está em promover a adoção de tecnologias para trabalhar com os excedentes de cada propriedade e assim, exportar mais para reduzir o impacto decrescente sobre os preços do aumento da produção.

Para Schultz (1964 apud PEREIRA et al., 2006, p. 776) os agricultores familiares dos países subdesenvolvidos são eficientes, maximizadores de lucro, alocam seus recursos de forma racional, mas o sistema produtivo possui baixa tecnologia e poucas oportunidades econômicas, o que dificulta o aumento da renda, ou seja, do crescimento econômico.

No Brasil, percebe-se que as regiões apresentam diferentes características com relação à produção, citando como exemplos extremos as regiões sul e norte do país, que podem ser justificadas pela destinação de políticas públicas e recursos específicos.

2.3 Agricultura Familiar na Região Norte

O processo de colonização na década de 70 na Região Amazônica, fez parte da estratégia do Governo Federal como forma de inserir a Amazônia no contexto do desenvolvimento nacional, com a promoção de ações que visavam atrair produtores rurais oriundos principalmente das regiões Sul, Sudeste e Nordeste brasileiro com a promessa de distribuição de terras férteis. A migração de muitos trabalhadores de várias culturas e costumes, teve como objetivo comum, assegurar a garantia de acesso a terra; e trabalho, como forma de proporcionar melhores condições de vida a sua família.

A agricultura familiar na Região Norte possui uma grande vantagem: a riqueza e diversidade que a Amazônia ofereceu e pode ainda oferecer; a floresta como fonte principal de nutrientes para as culturas de ciclo curto (GUANZIROLI et al., 2001).

A agricultura familiar para Guanzirolí et al. (2001, p. 116) desenvolve sistemas complexos de produção, combinando várias culturas, criação de animais e transformações primárias tanto para o autoconsumo como para o mercado, contribuindo para a geração de renda aos produtores rurais.

Diante dos inúmeros processos sociais que ocorreram, surgem os assentamentos. Nessa perspectiva, foram identificados alguns tipos de origem que retratam o perfil dessa criação considerando a trajetória social das famílias assentadas na Região Norte e especificamente no Estado de Rondônia. Guanzirolí *et al.* (2001, p. 208) afirmam que os conflitos por terra, representam uma característica que se pode chamar de “dinâmica de fronteira”. Trata-se de situações típicas de uma região em que as terras foram lentamente ocupadas desde a década de 1960 por agricultores vindo de outras áreas do País. Faz parte da tradição de cultivo desses grupos a fixação por um determinado período numa área, onde fazem o desmatamento e plantio por períodos sucessivos até que a terra comece a dar sinais de cansaço. Nesse momento esses agricultores migram para outros espaços, em busca de terras livres e férteis, agravando a disputa por terras.

O processo acelerado do aumento de pastagens, decorrente do dinamismo da pecuária que é motivada pela maior rentabilidade, retorno mais rápido e considerada mais estável, com relação às lavouras, está contribuindo para uma configuração desfavorável na realidade dos pequenos produtores rurais que sem alternativa diante desse cenário, não sabem o que fazer e para onde ir.

Um fato que singulariza a agricultura familiar na região amazônica na visão de Guanzirolí et al. (2001, p. 145):

[...] é que em distintas localidades, os esforços para superar os problemas e alcançar uma situação de maior equilíbrio e estabilidade vêm convergindo na configuração de sistemas de produção tripartites, composto de um subsistema de lavouras temporárias, um subsistema de pecuária e um subsistema de culturas permanentes. Esse tipo de sistema de produção permite conciliar a viabilidade econômica de uma atividade agropecuária com a preservação da maior parte na massa florestal na região.

Contudo, as dificuldades que os produtores rurais enfrentaram e enfrentam na Região, por vários aspectos, mas principalmente pelas distâncias, contribuem de certa

forma negativamente para o desenvolvimento de atividades agrícolas produtivas, lucrativas e sustentáveis.

Em Rondônia, a migração ocorreu dos mais diversos Estados da Federação, e com isso, veio junto à bagagem de costumes, características e particularidades na maneira de conduzir a lavoura, o trato com a terra, bem como, os costumes de cada família.

A atuação do INCRA foi relevante para o desenvolvimento agrário no Estado de Rondônia, embora ainda existam pendências para executar as atribuições que foram repassadas, em prol dos trabalhadores rurais assentados.

Diante do processo de colonização, o surgimento de novos municípios e em seguida, a criação de Projetos de Assentamento (PA's), a principal ação do INCRA no tocante a questão agrária do Estado, foi procurar garantir a viabilização dos assentamentos, para o desenvolvimento local, municipal e estadual.

2.4 O contexto da Reforma Agrária no Brasil

A Reforma Agrária representa uma política pública, que está sob a responsabilidade do Estado, que tem inclusive, como objetivo, favorecer e realizar uma melhor distribuição de terras, ou ainda, permitir o acesso à terra, para aquelas famílias que encontram-se desprovidas de condições para permanência no meio rural. Para tanto, faz-se necessário realizar a desconcentração fundiária, principalmente através da desapropriação, com a implementação inclusive, de políticas de apoio, desde a infra-estrutura básica a essas famílias, à disponibilidade de acesso a educação, saúde, crédito principalmente focado nas questões produtivas e de tecnologia, bem como na prestação de serviços de assessoria técnica, permitindo portanto, que as famílias tenham qualidade de vida para sobreviver dignamente no meio rural.

O acesso à terra por meio da ocupação e da posse representa uma importante forma de conquista da terra para o trabalho desde a época de libertação dos escravos, embora, tenha-se configurado fortemente a formação de latifúndio em função da grilagem de terras. Em meados do século XX, as Ligas Camponesas surgem como, o Movimento dos Agricultores Sem Terra, a União dos Lavradores e Trabalhadores na Agricultura e a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG),

marcando lutas camponesas nas décadas de 1950 e de 1960. Com o golpe militar de 1964, os movimentos camponeses foram extintos.

A discussão sobre a reforma agrária não está restrita apenas em definir o quanto já se fez, contabilizando os recursos destinados aos assentamentos e a quantidade de famílias assentadas nas últimas décadas. É relevante a discussão sobre reforma agrária, a abordagem sobre quais resultados em prol da qualidade dos assentamentos ocorreram nos últimos anos e quais as políticas implementadas ou em pauta em benefício da agricultura familiar.

Segundo Fernandes (2001, p. 19):

Desde a década de 70 o campo brasileiro passa por profundas transformações, resultantes da implantação do modelo de desenvolvimento da agropecuária pelos governos militares e pelas ações dos principais protagonistas da luta contra esse modelo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Há de se compreender que a questão agrária no limiar do século XXI ainda reafirma que no começo do declínio da ditadura militar, os sem-terra recolocaram a reforma agrária na pauta política. E no primeiro governo da Nova República foi criado o Plano Nacional de Reforma Agrária, que não se concretizou. Parte dos assentamentos implantados durante esse governo foi resultado das ocupações. Ainda assim, nesse período os trabalhadores conquistaram o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - PROCERA (FERNANDES, 2001). E apesar de todas as tentativas de avanços e controvérsias, o autor afirma que os problemas ainda referentes à reforma agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente: à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação; expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais (camponeses e assalariados); à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. E conclui Fernandes (2001, p. 24), [...] “por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política.”

A colonização, segundo INCRA (1981) representa [...] “toda atividade oficial ou particular que se destina a promover o aproveitamento econômico da terra, através de sua

divisão em propriedades familiares distribuídas a parceleiros ou sob a forma de cooperativa”.

Os objetivos fundamentais da Reforma Agrária, de acordo com Guanziroli et al. (2001, p. 188):

[...] vão além da distribuição da terra, caracterizam-se pelo acesso a políticas de infra-estrutura básica e agrícola, que permitam a implantação de um sistema produtivo viável, onde as famílias precisam dispor dos meios de produção propiciando a renda monetária e o autoconsumo, o acesso a benefícios sociais, que promovam a justiça social e a cidadania. Representa uma política importante de geração de empregos no meio rural.

De acordo com o INCRA (1981) a reforma agrária representa o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição de terra, mediante modificação no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

Em verdade, segundo Oliveira (2005), a reforma agrária significa redistribuição de terras em mãos do latifúndio e não mera distribuição de terras devolutas ou de terras compradas por empresas colonizadoras, nem regularização de posses de dezenas de anos, distinguindo, portanto de colonização.

Dessa forma, a conquista de um assentamento não significa o fim de uma luta para ter acesso à terra. Para as famílias organizadas em movimentos, a chegada na terra conquistada representa apenas o começo de uma luta perene, em prol da sua permanência na terra, bem como a constituição de novos grupos de famílias, o que faz com que haja ramificações dessas famílias, e assim, gerando processo de territorialização nos mais diversos lugares do país.

Assim, no contexto de que as famílias assentadas tenham as condições necessárias e possam exercer o direito à cidadania, a reforma agrária continua sendo um instrumento legítimo para dar acesso aos trabalhadores a um bem essencial de produção – terra, permitindo o acesso a outros meios necessários desde a infra-estrutura básica até os requerimentos mais essenciais para uma condição digna de vida (OLIVEIRA, 2005).

É notório que a pressão da luta pela terra promoveu, principalmente na última década, o aumento do número de assentamentos rurais, porém, esta ação acabou sendo contida pelas medidas provisórias onde alegaram criminalidade nas ocupações de terra, por entenderem que havia privilégios para o latifúndio. Essa ação, significaram a retomada de muitos conflitos. Sendo assim, a realização de um plano nacional de reforma agrária seria

uma alternativa mais pontual para minimizar tantas problemáticas existentes em volta da questão agrária brasileira.

O processo da Reforma Agrária tem sido longo e minucioso no que concerne à regulamentação, à venda e à cessão, pelos estados, dos lotes destinados aos futuros proprietários, porém, deixam a desejar na parte essencial, como recursos e burocracia, que são os meios necessários às desapropriações, sem os quais não há nem loteamento nem vendas e também à falta de assistência técnica às propriedades rurais (PRADO JR, 2000).

Um ponto essencial da questão agrária no Brasil diz respeito ao alto preço da terra em confronto com a pobreza, e consiste em uma grande barreira a qualquer Programa de Reforma Agrária e ainda, representa um óbice ao desenvolvimento e progresso para a nossa agricultura.

Os preços elevados das terras dificultam ao pequeno produtor rural, a aquisição de instrumentos de trabalho, máquinas, necessários para produção e na instalação de benfeitorias como construções, estradas, caminhos, cercas, por exemplo, e de culturas e pastagens, como a preparação do solo e plantações.

Não obstante, seria necessário ao se definir preços para aquisição de terras, avaliar as benfeitorias realizadas na propriedade, como forma de inversão de capital, e assim, contribuiria para a valorização da força do trabalho. Dessa forma, as terras consideradas subutilizadas e/ou não exploradas passariam a dar acesso aos trabalhadores que nelas queiram produzir.

A reforma agrária ainda é tida como uma alternativa viável, geradora de empregos e renda frente a uma economia globalizada, mas o seu êxito está diretamente vinculado ao sucesso da agricultura familiar como um todo. E, nesse contexto, Guanziroli (2001) afirma que a política fundiária não pode ser trabalhada de forma isolada, necessitando uma forte ligação com as políticas públicas, principalmente agrícolas, voltadas para a construção de um modelo de desenvolvimento rural que fortaleça a agricultura familiar.

Realizar reforma agrária, vai muito além da simples distribuição de terras. É necessário um conjunto de medidas direcionadas, que possam contribuir e atender o público diferenciado que a agricultura brasileira apresenta. A implementação de ações e programas temáticos, que contemplem as demandas de crédito, fortalecimento da organização social, infra-estrutura, preservação ambiental e o apoio fundamental da assistência técnica, é necessária para que as questões sociais, ambientais e econômicas

possam ser desenvolvidas, e assim vislumbrar a possibilidade de garantir a viabilidade dos assentamentos rurais.

Em uma visão mais ampla, Guanziroli et al. (2001, p. 188-9) apresentam quatro visões sobre o papel atual da reforma agrária no processo de desenvolvimento econômico do país:

- 1 – A visão do “Novo Mundo Rural”, defendida por Graziano da Silva, onde sugere uma reforma agrária com atividades agrícolas, mas também com atividades não-agrícolas, por acreditar limitada a possibilidade da criação de empregos agrícolas através de assentamentos e do apoio da agricultura familiar;
- 2 – A proposta do *Market Oriented Land Reform* elaborada pelo Banco Mundial, onde é possível a distribuição do ativo terra através dos mecanismos de crédito fundiário no processo de crescimento econômico com a diminuição das desigualdades sociais;
- 3 – A reforma ampla, massiva e imediata, do MST, baseada nas reformas agrárias dos países asiáticos, que conseguiram eliminar o latifúndio das áreas rurais em prol da agricultura familiar, mas isso aconteceu em situações atípicas como guerras e revoluções;
- 4 – A visão da Reforma Agrária viável, que representa a tentativa atual, é denominada de política de assentamentos, onde contém o rural não-agrícola, utiliza-se o crédito fundiário através da Cédula da Terra e Banco da Terra, mas sem desprezar as outras formas de obtenção.

A última visão acaba sendo um misto das outras três apresentadas na concepção de Guanziroli e colaboradores, sem desconsiderar a flexibilidade necessária à grande discussão atual, pautada na forma “como”, de fato, ela vem acontecendo, e como identificar pontualmente as problemáticas, os entraves, e os avanços dessa forma de atuação da Reforma Agrária brasileira.

O constante repensar de uma nova estrutura para a questão fundiária no Brasil, demonstra quanto está em evidência, a necessidade de buscar políticas diferenciadas que atendam as especificidades do setor e objetivem o fortalecimento da agricultura familiar e recuperação dos assentamentos da reforma agrária.

Entretanto, as tentativas criadas com o objetivo de atender à realidade brasileira, foram fracassadas. Como exemplo, podem ser citados, o Estatuto da Terra criado em 1964, durante o primeiro governo militar prometia ser a primeira reforma agrária da história do Brasil e o período da Nova República, em 1985, com a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária. A Carta Constitucional de 1988 recebeu em torno de 1,5 milhões de assinaturas em defesa da reforma agrária, todavia o poder dos grandes latifundiários impediu que o texto referente à reforma agrária ganhasse forma definitiva, necessitando de regulamentação.

Nas últimas décadas, a luta pela terra por meio da ocupação tem sido a principal forma de acesso à terra, embora diversas políticas de reforma agrária apresentadas, não tenham dado retorno ou continuidade em prol de seus objetivos. Porém, a luta não cessou através dos movimentos, e isto foi contribuiu para pressionar o Estado na implantação de políticas de assentamentos rurais, sejam elas através de desapropriações de terra, de compra de terras e de regularização fundiária.

Depois dos fracassos de políticas destinadas a reforma agrária, se conhece apenas políticas de implantação de assentamentos rurais fomentadas pela intensificação das ocupações de terra. Em 1993, com a Lei de Reforma Agrária, regulamentando o texto constitucional pouco se avançou, por causa da inexistência de um plano de reforma agrária.

As perspectivas voltadas para a geração de políticas de assentamentos acabaram sendo concebidas apenas como compensatórias para atender prioritariamente, a reivindicação dos excluídos. Assim, a implantação de assentamentos em um município ou uma microrregião além de causar impactos sócio-territoriais, por transformar latifúndios em assentamentos, pode promover mudanças de caráter socioeconômico e político, expandido a participação da agricultura camponesa.

Desse modo, a implantação de assentamentos pode impactar a estrutura fundiária em escala municipal e, conforme o número da população assentada, pode impactar também a distribuição da população, que muitas vezes está concentrada na cidade, aumentando a participação da população rural, pois dos assentamentos não participam apenas famílias de origem rural. Muitas famílias de origem urbana encontram nos assentamentos as possibilidades para recomeçarem suas vidas de forma digna, com trabalho, moradia e educação e na conquista de outros direitos.

Nessa perspectiva, ocorre um processo de reordenamento territorial e de redistribuição populacional. E um dos maiores desafios dos governos acaba sendo o tratamento dado a esses processos como política de desenvolvimento, uma vez que no início dos projetos, os custos com políticas públicas tendem a aumentar. Porém, se há a consolidação desses assentamentos, a geração de trabalho e de empregos contribuem com o desenvolvimento local, interagindo, e dando retorno satisfatório ao contexto socioeconômico territorial.

2.5 Assentamentos de Reforma Agrária

Os assentamentos para Guanzioli *et al.* (2001, p. 210), representam “um esforço de reapropriação e reorganização de espaços agrários, áreas antes ocupadas por lavouras canavieiras ou destinadas à especulação e apropriadas por grandes empresas, em geral consideradas decadentes, que passam a ter o seu lugar econômico refeito em função da presença da luta por terra”.

Resultam, ao mesmo tempo, das lutas e dos conflitos desencadeados pelos agricultores e trabalhadores rurais, por meio de suas organizações e movimentos, e das políticas e iniciativas governamentais que buscam acomodar as demandas desses movimentos sociais e normatizar regras de acesso à terra (MEDEIROS, 2004).

O nível de organização social tem papel importante no sistema coletivo de trabalho, bem como no processo de produção, beneficiamento, abastecimento e comercialização em uma comunidade. Os benefícios que os produtores têm, com o nível de organização elevado, podem estar representados desde o poder de barganha na compra de um insumo à viabilização para agregação de valor aos produtos agrícolas através do beneficiamento, da agroindústria, potencializando as chances de ampliar o mercado, e conseqüentemente a capitalização. O que se deseja com o processo de organização dessas famílias, é que elas possam desenvolver as oportunidades em um negócio de caráter mais lucrativo e sustentável.

Os autores Perico e Ribero (2005), asseguram que, “as comunidades organizadas são o baluarte sobre o qual se pode construir uma relação eficiente de qualificação da demanda de bens e política pública. Sem essas organizações, autônomas, não será possível gerar poder nas comunidades”.

A participação ativa de produtores rurais, embora que ainda aconteça timidamente, observando-se o universo de produtores, mas que de certa maneira já é uma realidade, representa uma etapa importante no processo das organizações sociais rurais existentes nos assentamentos.

A estrutura para atender aos conflitos pela posse e acesso a propriedade da terra no Brasil, possui relação direta com os programas voltados para assentar famílias produtoras rurais. E nesse sentido, Guanzioli (2001, p. 197) aponta quando se faz a comparação entre os conflitos e assentamentos, releva-se que nos Estados onde existe um maior número de famílias em ocupações de terra, verifica-se um menor número de famílias

assentadas, sendo levado em consideração a associação inversa. O incremento aos assentamentos reforçado em meados da década de 90, aponta que houve certa eficácia na política de Reforma Agrária.

Os assentamentos representam territórios em construção, nos quais encontram-se em constante processo de desenvolvimento, em busca de novas práticas, nos mais diversos aspectos inerentes a uma comunidade.

Como explicam Leite et al. (2004), o termo assentamento rural engloba uma importante diversidade de situações com origens e características que variam de acordo com o contexto histórico em que se inserem essas unidades de produção. Do mesmo modo, também são bastante diversificados os beneficiários diretos dos assentamentos de reforma agrária.

Como parte do objeto de investigação da presente pesquisa, os assentamentos rurais são espaços onde os problemas sociais poderão ser encaminhados de forma sustentável e permanente, base para um modelo de desenvolvimento rural socialmente mais eqüitativo, sem estar completamente vinculado às exigências comerciais impostas às “empresas rurais” (BERGAMASCO; NORDER 1996, p. 68).

Sendo assim, para que o assentamento possa ser compreendido como um espaço de vida para uma determinada comunidade, faz-se necessário que o gestor das políticas públicas perceba ao conhecer à realidade, as necessidades de infra-estrutura, e portanto, apresente possibilidades e condições básicas para o desenvolvimento territorial, como por exemplo, a elaboração de projetos em busca de recursos destinados a atender aos anseios da comunidade. A iniciativa em angariar projetos específicos, reforça o importante papel que o processo de planejamento, acompanhamento e execução têm para alcançar metas e assim, realizar ações que realmente atendam às necessidades de uma comunidade.

Existe no Brasil contemporâneo, de acordo com Guanziroli et al. (2001, p. 198), um processo de resolução de conflitos pela terra que utiliza a instalação de famílias de agricultores em novas terras, em Estados da região Norte, dentre eles, Rondônia para resolver a demanda pela terra, motivada não apenas pela consolidação das medias e grandes propriedades fundiárias, tradicionais e modernas, mas também pelo aumento do desemprego nas regiões brasileiras.

Dentre os assentamentos, existem aqueles que atingiram um bom desenvolvimento, garantindo para as famílias assentadas a oportunidade de trabalho e a produção de alimentos para a subsistência e também com a comercialização de excedentes,

obtendo desta forma renda monetária. Em contrapartida, existem inúmeros assentamentos que não conseguiram garantir estas condições, por falta de organização, de políticas públicas, solo inadequado para agricultura, ou ainda pela localização em que se encontram geograficamente.

Dessa forma, são imprescindíveis a realização de atividades participativas, que estejam voltadas para a realidade local, e com isso possam contribuir no processo de aprendizagem, gerando conhecimento com o intuito de fortalecer as atividades realizadas pelas comunidades. A extensão rural representa uma importante ferramenta de apoio e orientação técnica como forma de contribuição para o desenvolvimento das propriedades rurais. O Brasil dispõe de um considerável histórico de acompanhamento, que durante anos implementou diversas tentativas de prestação de serviços de assistência técnica, e por algum tempo, esteve voltada principalmente para as questões produtivas. Como fruto do processo de discussões, nos últimos dez anos especificamente, as discussões voltaram-se para um viés que vai além das questões produtivas, focando as questões sociais e ambientais como forma de promoção do desenvolvimento das unidades familiares nos assentamentos de reforma agrária.

2.6 Extensão Rural no processo de desenvolvimento dos assentamentos da Reforma Agrária

2.6.1 Evolução histórica da extensão rural no Brasil

A extensão rural no Brasil, passou ao longo dos anos do século XX, por diversos momentos, no qual, os serviços destinados às famílias produtoras rurais, sofreram modificações, seja na extinção de um modelo em detrimento de uma proposta nova, ou até mesmo na aposta de reformulações que pudessem atender, de acordo com as perspectivas de cada período, as evoluções no meio rural brasileiro.

No âmbito da implementação de políticas públicas, cabe destacar o importante papel que a extensão rural tem no processo de desenvolvimento junto às famílias assentadas. O serviço de extensão rural brasileiro existe há pelo menos 50 anos. É sabido que o processo de assistência técnica aos assentamentos percorre uma trajetória no qual é oportuno observar:

O histórico referente a existência da extensão rural percorre seis etapas conforme Schmitz (2003, p. 63), que são:

- modelo clássico (1948-1956);
- modelo difusionista-inovador (1956-1967);
- modelo de transferência de tecnologia (1968-1978);
- “repensar da extensão rural” (1979-1991);
- desmantelamento do serviço (1991-até hoje); e
- fase de discussão e experimentação (1996-até hoje).

O período de atuação do modelo clássico foi curto, em função dos resultados insignificantes apresentados. A implementação do modelo difusionista-inovador esteve voltado para pequenos e médios produtores rurais, porém, o processo de expropriação de terras, contribuiu para a concentração e assim, desvirtuando o foco proposto, e com esta nova configuração, a extensão rural passou a ter como objetivo, a transferência de tecnologias, concentrando esforços apenas no aumento da produção para o processo de comercialização. Associado ao processo de tecnologias, naquele período, a agricultura representava também, como mercado para máquinas e insumos agrícolas e ainda, como fonte de divisas. Entretanto, o sucesso da modernização conservadora, gerou um ônus, para o meio rural, já que os produtores não tinham condições de continuar produzindo no campo e assim, migraram para as cidades, aumentando o êxodo rural.

O momento do “repensar da extensão rural”, é marcado por lutas em prol da redemocratização, onde os pequenos produtores, dentre eles, os jovens, passaram a ser novamente o público alvo, onde a produção de alimentos básicos e as atividades que levam ao fortalecimento de estruturas comunitárias EMBRATER (1983, apud SIMÕES, 2003, p. 64), focando portanto, nos aspectos sociais, planejamento participativo, levando ao primeiro plano, o saber do produtor rural. Contudo, a proposta acaba ficando no papel e na seqüência ocorre inevitavelmente o desmantelamento do serviço.

A fase de discussão e experimentação, surgiu em meados da década de 90, e durante esses anos, vem tentando promover políticas direcionadas e que atendam as especificidades constantes no meio rural.

Cabe ressaltar que tais modelos não estão ordenados necessariamente de maneira que uma etapa venha suceder a outra, mesmo porque em alguns momentos ocorre a sobreposição do serviço de extensão rural.

A extinção da EMBRATER no governo Collor (1990-1992), provocou uma desestruturação no tocante aos serviços de ATER em nível de Brasil. As ações até então, previstas e algumas realizadas em prol da prestação de serviços para o meio rural entraram em crise. Dessa forma, a execução dos serviços a nível estadual foi comprometida, pois o enfraquecimento decorrente da extinção do sistema nacional permitiu a vulnerabilidade no processo estrutural, político e financeiro dos estados brasileiros.

Diante desse cenário para a prestação de serviços, e sem a perspectiva de uma política nacional de assistência técnica para o meio rural, a alternativa encontrada no âmbito estadual para manter de alguma maneira essa política pública foi a operacionalização dos serviços, de acordo com as configurações de cada estado.

Conforme Rhoades e Booth (1982), Chambers (1989 apud SIMÕES 2003, p. 68) é importante destacar os produtores no centro do processo da pesquisa, pois os principais elementos que nortearam esta mudança eram o melhor contato e fluxo das informações, garantindo o retorno dos agricultores entre a pesquisa, extensão e prática.

As técnicas e métodos para a participação prática dos agricultores logo começaram a surgir. A pesquisa-ação, pesquisa participante, entre outras, com o foco de colocar os agricultores como centro dos seus interesses, alterando de acordo com Simões (2003, p. 69) a trajetória de orientação técnica através da oferta para a orientação prestada ao agricultor pela demanda. Porém, segundo o autor, essa dinâmica não aconteceu “no lado” da assistência técnica, pelo fato de continuar sendo utilizado como instrumento de intervenção dos governos.

A identificação da própria deficiência da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária foi um fator que contribuiu para identificar a necessidade de implementar ações para suprir tal deficiência. A assistência técnica tradicional focada em produtos, dificulta a desenvolver estratégias em busca de melhoramento produtivo das propriedades rurais.

A implementação de políticas públicas aprovadas no âmbito das esferas do Governo vem enfatizando a importância da abrangência no aspecto social, econômico e ambiental, bem como o incentivo a pesquisa na busca de alternativas que possibilitem o aumento da produção aliado a tecnologia e redução de custos no meio rural. Para

Guanziroli *et al.* (2001), tanto o processo de assistência técnica quanto de capacitação, precisam ser especializados e apresentem maior adaptabilidade aos sistemas familiares de produção. A capacitação de produtores rurais do uso da tecnologia ao processo de venda seja para varejista ou diretamente aos consumidores, preferencialmente realizada através de cooperativas ou associações de produtores rurais é de fundamental importância para que o agricultor possa produzir de maneira digna, garantindo a sua sobrevivência e de seus familiares.

As diversas tentativas de prestação de serviços, estavam voltadas para que se pudesse de fato, trabalhar as deficiências detectadas, bem como, promover ações que envolvesse as famílias trabalhadoras rurais.

A necessidade identificada pelo governo e que passou a ser intensificada, principalmente a partir de meados da década de 1990, reforça a dinâmica que a agropecuária brasileira passou diante da verdadeira revolução tecnológica, decorrente do processo de globalização da economia.

As políticas agrícolas são, hoje, dirigidas a um público mais diferenciado, seja porquanto o desenvolvimento capitalista acelerou os processos internos de diferenciação da pequena produção, seja porque o alcance dos instrumentos dessas políticas se tornou mais abrangente (SILVA, 2003).

A prova disso foi a promoção intensiva de políticas públicas destinadas aos agricultores familiares, com programas de crédito específicos, dentre eles recurso do FNO, Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), dentre outros, que tinham como proposta, disponibilizar recursos as famílias produtoras rurais. Porém, esses recursos não financiam a implantação da infra-estrutura econômica e social dos assentamentos, por ser da responsabilidade do governo. Dessa forma, em pouco tempo, percebeu-se que essa política não contemplava algumas situações da realidade agrária, e diante do dinâmico processo de discussões e até mesmo de algumas avaliações que aconteceram na época, entendeu-se que era necessário, desenvolver uma alternativa que pudesse de fato, atender as especificidades constantes no meio rural brasileiro.

A criação do PROCERA, em 1985, e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, em 1998, representaram importantes Programas para as famílias trabalhadoras rurais, embora ambos tenham sofrido várias formas de contestação política. O primeiro por ter sido uma importante política de crédito que favoreceu a implantação de diversos tipos de cooperativas de assentados, no qual contava com a

participação de comissões estaduais de assentados, que deliberavam a respeito das aplicações dos créditos de investimento e custeio, tendo como referência os projetos de desenvolvimento agropecuário dos assentamentos, buscando promover uma primeira fase de consolidação dos assentamentos. O PRONERA tornou-se uma importante política pública de educação dos assentamentos e acampamento rurais, pois, promoveu ações na alfabetização de jovens e adultos, no Ensino Fundamental, Médio e Superior, tornando-se referência nacional para o desenvolvimento da educação nos assentamentos e na construção da cidadania. Porém, a extinção do Programa de Crédito acabou sendo inevitável em 1998 e o PRONERA retomou fôlego já em 2003, mesmo com o desprestígio e a falta de atenção, durante boa parte da sua existência.

E como resultado das diversas discussões, e reformulações, em 1996 foi implementado o PRONAF, com o intuito de preencher inclusive, as deficiências detectadas com as outras possibilidades de financiamento. A filosofia do PRONAF segundo Carneiro (1997 apud ANJOS 2003, p. 273) se inspira na experiência francesa do pós-guerra, no qual o campesinato converteu-se na base social de um amplo projeto de desenvolvimento.

O PRONAF segundo Abramovay e Veiga (1999), está conseguindo construir um ambiente institucional necessário à ampliação da base social da política nacional de crédito e de desenvolvimento rural.

O crédito é necessário, segundo Feder (1990 apud PEREIRA et al., 2006, p.775) para viabilizar a produção uma vez que o agricultor possui um ciclo de renda sazonal e precisa de antecipação de recursos para compra de insumos e equipamentos necessários para produzir.

Em prol de um modelo de apoio ao crédito para a agricultura, o PRONAF representa uma política de concentração de recursos escassos que, a despeito da quase total inexistência de mecanismos institucionais de apoio e sustentação, sempre demonstrou seu dinamismo e viabilidade técnica e econômica em contextos muito distintos da história agrária nacional (ANJOS, 2003).

Associado a esse momento importante que se configurava com a destinação de crédito específico para a agricultura familiar, a temática sobre o processo de assistência técnica também foi retomado, mas discutindo agora, questões mais pontuais no que tange a prestação de serviços para o meio rural brasileiro.

No final da década de 90 foram promovidas discussões para a elaboração de uma Política Nacional de Assistência Técnica, no sentido de se buscar atender as

especificidades e permitir mudanças no contexto da realidade agrária brasileira. O INCRA diante da necessidade de uma nova configuração para a realização de ações voltadas para a agricultura familiar lançou o Programa Nacional de Assessoria à Reforma Agrária, sob uma nova perspectiva, contemplando além das questões produtivas até então entendidas como principais, outras dimensões de sustentabilidade como as questões social e ambiental.

Em uma primeira tentativa, foi implementado em 1997, o Projeto Lumiar, que surgiu como uma ação que iria trabalhar prioritariamente nas questões deficientes no âmbito de assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária. Criado com o perfil de um Projeto de caráter descentralizado, onde os assentados por meio de associações e cooperativas contratavam técnicos especializados para atuarem em projetos de assistência técnica, gestão de crédito, infra-estrutura e capacitação.

Porém, como ocorre de praxe, geralmente os programas ou projetos implementados, tem um tempo limitado, mesmo o INCRA atuando como provedor de recursos e supervisor das ações, não é de competência dessa autarquia os programas de fomento e assistência técnica.

Uma das orientações básicas do Projeto Lumiar segundo Simões (2003, p. 69) é o de promover “estímulo à recuperação das instituições de extensão rural no país, de maneira a reduzir gradualmente a necessidade da ação do INCRA em funções típicas de política agrícola, como assistência técnica”.

O Lumiar teve suas atividades encerradas no ano de 2000, onde foi extinto sob os apontamentos de que os técnicos haviam sido estruturados através dos movimentos socioterritoriais. Entretanto, considera-se de fato, que a forma como o Lumiar foi conduzido, acabou propiciando uma relação solidária entre os assentados e os técnicos, de modo que qualquer proposta de controle social por parte do Estado teria dificuldade de ser implantada.

A extinção do LUMIAR traz a tona novamente, o abandono às famílias assentadas, no que tange a prestação de serviços de assistência técnica seja acompanhamento dos sistemas produtivos, aplicação de crédito e a natural demanda existente nos assentamentos. E assim, se configurava mais uma vez, a multiplicação das dificuldades.

Nessa perspectiva, como sucessão do extinto Projeto Lumiar, uma nova proposta passou a ser discutida para a prestação de serviços de assessoria técnica aos assentamentos

rurais brasileiros, com abrangência nacional, e propondo ações permanentes e com exclusividade para Reforma Agrária, como forma de apresentar uma nova reestruturação dos serviços de ATER.

2.7 Desenvolvimento rural: questões produtivas, sociais e ambientais

2.7.1 Produção Agrícola

Os sistemas produtivos existentes em cada área agrícola externam a tipologia da família residente, haja vista o acúmulo de bens e serviços ao longo do tempo de exploração diagnosticar bem esse fato. No entanto, não há simplicidade no método de análise, e entre os motivos, é possível destacar as especificidades e condições que cada localidade apresenta, diante dos sistemas produtivos adotados pelos agricultores.

Graziano (1998, p. 127) afirma que o crescimento da produção agrícola nacional decorrente do processo de modernização pulverizado em todas as regiões brasileiras, sofreu diferenciação na produção agrícola considerada relevante. Delgado (apud Graziano, p. 127) salienta que essa evolução na produção ocorreu principalmente no Centro-Sul do país, havendo expansão maior com destaque para a produção de feijão, milho, arroz, trigo, soja, cana-de-açúcar, café, cacau e mandioca.

Nessa mesma perspectiva, Gasques e Villa Verde (1990, apud Graziano 1998, p. 128) constataram que na década de 1980, as lavouras de subsistência (que acompanham a abertura de novas áreas) foram sobrepujadas por lavouras comerciais como o café, milho, cacau e soja. O Centro-Oeste especializou-se no cultivo de grãos e em conjunto com o Sudeste especializaram-se no café e cana-de-açúcar, onde também nessas regiões, os produtos alimentares perderam área de cultivo.

A Economia rural, significa segundo Santana (2005, p. 01) o conjunto de conhecimento que envolve as relações de produção, processamento, distribuição e consumo das coisas rurais, agora e no futuro. Economia Rural pode ser definido como o estudo das formas como o homem escolhe utilizar tecnologia e recursos escassos, como o capital, trabalho, recursos naturais e capacidade de gestão em atividades alternativas sejam elas agrícolas, pecuárias, florestais ou extrativistas, para produzir alimentos e fibras e

distribuí-los para atender às necessidades de consumo das populações presentes e futuras sem destruir a natureza.

Os indicadores constantes na dimensão produtiva contemplados na presente pesquisa, permeiam todos os outros das demais dimensões da sustentabilidade agrícola. A variável produção familiar, contemplou a identificação das culturas perenes temporárias e a criação de animais existentes nas propriedades rurais.

A identificação da produção existente de café, banana, manga, laranja, entre outras, bem como a área de cada cultivo das culturas perenes, representa o investimento a longo prazo feito pelas famílias assentadas, sendo seus resultados influentes no desenvolvimento e que contribuem para a definição da tipologia agrícola.

A variabilidade na produção anual ocorre em função da produção agrícola depender de fatores externos que não estão sob o controle do produtor, como por exemplo, pragas e clima, contribuindo para variação nas safras de um ano para outro. É importante atentar no planejamento, para a sazonalidade, que está diretamente relacionada aos ciclos das culturas e estações, e esta realidade contribui para o um período significativo no armazenamento, como forma de abastecer os mercados na entressafra.

A identificação das culturas temporárias como o arroz, feijão, legumes, entre outras, e qual a área plantada de cada lavoura, traduzem em uma leitura feita na unidade familiar, como um “ganho” mais rápido pela família assentada, e que pode servir, na maioria dos casos, como fonte alternativa de renda e alimentação, antecedendo aos resultados produtivos das permanentes.

Nas áreas produção dos assentamentos, é freqüente identificar pequenas quantidades de um produto sendo produzido por diversos pequenos agricultores, onde na sua maioria, produzem para o autoconsumo e vendem somente os excedentes da safra.

Os produtos agrícolas são produzidos na forma bruta, no qual necessitam de algum tipo de ajuste para seu consumo final, seja uma simples lavagem (hortifrutigranjeiros), ou sua transformação total (tomates). São volumosos e perecíveis (Braga e Lírio, 2003).

A criação de animais nas propriedades rurais e que foram conhecidas na presente pesquisa, permitiram identificar, quando contabilizados pelos produtores assentados, a existência de geração de renda para a unidade familiar e a dinâmica de mercado.

A variável geração de renda, representa a divisão monetária da renda familiar, podendo-se caracterizar a forma principal desta com as obtidas com os sistemas

produtivos. A participação das políticas públicas no desenvolvimento econômico da propriedade rural é também caracterizada pelas linhas de crédito utilizadas e programas sociais. Além disso, a dependência da família ao mercado externo poderá também ser caracterizado, quando os resultados dos sistemas de produção pouco incrementarem na renda líquida e no abastecimento alimentar familiar, corroborando para o consumo de bens existentes no mercado externo, os quais poderiam ter sido obtidos na propriedade agrícola.

2.7.2 Contexto Social

A dimensão social integrada por produtos e serviços relacionados à saúde, educação, cultura, lazer, entretenimento, entre outros, está se transformando no novo eixo motor da economia do século XXI, onde o social exige a dinâmica de cooperação para o bem-estar da comunidade.

As formas organizacionais presentes e seus respectivos históricos de ações refletem o sistema de comercialização de produtos e geração de renda, assim como os aspectos educacionais e de saúde existentes.

Para Fonseca (2007):

a principal exigência das demandas societárias está na compreensão de que o crescimento econômico deve contribuir com a eliminação das desigualdades sociais por meio da geração de emprego e renda, viabilizando a expansão competitiva de atividades que possam superar a vulnerabilidade hoje existente, vulnerabilidade esta no passado próximo localizava-se na ausência de uma política educacional que deveria propor a integração e a transversalidade com os outros segmentos sociais recebendo da educação, o principal insumo - o cidadão, preparado para o mercado de trabalho e os demais segmentos da sociedade. A construção dessa integração e transversalidade modifica a percepção predominante no passado que entendia a educação como um processo voltado somente a sua função formadora e da construção de estruturas escolares, como se este dado físico fosse o suficiente para atender as emergências demandadas da sociedade.

Os indicadores contemplados na presente pesquisa, buscou conhecer o nível de participação dos assentados, chefes de família, em organizações fossem elas de caráter informal ou não; a participação dos assentados em atividades festivas e religiosas nos assentamentos; a existência, e qual a disponibilidade do serviço de atendimento à saúde disponível no assentamento, e por fim, o grau de instrução dos assentados, chefes de

família, com a especificação do número de beneficiários não-alfabetizados por assentamento foco da presente pesquisa.

O processo de organização entre trabalhadores rurais, seja através de associações, cooperativas ou até mesmo grupos informais, representa um importante instrumento para atender demandas existentes em uma comunidade.

As formas de organização no meio rural já existem no Brasil desde o período colonial, como é o caso das práticas de ajuda mútua, mutirões, troca de serviços, e que persistem até os dias de hoje em várias regiões brasileiras; mas um tipo de organização conquista cada vez mais uma posição de destaque no campo brasileiro: as associações de agricultores (SILVEIRA, 1992).

As ações relacionadas ao associativismo foram apontadas em dois extremos pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2005), em diagnóstico realizado na agricultura familiar. Primeiramente aponta sobre o crescimento desigual do associativismo nas regiões, a dificuldade de auto-gestão, o incremento limitado pelo custo inicial, o reduzido número de profissionais habilitados e disponíveis, e ausência de programas de apoio. E por outro lado, exalta as suas peculiaridades, como, a sua importância na escala econômica da produção familiar, na redução de custos de produção, na qualificação dos produtos, na agregação de valores, na apropriação de resultados, na organização social, no exercício da gestão coletiva e na autonomia da sustentabilidade da agricultura familiar.

O associativismo e a diversificação das atividades rurais exercidas por agricultores familiares, são mecanismos que podem contribuir para a permanência e sobrevivência do homem no campo. O estabelecimento do associativismo em uma comunidade, estimula o diálogo comunitário e a busca contínua de alternativas voltadas para a assistência técnica, recursos junto aos órgãos especializados, públicos e privados, por exemplo, viabilizando a execução e a qualidade das múltiplas atividades desenvolvidas no meio rural.

Turra e Santos (2002) falam que a organização social é a base da sustentabilidade dos processos de desenvolvimento. O desenvolvimento não pode ser visto somente como geração de tecnologias ou de apresentação de novos produtos. O desenvolvimento, para ser sustentável, deve estar baseado no processo de participação dos indivíduos. “É a criação de capital social que vai promover o desenvolvimento” (2002, p.9).

Segundo Silveira (1992), as organizações procuram tomar iniciativas de cooperação que se destinam explicitamente a superar a marginalidade em vários planos

(técnico, econômico, político, social, etc.). Na verdade, as associações de agricultores têm se constituído em uma forma de resistência ao processo de produção cada vez mais competitivo e seletivo. A cooperação entre os pequenos agricultores se constitui numa alternativa concreta para a sobrevivência dos mesmos e uma perspectiva real de desenvolvimento para a região. Por outro lado, essas organizações de base, legalizadas ou não, são consideradas o melhor sistema para garantir continuidade de trabalho organizativo autônomo nas comunidades rurais.

Para Silveira et al (1998) as associações podem ser um meio de racionalizar os altos custos e as exigências de escala da tecnologia moderna.

Podem, inclusive, graças a sua racionalidade própria, tornar viáveis certos meios de produção simplesmente porque possibilitam, indiretamente, uma melhor ocupação e rentabilidade da força de trabalho, disponíveis nas famílias, segundo Lannoy (1987).

Ou como explica Ciprandi (1989), é uma forma de cooperação entre os pequenos agricultores que se constitui numa alternativa concreta para a sobrevivência dos mesmos.

As variáveis trabalhadas na presente pesquisa, também estão intrínsecas ao processo de desenvolvimento das comunidades rurais. E quando se fala em desenvolvimento atualmente, é inevitável raciocinar no contexto de que as organizações, independentemente do âmbito que atuem, com as questões sociais, econômicas e ambientais decorrentes de um processo de mudanças sob uma nova visão em prol sustentabilidade no meio rural.

O aspecto sustentável busca no processo de desenvolvimento, estabelecer uma relação equilibrada entre desenvolvimento social, cultural, político, econômico e ecológico.

O estabelecimento de um diálogo participativo, de acordo com Bianchini (2004, p. 12), levando em consideração as categorias do desenvolvimento sustentável, aqueles que vivem e trabalham no meio rural em sua individualidade, sejam crianças, jovens, idosos, homens, mulheres, a unidade familiar como forma associativa de gestão do agroecossistema na unidade produtiva, o capital social como forma de gestão das relações nos âmbitos da comunidade, possibilita contribuir com diagnóstico, planejamento, pesquisas, projetos, e definição de políticas públicas para a construção de um desenvolvimento rural sustentável, que inclua os campos econômico, social e ambiental.

O autor complementa que a integração de políticas, tais como: ambiental, social, econômica, agrária, de saúde, habitação, educação, infra-estrutura, esporte, cultura e

agrícola pode ser o caminho mais fecundo para promover tanto o fortalecimento da agricultura familiar como o desenvolvimento sustentável. De fato, não é possível dissociar a questão da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável. Dissociar a agricultura familiar de suas várias dimensões, social, econômica, ambiental e cultural entre outras é retroceder ao passado esquecer os avanços da sociedade, assim como colocar em risco a sustentabilidade, que ainda está em processo de construção.

2.7.3 Perspectiva Ambiental

Os aspectos relacionados ao ambiente permeiam todas as atividades e as condições de sobrevivência e exploração rural das famílias. A ação antrópica contribui de forma substancial para a degradação ambiental pela necessidade de produção e aquisição de bens. Nesse sentido, medidas mitigadoras e indicadores de desenvolvimento dessas ações são necessários para que se promova e avalie o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

As discussões sobre as questões ambientais vêm sendo intensificadas, principalmente nas últimas duas décadas. E essas discussões permeiam desde a deficiência na gestão ambiental à conseqüências negativas, decorrentes do crescimento.

Dentre as discussões pontualmente realizadas sobre o meio ambiente, destacam-se: a Conferencia de Estocolmo em 1972, no qual foi constituída uma declaração sobre o ambiente, que expressou a afirmativa de que tanto as gerações presentes quanto as futuras precisavam reconhecer um ambiente saudável como direito fundamental a vida; Em 1987, depois de inúmeros debates sobre o desenvolvimento e meio ambiente, foi gerado o Relatório de Brundland⁵, que resultou na constituição de base e conseqüentemente, possibilitou conceituar desenvolvimento sustentável; e por último, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, e teve como principal documento a Agenda 21⁶.

⁵ Fruto da Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, em 1987 que apresentou o documento "Our Common Future", mais conhecido por relatório Brundtland. O Relatório afirma que o desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades".

⁶ A Agenda 21, além de contemplar a questão ambiental, aborda também sobre desenvolvimento. No documento, constam seções sobre os aspectos sociais e econômicos, conservação e administração de recursos, fortalecimento de grupos sociais e meios de implementação.

A preocupação portanto, passa a ser compartilhada pela maioria das nações diante dos inúmeros problemas, como alterações climáticas, desertificação, armazenamento e transporte de resíduos perigosos, poluição hídrica, perda de biodiversidade, entre outros, e exigem medidas que contemplem causa e efeito na solução dos problemas.

Essa questão não pode ser trabalhada isoladamente. Buscar alternativas que promovam a preservação ambiental, requer a compreensão de que é necessário associar o processo educacional e de desenvolvimento.

A respeito, Cavalcanti (2001), afirma que um estilo de desenvolvimento é orientado prioritariamente pela busca da satisfação de necessidades básicas e pela promoção da autonomia das populações envolvidas no processo. A integração da dimensão ambiental é pensada não só como o reconhecimento de limites adicionais à ação planejadora, visando legar às gerações futuras, um planeta habitável, mas também como abertura à pesquisa de um leque o mais amplo possível de recursos ou potencialmente existentes em cada contexto sócio-ambiental.

O conceito de desenvolvimento sustentável se populariza em todo o mundo com a divulgação do relatório “Nosso Futuro Comum” em 1987. As considerações acerca da sustentabilidade do desenvolvimento tornaram-se indispensáveis, porque são conseqüências das mudanças fundamentais que vem se processando, tanto no campo social e cultural, como, de um modo geral, numa nova visão de mundo que se constitui, Kitamura (1993).

A sustentabilidade, para Santos (1995), do ponto de vista socioeconômico, enquanto paradigma, está ligado à questão do desenvolvimento. É o paradigma que orienta o uso de tecnologia de mínimo impacto no manejo ambiental, visando a obter o crescimento econômico, de um lado, e promover, de outro, a equidade social.

Para Sepúlveda (2005, p. 258), desenvolvimento rural sustentável representa um processo multidimensional cujo objetivo é promover o melhoramento do meio rural, reorganizando o uso do espaço ao mesmo tempo em que melhora os mecanismos de acesso aos recursos naturais e viabiliza seu uso racional. Essa concepção integra as dimensões político-institucional, sócio-econômica, produtivo-tecnológica e ecológica.

A Agroecologia, para Costabeber e Ramos (2006) tem sido assumida como uma ciência ou uma disciplina científica, um campo de conhecimentos de caráter multidisciplinar, com princípios, conceitos e metodologias que permitem estudar, analisar, construir, orientar e avaliar agroecossistemas.

Os objetivos da pesquisa agroecológica não são a maximização da produção de uma atividade particular, mas a otimização do agroecossistema⁷ como um todo, o que implica a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais. A Agroecologia é o campo de conhecimentos que proporciona as bases científicas do processo de transição do modelo de agricultura convencional para estilos de agricultura ecológica ou sustentável (Caporal; Costabeber; Paulus - 2006); (Caporal; Costabeber, 2000).

2.8 O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES)

As alternativas de extensão rural implementadas no Brasil, passaram por diversas fases históricas, e que estiveram diretamente relacionadas aos modelos de gestão apresentados pelo Estado ou ainda, nas diversas formas de organização dos serviços que sempre estiveram associadas ao processo político do país.

As ações predominantes desenvolvidas pelos serviços de extensão rural, estiveram relacionadas diretamente com o aumento da produção e da produtividade agrícola. A partir da década de 1990, as atividades de ATER passariam por reformulações com a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)⁸ e que mais tarde seria necessário incluir estratégias de desenvolvimento com enfoque não tão somente nas questões produtivas, mas relacionadas fundamentalmente com as questões sociais e ambientais no meio rural.

Como forma de atender essencialmente um segmento da agricultura familiar, pensada como uma alternativa diferenciada para atender as especificidades dos assentamentos rurais, foi implementado em 2004 os Serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), lançado em algumas regiões do país, a exemplo

⁷ Os agroecossistemas são considerados como a unidade fundamental desse tipo de estudo: os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas e culturais são vistas e analisadas em conjunto.

⁸ Construída de forma participativa, com articulação com diversas esferas do governo federal, visando estruturar o sistema nacional de ATER. Ver documento sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, elaborado em 2004, por uma equipe do MDA.

do Estado de Rondônia, ao passo que atuavam as estratégias e mecanismos assegurados pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), porém, visando implantar uma ação descentralizada de apoio às famílias dos agricultores (as) assentados nos Projetos de Assentamentos reconhecidos pelo INCRA, com iniciativa do Governo Federal, em parceria com outras instituições públicas, privadas, entidades de representação e coordenação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e Organizações não Governamentais ligadas à Reforma Agrária (RONDÔNIA, 2006).

O ATES, visa contemplar a prestação de serviços de assessoria técnica com caráter multidimensional do processo de desenvolvimento, propondo um instrumento de qualificação da implantação e recuperação dos projetos de assentamentos, com a utilização de instrumentos, através da elaboração de planos que possibilitem nortear a destinação dos créditos e do desenvolvimento desejado pela comunidade beneficiária.

O Manual Operacional do Programa ATES (2007, p. 5), estabelece dentre os objetivos específicos:

Contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável das áreas de assentamento, valendo-se de paradigmas baseados nos princípios da Agricultura Familiar, com foco na Agroecologia e na valorização das tradições, costumes e conhecimentos endógenos de que são dotadas as famílias beneficiárias da Reforma Agrária, mediante a adequação das atividades às especificidades de cada região e bioma;

Promover a segurança alimentar e a viabilidade econômica, na perspectiva do desenvolvimento territorial integrado;

Estabelecer mecanismos e modelos de gestão capazes de monitorar, avaliar e promover as devidas correções das ações no tempo real, mediante participação dos diferentes atores sociais;

Desenvolver um Programa de capacitação participativo, conciliando os saberes adquiridos na escola e os obtidos pelas comunidades assentadas;

Apontar estratégias iniciais, garantidoras da soberania alimentar e nutricional aos assentados, mediante a formulação de Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA).

A implementação do ATES em 2004, esteve caracterizado inicialmente como serviços de assessoria técnica, onde se enquadrou até início de 2007, como uma ação de um Programa específico do Governo Federal. A sua regulamentação esteve embasada na Norma de Execução (NE) no. 039 de 30 de março de 2004 e Manual Operacional de ATES, apresentado naquele ano, onde foram estabelecidas diretrizes e orientações para a execução dos serviços de assessoria técnica. Dentre a estruturação constituída, o ATES apresenta uma coordenação em nível nacional, realizada pelo INCRA, que tem

intermediação da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – DD/INCRA Nacional (SD) e em nível estadual, por cada Superintendência Regional (SR).

A prestação de serviços de assessoria técnica naquele momento, apresentou-se como um dos principais instrumentos capazes de reverter o quadro de estagnação em que se encontrava a maioria dos projetos de assentamento, bem como, uma oportunidade de liquidar o passivo que se estabeleceu diante da paralisação ocorrida, e assim, retomar as ações, trabalhando inclusive, na recuperação dos assentamentos existentes e na qualificação da implantação dos novos projetos.

É possível afirmar, que o Programa surgiu numa época oportuna, pois com a extinção do Projeto Lumiar, os assentamentos ficaram sem assistência, e por isso, o INCRA acabou atuando de forma isolada e descontinuada nos assentamentos, mesmo em situações específicas onde ocorreram a formalização de alguns convênios para prestação de serviços, mas de maneira pontual e de curta duração, sem no entanto, apresentar indícios de que viriam como uma oportunidade de substituir o antigo projeto e garantir basicamente a qualidade dos serviços de assistência técnica e extensão rural.

A abrangência do Programa ATES em todas as Unidades da Federação, não exige que seja contemplado a natural necessidade de adaptabilidade da realidade de cada região, ou seja, as diversas realidades existentes no Brasil, com relação as questões econômicas, ambientais, e principalmente sociais e culturais das comunidades assentadas.

Em março de 2007, através da Norma de Execução no. 060, os serviços de assessoria técnica receberam o status de Programa, configurando a partir de então, para uma nova conjuntura, já que recursos seriam destinados especificamente para o Programa, discussões e ações voltadas para as premissas, passariam teoricamente a fazer parte do contexto de maneira mais efetiva, e ainda, uma melhor definição das atribuições dos atores envolvidos no processo.

A fim de viabilizar um canal institucionalizado de comunicação, a NE de 30 de Março de 2007, prevê a estruturação de Fóruns Nacional e Regionais do ATES que tem, entre outros, funções em caráter consultivo que atuam na gestão, com o objetivo de promover a participação e o debate entre as diversas instituições atuantes na instância de execução técnica, inseridos, no âmbito da Reforma Agrária, com vistas a conferir maior transparência ao processo de planejamento, implementação e avaliação das atividades de ATES (INCRA/MDA, 2007).

A estrutura da Coordenação e Execução do Programa ATES compõe-se com a sede do INCRA em Brasília, no qual está inserido o fórum nacional, os fóruns estaduais presidido pelas respectivas superintendências regionais do INCRA, as prestadoras de serviços atuando, diretamente, nos assentamentos, através das equipes técnicas compostas nos núcleos operacionais e equipe de articulação, atuando, no trabalho de acompanhamento, monitoramento das prestadoras de serviços de assessoria técnica nos assentamentos.

A figura 2 apresenta a estrutura referente ao ATES, no âmbito nacional.

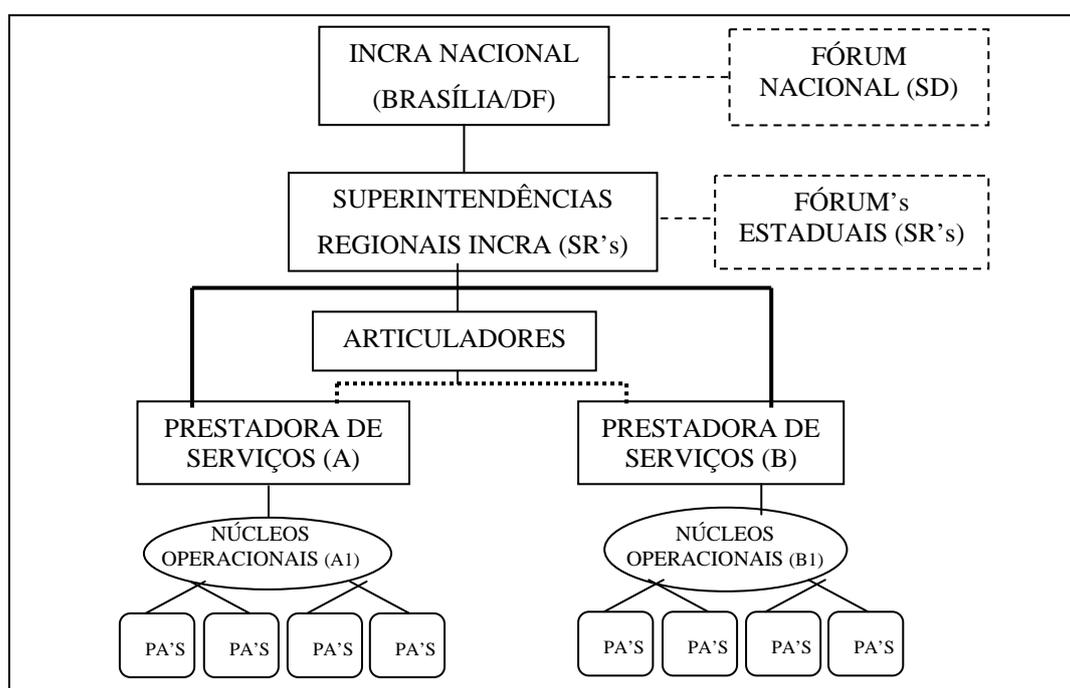


Figura 2 - Estrutura de Coordenação e Execução do Programa ATES.
Fonte: Composição da autora, 2008.

A operacionalização do Programa em nível estadual mantém a mesma dinâmica nacional, tendo a Superintendência Regional do INCRA em Rondônia (SR-17) como órgão gestor e assegurador do Programa no Estado existem, a participação de quatro prestadoras de serviços nas quais durante o convênio, atuaram aproximadamente 200 profissionais de nível médio e superior das áreas de ciências agrárias, social, econômica e ambiental.

Para a execução das atividades alinhadas com as premissas do ATES, são estabelecidos convênios com entidades privadas, sem fins lucrativos atuantes no âmbito da reforma agrária, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável, bem como com

Estados e Municípios, tendo o INCRA como principal provedor de recursos e supervisor das atividades (MDA/INCRA, 2007).

Para implementação do Programa de ATES no Estado, foi desencadeado um processo de seleção das instituições com perfil para prestadora de serviços junto ao Programa. Estas devem apresentar projeto técnico, com detalhamento das metas no plano de trabalho. A partir desse processo é firmado convênio de ATES. Em Dezembro de 2004, foi celebrado os primeiros convênios com as seguintes prestadoras de serviços: AECA, COOTRARON, EMATER e MILÊNIO. Estas passaram a atuar nos territórios e áreas prioritárias.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa tem como unidade de análise, avaliar a contribuição do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária para o fortalecimento da agricultura familiar no Estado do Rondônia, considerando três assentamentos. No Estado, o ATES contou durante os primeiros dois anos da implementação da assessoria técnica, com a atuação de cinco prestadoras de serviços quais sejam: Associação Estadual de Cooperação Agrícola (**AECA**); Cooperativa de Trabalho Agro-Ambiental de Rondônia (**COOTRARON**); Associação Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (**EMATER**) e Cooperativa Multiprofissional e Mútua de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais (**MILÊNIO**) e Fundação Rio Madeira (**RIOMAR**), esta última responsável pela equipe de articulação. Em 2007, com o encerramento do primeiro convênio e a dificuldade apresentada pela maioria das prestadoras seja na prestação de contas ou problemas de gestão, o Programa ATES foi executado no convênio seguinte em um número reduzido de assentamentos e com atuação apenas das prestadoras EMATER e IEPAGRO⁹.

Este capítulo, traz a delimitação espacial da pesquisa, tipos de pesquisa, procedimentos, definição da população e amostra e variáveis, e por fim, a análise de dados utilizadas na pesquisa.

3.1 Definição Espacial da Pesquisa

Em Rondônia, 123 projetos de assentamentos de Reforma Agrária foram assessorados pelo ATES, sendo a maioria, dispersos. Estabeleceu-se parâmetros básicos que externassem representatividade para a pesquisa, assim como resultados comparativos, tendo como principais critérios aqueles assentamentos:

- a) considerados não emancipados pois estão aptos a receber apoio do INCRA através de políticas públicas, até a fase que antecede a emancipação destes. Os assentamentos quando emancipados, teoricamente são considerados

⁹ O IEPAGRO foi a prestadora de serviços responsável pela contratação da equipe de articulação no segundo convênio, firmado em 2007.

assentamentos estruturados, e que dispõem de todas as condições que as famílias precisam para viver dignamente.

- b) recebendo assessoria desde a implementação do Programa ATES em Rondônia, para que fosse possível avaliar a contribuição do ATES no período em que esteve vigente no Estado de Rondônia;
- c) com Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) elaborado, por conter diagnóstico e plano de ação do assentamento, realizado no primeiro ano do convênio;
- d) localizados em um mesmo território, para estabelecer comparação entre os assentamentos.

O atendimento aos critérios acima estabelecidos, fez-se necessário, pois avaliar a contribuição do Programa ATES para o fortalecimento da agricultura familiar nos assentamentos, seria possível apenas naqueles em que o ATES atuou durante a vigência dos convênios firmados. Em relatórios da RIOMAR (2007) e do IEPAGRO (2008), foi possível identificar os assentamentos que dispuseram de assessoria técnica durante a atuação do Programa em Rondônia, que compreende o período entre 2005 e 2007, delimitado portanto, para o presente estudo.

A definição espacial da divisão em territórios e áreas prioritárias realizada para os assentamentos de Rondônia, está representada pelo mapa da figura 3.

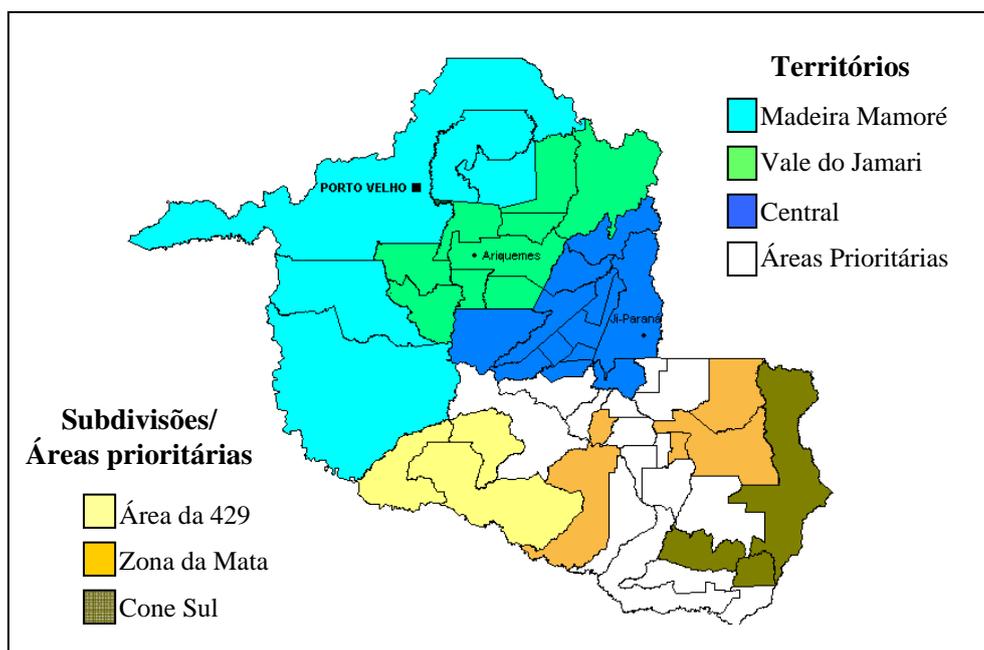


Figura 3 - Divisão Territorial e Áreas Prioritárias de atuação do Programa ATES em Rondônia.

Fonte: RONDÔNIA ZEE, Lei 233/2001 – Base Fundiária do INCRA SR-17, 2005.

O Território representa para Abramovay (2000, apud PNATER 2004) mais do que uma base física para a relação entre os indivíduos e organizações: possui um tecido social, uma organização complexa, feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais. Segundo ele, um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades.

Através de dados secundários, foi possível observar as informações gerais dos assentamentos, PDS, RESEX criados pelo INCRA/SR-17, em Rondônia. De posse dos dados, primeiramente as informações constantes dos assentamentos foram tratadas, através de ferramenta da planilha excel, a fim de conhecer os assentamentos considerados não emancipados até dezembro de 2007. Em seguida, foram selecionados os assentamentos que receberam assessoria durante a vigência do Programa ATES no Estado de Rondônia. Através de ofício do INCRA SR-17, foi possível conhecer os PDA's elaborados dos assentamentos.

Os critérios estabelecidos na presente pesquisa, permitiram identificar 3 (três) assentamentos que atenderam as delimitações requeridas, quais sejam:

- PA Antônio Pereira Nery;
- PA Martim Pescador; e
- PA Primavera.

Os assentamentos estão localizados nos municípios Vale do Paraíso, Urupá/Alvorada D'Oeste e Theobroma, respectivamente. Entretanto, no município de Urupá e Alvorada D'Oeste, as propriedades rurais dos assentados extrapolam as fronteiras geopolíticas de um único município.

O mapa da figura 4, apresenta localização dos municípios/núcleos operacionais¹⁰, no qual estão inseridos os assentamentos objeto da pesquisa.

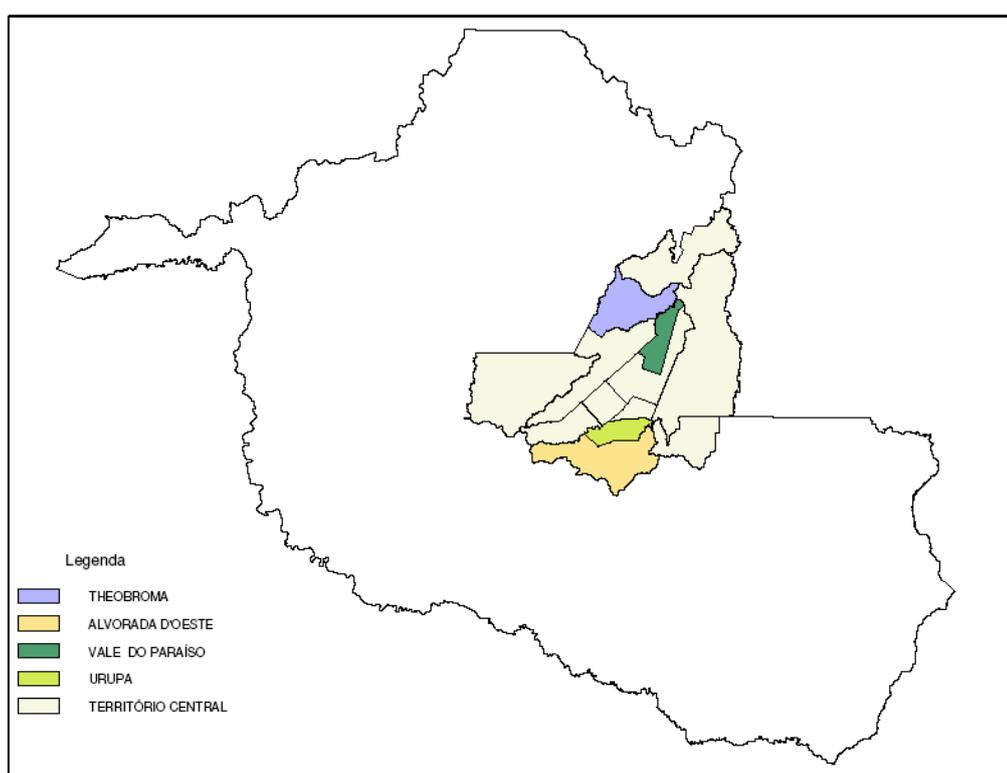


Figura 4 - Mapa de localização dos municípios onde encontram-se os PA's estudados na pesquisa.

Fonte: RONDÔNIA ZEE, Lei 233/2001, 2008.

¹⁰ Representa a infra-estrutura que a equipe técnica dispõe como suporte para atuar na assessoria junto aos assentamentos de reforma agrária.

Os assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera encontram-se no Território Central, e apresentam o número de famílias total de 56, 679 e 196 respectivamente, assessoradas pelo Programa ATES.

O PA Antônio Pereira Nery foi assessorado por um profissional da área produtiva, de formação superior em agronomia que esteve presente no PA durante a atuação do Programa. No PA Martim Pescador, as famílias assentadas foram assessoradas por uma equipe multidisciplinar composta por profissionais de nível médio, como técnicos agrícolas, e nível superior como pedagoga, veterinário e engenheiro agrônomo. A equipe praticamente não sofreu alterações quanto a sua composição durante os convênios firmados. O PA Primavera, também dispôs de uma equipe multidisciplinar e profissional de nível médio, como técnicos agrícolas e agropecuários e nível superior, profissionais da área de pedagogia e engenharia agrônômica, porém, sofreu algumas mudanças que implicaram durante algum tempo, na ausência de profissional da área social.

3.2 População e Amostra

A população objeto de investigação é formada pelas famílias produtoras rurais assentadas e residentes nos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera. A tabela 2 apresenta o resumo contendo as unidades familiares dos assentamentos que constituíram o universo da pesquisa.

Tabela 2 - População e amostra definidas para a pesquisa

Assentamento	Unidades Familiares		
	Identificadas pelas equipes técnicas	Selecionados para a pesquisa (residentes e assentadas nos assentamentos)	%
Antônio Pereira Nery	56	27	48,21
Martim Pescador	655	255	38,93
Primavera	194	105	54,12
Total	905	387	42,76

Fonte: Composição da autora.

Portanto, de uma população de 905 famílias assentadas e residentes nos três assentamentos, foram selecionados intencionalmente 387 famílias representando 42,76% da população. O critério de seleção da amostra deu-se em decorrência das famílias assentadas e que exploravam e residiam nas propriedades rurais.

O processo de coleta de dados, teve início com a realização de visitas nos escritórios locais da EMATER, nos municípios de Vale do Paraíso, Urupá, Alvorada D'Oeste e Theobroma, escritórios estes, também considerados os núcleos operacionais de atuação da equipe de assessoria técnica.

Dessa forma, as 387 unidades selecionadas na pesquisa foram representadas pelas famílias assentadas e que residem nos assentamentos, onde responderam o formulário da entrevista, realizado entre agosto de 2007 e março de 2008.

Como o Programa ATES representa uma política pública destinada às famílias trabalhadoras rurais assentadas, e beneficiadas pela reforma agrária, entende-se que para análise do presente estudo, seria necessário que as informações fossem oriundas de famílias que estivesse, de fato, assentadas nos assentamentos foco desta pesquisa. E para a condição de assentada, entende-se também que seja necessário que a família tenha a unidade produtiva familiar como residência oficial.

Dessa forma, foi possível conhecer que nos três assentamentos estudados, existem diferentes situações de ocupação das famílias, entretanto, todos eles apresentam, um percentual de famílias que apresentam as condições definidas para a seleção da amostra, ou seja, na condição de assentada e residente nas propriedades rurais dos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera.

No núcleo operacional de Vale do Paraíso, onde está inserido o PA Antônio Pereira Nery, foram detectados 56 propriedades rurais, entretanto, para a pesquisa, 27 famílias assentadas e moradoras nos lotes.

As famílias do PA Primavera, localizado no núcleo operacional de Theobroma, totalizaram 196 propriedades rurais, porém, para atender as exigências da pesquisa, foram identificadas 105 unidades familiares residentes e moradoras do PA.

Conforme especificidade apresentada anteriormente, o PA Martim Pescador, das 655 propriedades rurais, 255 são famílias assentadas e residentes do PA. Este assentamento, apresenta uma particularidade no tocante a atuação da Assessoria Técnica. Pela localização geográfica do assentamento, situado entre os municípios de Urupá e Alvorada D'Oeste, a equipe técnica responsável pela prestação de serviços de Assessoria Técnica foi dividida entre os escritórios locais dos dois municípios para atuar no assentamento e com isso, refletiu na divisão, com exceção da atuação da extensionista social.

3.3 Tipos de Pesquisa

A pesquisa, quanto à abordagem do problema, é considerada qualitativa, uma vez que considera que há uma relação dinâmica entre o real e o sujeito (SILVA e MENEZES 2005, p. 20-2).

É considerada exploratória porque foi realizada em áreas nas quais há pouco conhecimento acumulado e sistematizado (VERGARA, 1998). E, segundo Gil (1999, p. 43), tem como finalidade [...] “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos para estudos posteriores”. Tais pesquisas proporcionam uma visão geral de um determinado fato. E a pesquisa caracteriza-se ainda por ser considerada descritiva.

3.4 Procedimentos

Quanto aos procedimentos de pesquisa, classifica-se como levantamento, porque se deseja conhecer sobre a contribuição do Programa ATES para o fortalecimento da agricultura familiar nos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera, onde a base para a obtenção dos dados primários deu-se através dos formulários de levantamento de informações das unidades familiares.

A elaboração do formulário partiu inicialmente de várias discussões na sede do INCRA/SR-17, entre assegurador¹¹ do Programa ATES estadual, representantes das prestadoras de serviços, equipe de articulação, e a participação da pesquisadora durante o período que atuou também como articuladora. O formulário foi elaborado com o objetivo de coletar informações das unidades familiares assentadas em Rondônia, visando alimentar o cadastro do INCRA.

Com o instrumento elaborado, foi realizado um pré-teste em alguns assentamentos a título de conhecer se as questões constantes no formulário, contemplavam as informações necessárias. Feito os devidos ajustes, foram realizadas reuniões com os técnicos de ATES das prestadoras para orientar quanto à abordagem no momento da entrevista, bem como, os procedimentos de obtenção dessas informações.

¹¹ O Assegurador é o representante do Programa ATES em cada Superintendencia Regional do INCRA.

O levantamento de dados com o preenchimento, ocorreu entre o período de setembro de 2007 e março de 2008 pelas equipes técnicas constantes em cada núcleo operacional. Os técnicos inseridos nos núcleos operacionais foram capacitados pela equipe de articulação, e durante o período foram prestados esclarecimentos “*in loco*” e através dos mais diversos meios de comunicação, acerca do preenchimento e a forma de coleta das informações.

Foram realizadas visitas aos núcleos operacionais dos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera com autorização expressa da Diretoria da EMATER, para obter os formulários preenchidos com os dados das famílias assentadas.

Nos núcleos operacionais da EMATER, onde estão inseridos os PA's Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera, teve-se acesso a todos os formulários do levantamento original, quando efetuou-se a seleção da amostra por assentamento, de acordo com os parâmetros estabelecidos. Com base nos formulários e variáveis da pesquisa, foi construída uma base de dados, em excel, o que favoreceu a tabulação e a análise dos dados.

3.5 Definição Operacional das variáveis e indicadores

A ilustração na figura 5 apresenta as variáveis que serão trabalhadas na pesquisa, bem como a relação entre elas e as variáveis dependente e independente.

Conforme dito anteriormente, o objetivo da presente pesquisa foi avaliar a contribuição do Programa ATES para o fortalecimento da Agricultura Familiar nos assentamentos rurais em Rondônia e para atender a esse objetivo, foi necessário estabelecer variáveis independentes que permitissem, analisar as questões inerentes as ações de ATES nos assentamentos foco da pesquisa.

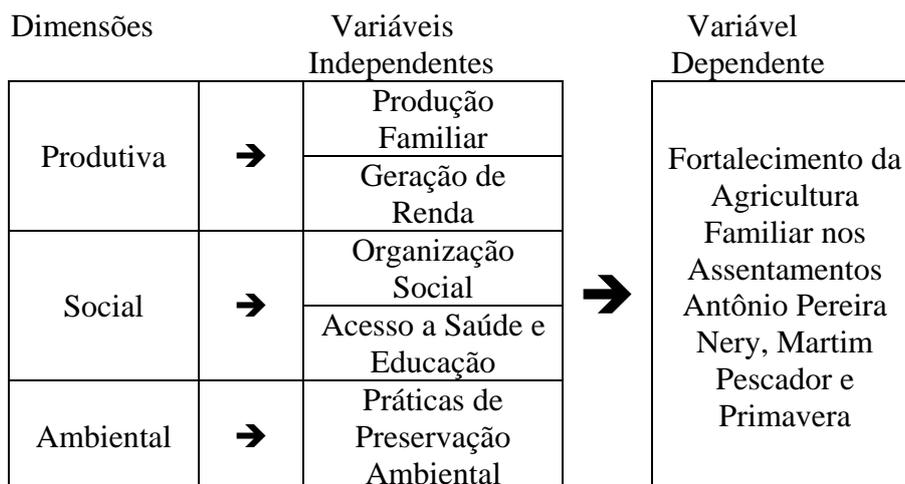


Figura 5 - Relação entre as Variáveis independentes e dependente.
 Fonte: Composição da autora, 2008.

No contexto da dimensão produtiva, as variáveis definidas foram: produção familiar e geração de renda, as quais representam a capacidade de produção e obtenção de renda pela comercialização do excedente ou venda de parte do excedente da mão-de-obra familiar assentada; a dimensão social se refere ao processo de organização social existente e o acesso à saúde e educação das unidades familiares e, por fim, dimensão ambiental, conhecendo as práticas de preservação ambiental realizadas nos PA's, permitiu estabelecer análise comparativa dessas variáveis tanto em relação aos assentamentos estudados, bem como contribuiu para a realização de uma análise transversal. Portanto, a análise comparativa e transversal das ações de ATES nas respectivas dimensões contribuíram para identificar se ocorreu contribuição do Programa ATES para o fortalecimento da agricultura familiar.

A composição das variáveis definidas e seus respectivos indicadores trabalhados na presente pesquisa estão destacados a seguir.

a) Dimensão Produtiva

Como o objetivo da presente pesquisa, é avaliar a contribuição do Programa ATES para o fortalecimento da agricultura familiar nos assentamentos rurais em Rondônia, e portanto, quando se trata a abordagem sobre a agricultura familiar, torna-se oportuno atribuir características inerentes ao estudo em questão. Nessa perspectiva, a especificação acerca da pré-definição do tamanho das unidades de produção, tendo necessariamente a

força de trabalho familiar, utilizando-se de forma tradicional de tecnologias para produção, porém, buscando a diversificação nas unidades produtivas representam condições básicas para o estudo sobre agricultura familiar, especificamente os assentamentos rurais brasileiros.

Nesse contexto, Altieri (1998), afirma que as condições de vida no campo, a produção agrícola e os desafios para o desenvolvimento da agricultura familiar, sejam eles: reforma agrária, geração de tecnologias adequadas, base produtiva referendada na agroecologia, entre outras, passaram a ser vistas como processos condicionados por dimensões sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais.

As questões produtivas, referem-se a capacidade produtiva e com o potencial econômico das regiões e microrregiões, visualizada a partir de uma perspectiva multissetorial que envolve as interfaces das atividades primárias com aquelas próprias do processamento e do comércio, e com outra que corresponde ao uso da base de recursos naturais (SEPÚLVEDA, 2005).

Nas variáveis produção familiar e geração de renda, foi possível conhecer respectivamente, a produção de culturas perenes e temporárias existentes nas propriedades, criação de animais, bem como, a renda oriunda da comercialização do excedente da produção, rendas extraídas fora da propriedade rural e ainda, rendas obtidas através de benefícios previdenciários nos três assentamentos estudados.

a.1 Variável Produção Familiar

a1.1 – **Culturas Perenes:** produção existente na propriedade de culturas como por exemplo, café, banana, manga, laranja, entre outras, na propriedade do assentado e qual a área plantada de cada cultivo.

a1.2 – **Culturas Temporárias:** produção de culturas existentes na propriedade do assentado, como por exemplo, arroz, feijão, legumes, entre outras, e qual a área plantada de cada lavoura.

a1.3 – **Criação de Animais:** animais nas propriedades, como bois, galinhas, porcos, ovelhas, peixes, e se estes, geram renda para a unidade familiar.

a.2 Variável Geração de Renda

a2.1 – **Comercialização de produtos primários e de animais nas propriedades rurais:** tipos de produtos e como ocorre o processo de destino da produção.

a2.2 – **Comercialização de produtos transformados:** produtos derivados são comercializados, especificando a renda obtida.

a2.3 – **Renda de prestação de serviço:** renda para o produtor fora da propriedade, especificando o valor recebido.

a2.4 – **Programas Sociais:** produtor beneficiado por programas do governo, como bolsa família, por exemplo.

b) Dimensão Social

A dimensão social não está relacionada apenas à distribuição espacial, de gênero e faixa etária da população. Cabe destacar que remete de maneira especial ao conjunto de relações sociais e econômicas que se estabelecem em qualquer sociedade e cuja fundamentação é tão variada quanto a religião, a ética e a própria cultura (SEPÚLVEDA p. 46).

Além de reconhecer a importância do capital social, enfatiza o capital humano das populações, ou seja, enfatiza a bagagem de conhecimento, informação, capacidade e destreza das populações específicas, qualidades pertinentes para gerar valor agregado em dados processos produtivos e para distribuir os benefícios gerados por esses processos da melhor maneira possível (SEPÚLVEDA p. 47).

A variável organização social, traz informações sobre a participação em organizações, o envolvimento das famílias assentadas nas diversas formas de organização e a participação dos assentados em atividades festivas e religiosas nos assentamentos Antônio Pereira Nery Martim Pescador e Primavera. O acesso à saúde e educação representa mais uma variável trabalhada na pesquisa, e os indicadores estudados correspondem a disponibilidade de atendimento à saúde, tipo de tratamento dado a água e nível de escolaridade dos assentados, chefe de família.

b.1 Variável Organização Social

b1.1 – **Participação em organizações:** nível de participação dos assentados, chefes de família, em associações, cooperativas, grupos informais, entre outros.

b1.2 – **Participação em atividades culturais:** assentados conhecem e/ou participaram de atividades festivas e religiosas nos assentamentos, especificando os tipos de eventos.

b.2 Variável Saúde e Educação

b2.1 – **Atendimento à saúde:** existência, e qual a disponibilidade do serviço no assentamento.

b2.2 – **Escolaridade:** grau de instrução dos assentados, chefes de família, especificando o número de não alfabetizados por assentamento

c) Dimensão Ambiental

A discussão acerca da questão ambiental, surge a partir da hipótese de que o futuro depende da capacidade que tenham os atores institucionais e os agentes econômicos para conhecer e manejar de maneira integral, segundo uma perspectiva de longo prazo, seu acervo de recursos naturais renováveis e seu meio ambiente. (Sepúlveda p. 53).

As práticas de preservação ambiental representam a última variável trabalhada na presente pesquisa, e nesta, foram contemplados os indicadores de impacto, práticas agroecológicas e diversidade.

c.1 Variável Prática de Preservação Ambiental

c.1.1 – **Impacto:** tratamento dado ao lixo, identificando a destinação dos resíduos orgânicos e inorgânicos existentes nas propriedades rurais dos assentamentos.

c.1.2 – **Práticas de Preservação:** existência de práticas agroecológicas, como por exemplo, a utilização de adubos orgânicos, biofertilizantes naturais.

c.1.3 – **Diversidade:** existência de sistemas agroflorestais desenvolvidos nas propriedades rurais, bem como a existência de culturas e espécies vegetais cultivadas e a utilização de insumos por parte das famílias assentadas.

3.6 Análise dos dados

A análise dos dados secundários foi dividida em três etapas: análise dos relatórios mensais de atividades das ações de ATES entre os anos de 2005-2007; consolidação das ações realizadas de acordo com os métodos utilizados; e análise dos PDA's dos três assentamentos estudados.

A análise dos PDA's de Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera, ocorreram de maneira pontual, sendo observado principalmente as informações relacionadas com as variáveis estabelecidas na presente pesquisa.

Para a análise dos dados primários foram necessárias as seguintes etapas:

- 1) formatação de planilha em excel, para receber os dados constantes nos formulários das unidades familiares;
- 2) lançamento na planilha das informações por dimensão e respectivos assentamentos;
- 3) utilização dos recursos do excel para calcular a frequência das atividades.

Com os dados sistematizados, foi possível gerar tabelas, figuras e gráficos a fim de subsidiar a análise comparativa e transversal. Como etapa posterior à sistematização foi trabalhada em cada indicador, a média ponderada das unidades familiares de cada assentamento estudado.

A análise comparativa foi realizada entre os dados gerados das unidades familiares a partir da utilização de estatística descritiva, sendo possível estabelecer comparação entre a produção identificada em um assentamento, bem como o sistema produtivo de um assentamento em relação aos demais.

A análise transversal, permitiu relacionar os indicadores das variáveis entre os assentamentos, nas respectivas dimensões, bem como as ações sistematizadas e quantificadas constantes nos relatórios de atividades de ATES realizada nos assentamentos foco da pesquisa.

4 O PROGRAMA DE ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL À REFORMA AGRÁRIA (ATES)

Os dados da presente pesquisa, bem como os dados secundários selecionados, forneceram subsídios para avaliar a contribuição do Programa ATES para o fortalecimento da agricultura familiar nos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera, inseridos nos núcleos operacionais de Vale do Paraíso, Urupá/Alvorada D'Oeste e Theobroma, em Rondônia.

4.1 Programa ATES em Rondônia

O convênio do Programa ATES firmado em 2004 no estado de Rondônia, envolveu a contratação de 05 (cinco) prestadoras de serviços, AECA, COOTRARON, EMATER e MILÊNIO, com o envolvimento de cerca de 200 assessores técnicos de nível médio e superior, das áreas de ciências agrárias, social e ambiental, para atender aproximadamente 26.000 famílias produtoras rurais em 123 assentamentos de reforma agrária e a Fundação RIOMAR, que foi responsável pela contratação e gestão da equipe de articulação. As ações desenvolvidas pelo ATES visa atingir os diversos aspectos inerentes ao desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, tais como: Crédito Rural, Capacitação, Cooperação, Organização Rural, Infra-Estrutura e Serviços Sociais, Infra-Estrutura Produtiva, Extrativismo, Sistemas de produção, Mercado e Comercialização, Agro industrialização e Meio Ambiente.

Em nível estadual, o Programa ATES apresenta na figura 6, a seguinte estrutura de atuação durante os dois Convênios firmados, em 2004 e 2007.

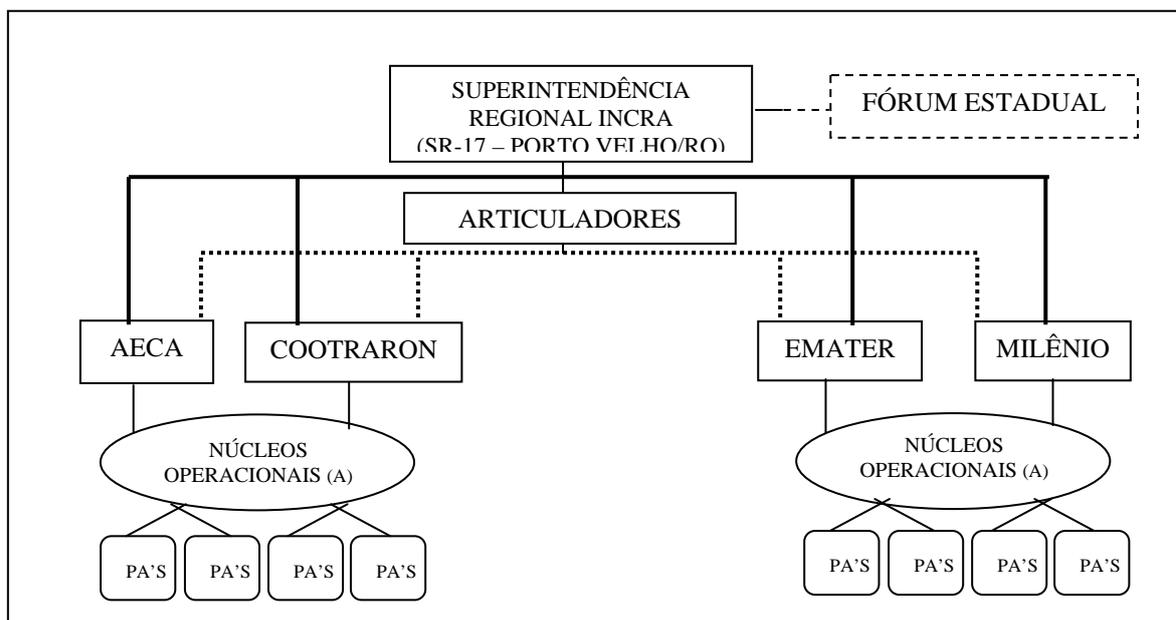


Figura 6 - Estrutura do Programa ATEs em Rondônia.

Fonte: Composição da autora, 2008.

A contratação das prestadoras para execução das ações do Programa de ATEs no Estado, baseou-se em instituições que apresentaram perfil para atuar nos assentamentos rurais escolhidos para receber a política pública. Dessa forma, as prestadoras de serviços, apresentaram projeto técnico, no qual continham as metas a serem executadas durante o convênio através do plano de trabalho.

Como forma de atuação e melhor acompanhamento das ações desenvolvidas nos assentamentos rurais em Rondônia, o estado foi dividido em territórios e áreas prioritárias, sendo que esta esteve subdividida em Zona da Mata, Cone Sul e a região da BR 429.

As prestadoras de serviços que atuaram no Programa ATEs no período de 2005 a dezembro de 2007, assessoraram as famílias assentadas, de acordo com os Territórios/Áreas Prioritárias na figura 7. Cabe destacar que a Fundação RIOMAR esteve como prestadora de serviços da equipe de articulação até o encerramento do primeiro convênio, em março de 2007 e no período do segundo convênio entre julho e março de 2008, com o IEPAGRO.

Prestadora de Serviço	Território que atuou	Número de PA's	Numero de Famílias
AECA ^a	Vale do Jamari, Central, Áreas Prioritárias (Zona da Mata)	14	1778
COOTRARON ^b	Madeira Mamoré, Vale do Jamari, Central	27	8171
EMATER ^c	Madeira Mamoré, Central, Áreas Prioritárias (Zona da Mata, Cone Sul e BR – 429)	51	7210
MILÊNIO ^b	Madeira Mamoré, Vale do Jamari, Central, Áreas Prioritárias (BR – 429)	31	8684
Total		123	25.843

Figura 7 - Demonstrativo do número de famílias e número de PA's assessorados pelas Prestadoras de Serviços nos Territórios/Áreas Prioritárias em Rondônia.

Fonte: INCRA SR-17, 2007.

Legenda: (a) Atuou até dezembro de 2005.

(b) Atuou até maio de 2007.

(c) Atuou até o encerramento do segundo convênio.

O mapa apresentado na figura 8, situa no Estado de Rondônia, os territórios e áreas prioritárias assessorados pelas prestadoras de serviços AECA, COOTRARON, EMATER e MILÊNIO durante o primeiro Convênio.

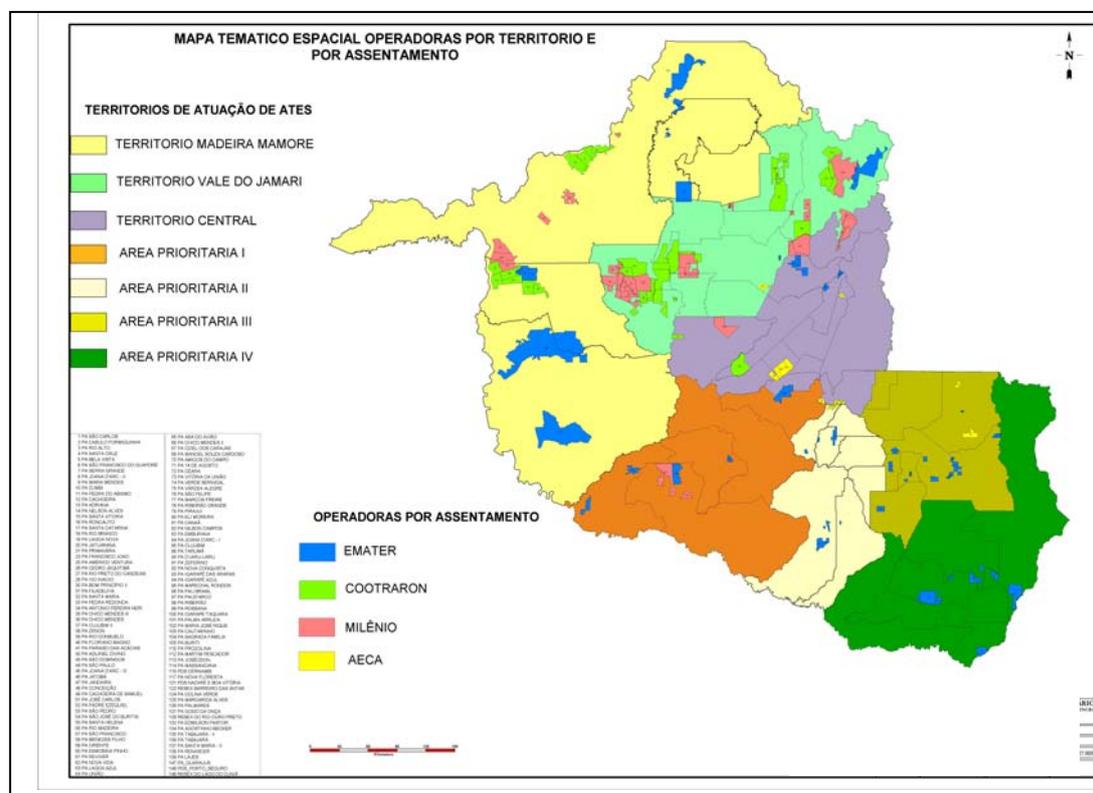


Figura 8 - Mapa temático de atuação do Programa ATES nos Territórios e Áreas Prioritárias em Rondônia assessorados pelas Prestadoras de Serviços.

Fonte: IBGE, composição INCRA SR-17, 2007.

O trabalho desenvolvido pela equipe técnica é relevante, porque além de assessorar o produtor rural durante as diversas etapas para acesso ao crédito, requer o empreendimento de estratégias para o fortalecimento e apoio à formação de organizações sociais fortes com capacidade e legitimidade, que possam desenvolver estruturas que permitam os ajustes na implementação das políticas públicas. As instituições públicas no setor rural devem ser mais fortes do que são hoje, e esta relação dar-se-á a partir de maior relação entre agentes públicos e sociedade (PERICO & RIBERO, 2005).

As prestadoras de serviços que atuaram através das equipes técnicas nos assentamentos durante a primeira vigência do convênio, contaram com o quantitativo de profissionais descritos na figura 9 a seguir, para a execução das metas estabelecidas no Plano de Trabalho.

Prestadora de Serviços	Técnicos por nível de formação		Número de equipes técnicas	Número de Núcleos Operacionais
	Médio	Superior		
AECA	13	6	6	4
COOTRARON	37	32	15	7
EMATER	31	30	19	17
MILÊNIO	38	23	13	8
Total	119	91	53	36

Figura 9 - Quantitativo de equipes técnicas e núcleos operacionais das Prestadoras de serviços de ATES em Rondônia.

Fonte: INCRA SR-17, 2007.

A proporção de técnicos em determinado núcleo operacional obedece ao Manual Operacional do Programa ATES. Há discussões acerca da proporcionalidade que foi apresentada, mesmo porque, diante da diversidade e da realidade no contexto de cada região, o quantitativo proposto de técnicos para o número de famílias de cada Projeto de Assentamento, requer uma adequação, diante da experiência adquirida durante esse primeiro convênio.

A realização do segundo convênio para a prestação de assessoria técnica nos assentamentos de reforma agrária, foi possível entre o INCRA e prestadoras EMATER e IEPAGRO responsável pela assessoria técnica nos assentamentos e contratação da equipe de articulação, respectivamente.

O novo arranjo no segundo Convênio, com a participação de apenas uma prestadora de serviços como responsável pela execução das atividades de ATES, através de extensionistas rurais de nível médio e superior, esteve representado conforme a figura 10:

Prestadora de Serviço	Território de atuação	Número de PA's	Numero de Famílias	Técnicos por nível de formação		Número de Equipes técnicas	Número de Núcleos Operacionais
				Médio	Superior		
EMATER	Madeira Mamoré	15	1723	7	9	7	7
	Vale do Jamari	9	2184	13	4	3	3
	Central	19	2751	15	6	9	8
	Áreas Prioritárias (Zona da Mata, Cone Sul e BR – 429)	34	4697	25	17	12	12
	Total	77	11.355	60	36	31	30

Figura 10 - Demonstrativo do número de famílias e número de PA's assessorados pela Prestadora de Serviços nos Territórios/Áreas Prioritárias em Rondônia no segundo Convênio.

Fonte: IEPAGRO, 2008.

O mapa representado na figura 11 demonstra a atuação do ATES no Estado de Rondônia durante a vigência do segundo Convênio firmado entre INCRA e a EMATER.

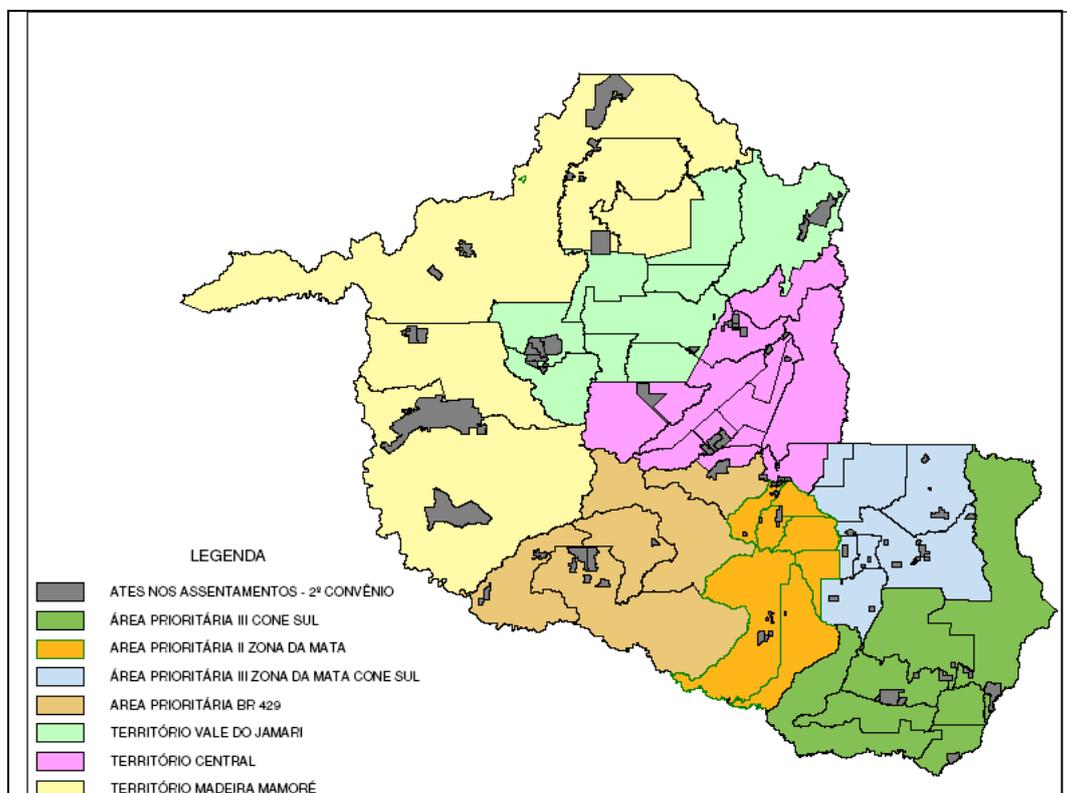


Figura 11 – Atuação do ATES em assentamentos rurais no segundo Convênio firmado em julho de 2007.

Fonte: RONDÔNIA ZEE, Lei 233/2001 – Base Fundiária do INCRA SR-17.

A atuação do ATES no segundo convênio, firmado no segundo semestre de 2007 assessorou 77 assentamentos nos Territórios e Áreas Prioritárias.

As ações realizadas no âmbito das dimensões estiveram constantes no Plano de Trabalho firmado em Convênio entre a Prestadora EMATER e INCRA, e foram planejadas por núcleo operacional.

Esquemáticamente pode-se demonstrar os procedimentos metodológicos utilizados no convênio conforme figura 12:

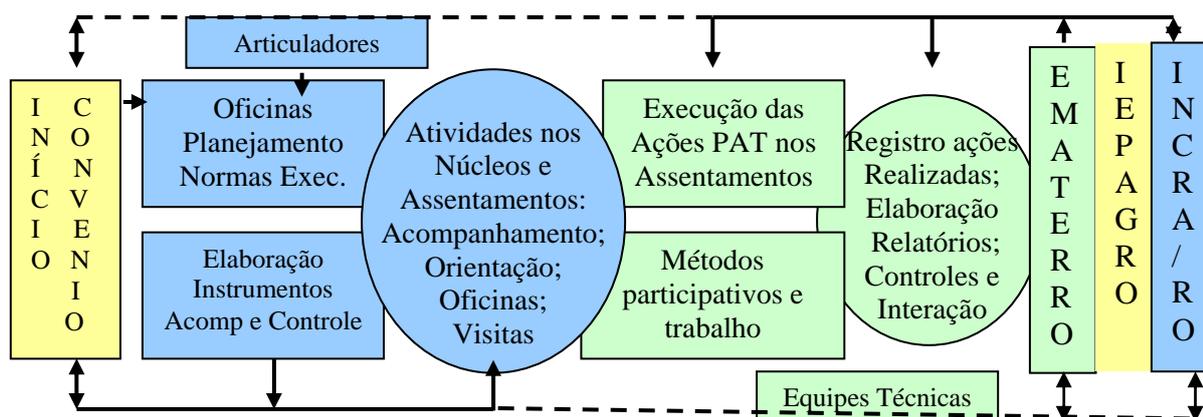


Figura 12 - Esquema interativo das atividades de ATES.

Fonte: Elaboração Paes-de-Souza, 2008.

Diante das atividades previstas, o esquema interativo apresenta as estratégias estabelecidas para o acompanhamento das ações executadas pelas equipes técnicas, observando o cronograma e realização das atividades previstas nos Planos Anuais de Trabalho (PAT).

4.2 Os assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera

Os assentamentos objeto desse estudo, contam com 931 famílias, sendo eles: Antônio Pereira Nery com 56 famílias, Martim Pescador com 679 famílias produtoras e Primavera com 196 famílias assentadas, todos localizados no Território Central, situados nos municípios de Vale do Paraíso, Urupá/Martim Pescador e Theobroma respectivamente, e foram assistidos pela prestadora de serviço EMATER a partir do ano de 2005, conforme o mapa da figura 13 apresenta.

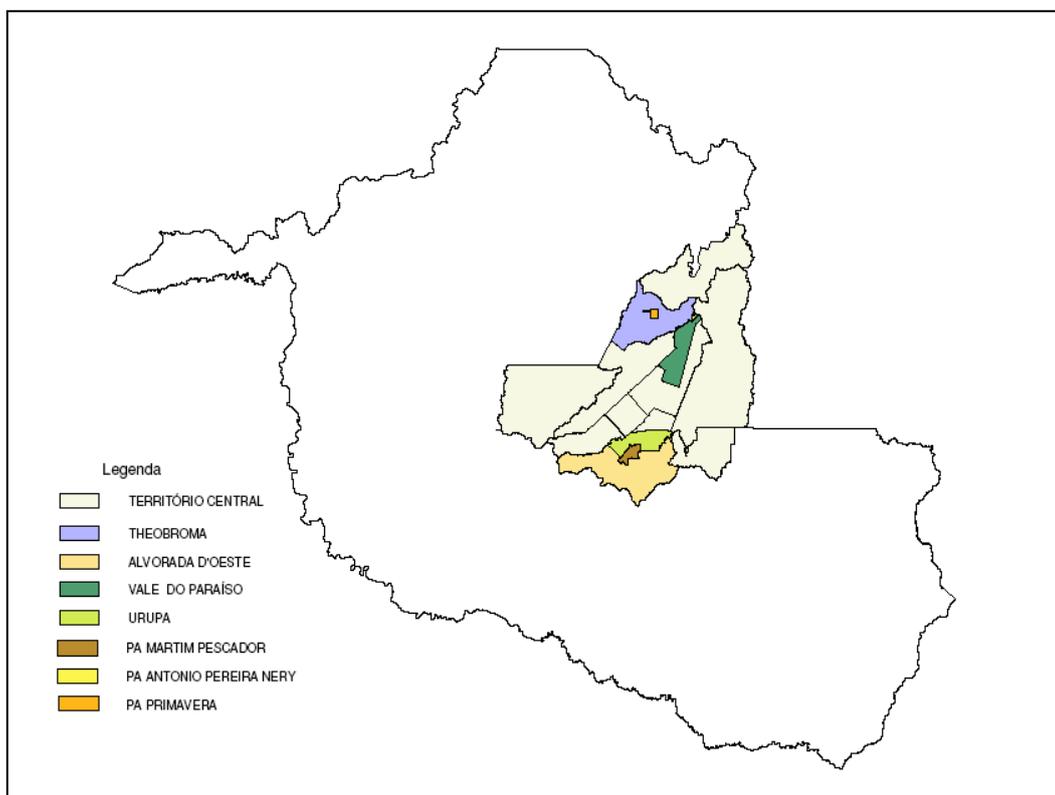


Figura 13 - Mapa de localização dos PA's estudados nos municípios de Vale do Paraíso, Urupá/Alvorada D'Oeste e Theobroma no Estado de Rondônia
 Fonte: RONDÔNIA ZEE, Lei 233/2001 – Base Fundiária do INCRA SR-17, 2008.

Acerca dos municípios onde os assentamentos estão localizados, cabe destacar algumas considerações. Os municípios onde os assentamentos foco da pesquisa estão inseridos, foram todos originários do Núcleo Urbanos de Apoio Rural (NUAR).

O município Vale do Paraíso, onde está inserido o PA Antônio Pereira Nery, foi criado pela Lei 367, de 13 de fevereiro de 1992, com área desmembrada do município de Ouro Preto D'Oeste e teve sua instalação efetivada no ano de 1993. Por estar localizado no Vale do Igarapé Paraíso, afluente do Rio Jaru, o NUAR recebeu o nome de Vale do Paraíso (PEREIRA, 2006).

O município de Urupá, onde está inserido parte do assentamento Martim Pescador, teve sua origem a partir do projeto de assentamento do INCRA, implantado em 7 de junho de 1982, e foi formado por famílias oriundas dos municípios de Cacoal, Ouro Preto do Oeste e Jí-Paraná, bem como, do Mato Grosso do Sul, que sob a assistência do INCRA, desbravaram, plantaram e construíram o Núcleo Urbano. Ao contrário do que acontecera com a maioria dos projetos de colonização implantado em Rondônia, Urupá, surgiu a partir de um projeto com mais organização e controle. O nome é uma homenagem

ao Rio Urupá, importante afluente do Rio Machado e tem origem na tribo indígena que habitava a região. Sendo o vocábulo indígena conhecido como Urupaba, que significa lagoa do Uru. Sua autonomia político administrativa foi outorgada pela lei 368 de 13 de fevereiro de 1992, com área desmembrada dos municípios de Ouro Preto do Oeste e Alvorada do Oeste. Teve sua instalação efetivada no ano de 1993 (PEREIRA, 2006).

O município de Alvorada D'Oeste teve início segundo Pereira (2006), ao redor de um pequeno sítio chamado Alvorada. Seus primeiros habitantes foram formados por trabalhadores que estavam em busca de terras para plantar café, e seguiam na BR 429, rumo a Costa Marques. O município foi criado pela lei 103 de 20 de maio de 1996, com área desmembrada do município de Presidente Médici. Teve sua instalação efetivada no mesmo ano de sua criação.

Por fim, o município de Theobroma, onde está inserido o assentamento Primavera, surgiu como integrante do Projeto de Colonização Padre Adolfo Rohl. O seu desenvolvimento econômico como pólo cacauero proporcionou-lhe condições de ser transformado em município pela lei 371, de 13 de fevereiro de 1992. Foi batizado com esse nome em homenagem ao cacau, cuja denominação científica, é Theobroma, que significa do latim, “alimento dos deuses”. Teve sua situação efetivada em 1993 (PEREIRA, 2006).

A tabela 3 apresenta informações gerais sobre os assentamentos estudados na presente pesquisa.

Tabela 3 - Informações gerais dos PA's Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera.

Informações gerais dos PA's	Antônio Pereira Nery	Martim Pescador	Primavera
Código do SIPRA ¹²	RO0103000	RO0139000	RO0066000
Ato de Criação	Port.Nº 105/98	Port.008/02	Port. Nº49/97
Data de Criação	02.12.98	27.03.02	18.09.97
Área (ha)	2184,0975	20536,3558	6023,7263
Parcelas demarcadas	69	679	275
Área média das parcelas	31,0	30,0	22,0
Fase	Em Consolidação	Em Estruturação	Em Consolidação
Forma de Aquisição	Arrecadação Sumária	Arrecadação Sumária	Desapropriação
Reserva Legal	Parcela	Parcela	Parcela
Capacidade de assentados no PA	70	679	270
Cap. Assentados após Ratificação	69	679	275
Nº. de famílias assentadas em 2006	56	679	196

Fonte: INCRA SR-17/Rondônia, 2007.

Legenda: N.I – Não informado.

A tabela 3, nos mostra de forma sucinta, informações gerais sobre os projetos de assentamentos estudados na presente pesquisa, que representam uma espécie de estrato de

¹² O Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), representa um instrumento para Cadastramento e Seleção de Beneficiários da reforma agrária

cada PA estudado. Dentre as informações, destacam-se a capacidade de assentados e o número de famílias identificado em 2006, bem como situa a fase em que os assentamentos se encontravam até 2007.

A seguir, está descritas informações gerais sobre os Projetos de Assentamentos estudados na presente pesquisa.

a) PA Antônio Pereira Nery

O assentamento Antônio Pereira Nery foi criado em dezembro de 1998, a partir de arrecadação sumária de um imóvel denominado da Gleba 06 Rio Jarú, Setor Tarumã, a favor do INCRA em Setembro de 1979. O PA tem 2.184,0975 ha como área total e em 2006, 56 como número de famílias assentadas, sendo que a sua capacidade representa aproximadamente 69 famílias.

Em 1992, o processo de ocupação iniciou-se na área do assentamento, com a migração de famílias oriundas de municípios de Rondônia, inclusive Vale do Paraíso e outros estados brasileiros. A maioria dos assentados é proveniente, conforme consta no PDA (2006), do Sudeste, concentrando no estado de Minas Gerais. Os demais estados citados com representação, foram: Bahia, Espírito Santo, Paraná e São Paulo.

A figura 14 apresenta o mapa de localização do assentamento Antônio Pereira Nery no município de Vale do Paraíso.

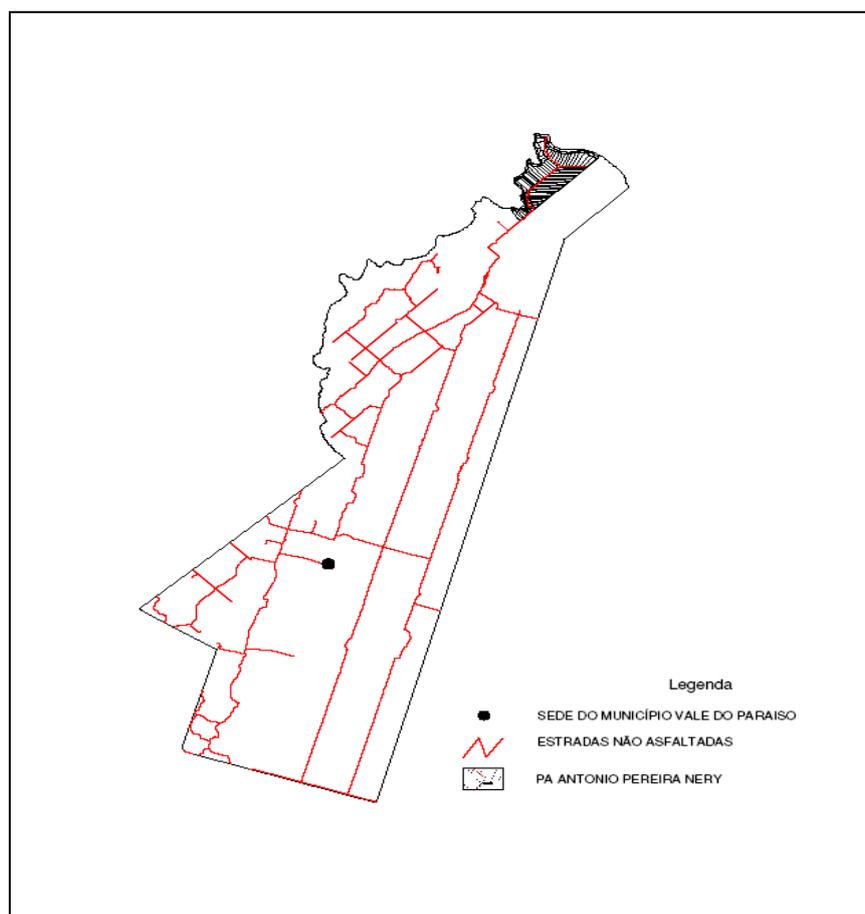


Figura 14 – Mapa de localização do PA Antônio Pereira Nery no município de Vale do Paraíso.

Fonte: RONDÔNIA ZEE, Lei 233/2001 – Base Fundiária do INCRA SR-17, 2008.

A maioria dos lotes do assentamento dispõe, Emater (2006), de energia elétrica, aproximadamente 65% das propriedades e o abastecimento de água as residências acontece através de poço. As casas existentes no PA, são na maioria de madeira, com piso de cimento e algumas com cerâmicas, havendo, porém, algumas com chão batido e as coberturas na maioria são de telhas de amianto e algumas em telhas de barro. O meio de transporte disponibilizado no assentamento, dar-se através de ônibus da empresa UNITUR, que perpassa pela área do assentamento todos os dias da semana e as vias de acesso e de circulação interna foi considerado de boa trafegabilidade, de caráter sazonal, pois no período chuvoso alguns trechos apresentam dificuldades de trânsito.

A utilidade de serviços públicos, especificamente relacionados à telecomunicações no PA Antônio Pereira Nery, era representada Emater (2006), através de

estações de rádio difusão, além da Rádio Nacional de Brasília. Existem registros de que algumas residências dispõem de aparelho celular como forma de comunicação.

O PDA do assentamento sinaliza que, embora a maioria das famílias tenha acesso a eletrificação, há necessidade de duplicação da energia, já que a capacidade existente e identificada em 2006, não comportaria atender a demanda ainda presente no assentamento.

O Plano de Desenvolvimento do PA, aponta ainda que em 2005 existiam duas escolas de madeira de 54 m² cada, ao nível de 1^a a 4^a série na comunidade, porém, encontravam-se inativas e não havia posto médico local para atendimento às famílias.

b) PA Martim Pescador

O Projeto de Assentamento Martim Pescador foi originado de um imóvel disponibilizado pela União ao INCRA, em março de 2002, com área de 20.536,3558 ha, porém, a ocupação ocorreu para uma área de 18.209,722 ha, em função da área de conservação e recuperação. A capacidade do assentamento comporta atender 790 famílias, porém, em 2007 foi constatado a existência de 679 famílias no PA Martim Pescador.

A maior parte das famílias assentadas são originárias dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Ceará que migraram na década de 1990 para a área que inicialmente era de reserva legal do antigo Projeto Urupá.

A figura 15 apresenta o mapa de localização do assentamento Martim Pescador entre os municípios de Urupá e Alvorada D'Oeste.

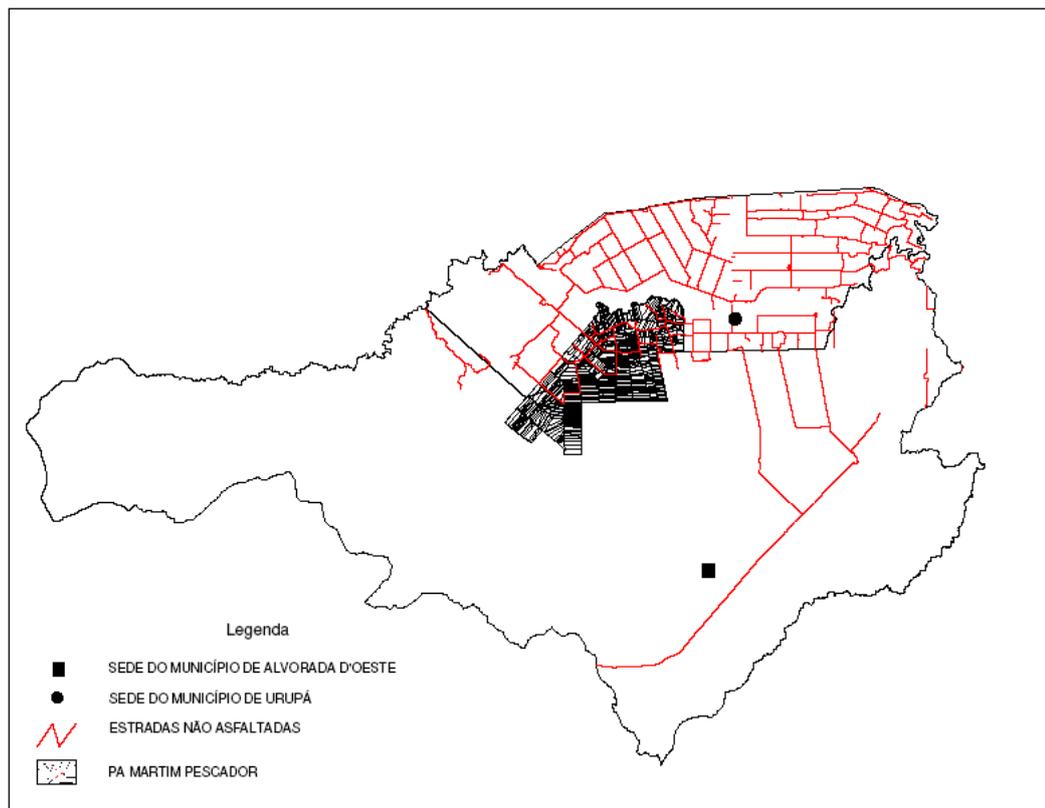


Figura 15 – Mapa de localização do PA Martim Pescador nos municípios de Urupá e Alvorada D'Oeste.

Fonte: RONDÔNIA ZEE, Lei 233/2001 – Base Fundiária do INCRA SR-17, 2008.

Os tipos de moradia do assentamento são em 95% construídas em madeira, e as casas em alvenaria representam apenas 5%. Foi observado, no PDA de Martim Pescador um número considerável de casas construídas, consideradas mistas, ou seja, possuem compartimentos em madeira e alvenaria. Outro dado interessante, é que 629 famílias foram beneficiadas com recursos de crédito moradia, e são padronizadas em 36 metros quadrados, com cobertura de telha de barro e outras mistas.

A eletrificação no assentamento Martin Pescador está presente em aproximadamente 60% das propriedades assentadas, porém, Emater (2006) informa que 50% destas foram instaladas pelo próprio assentado, já que no período não havia sido disponibilizado o Programa do Governo Federal Luz para Todos. A previsão estabelecida para que todas as famílias sejam beneficiadas, é até o final do ano de 2008. No PA, existem ainda 4% das famílias que utilizam energia provinda de motores estacionários em suas propriedades. A água consumida pelas famílias produtoras do assentamento é 90% provinda de poços caseiros, de boa qualidade, porém, utilizando-se de cuidados como filtro e hipoclorito.

No tocante a disponibilidade de serviços de telecomunicações, o uso de celular rural acontece em localidades mais próximas às cidades, a disponibilidade dos correios acontece através dos municípios de Urupá e Alvorada do Oeste, e som através de rádio, ocorre por ondas AM e FM.

Os meios de transportes, utilizados Emater (2006) pela maioria dos assentados está primeiramente relacionado às motocicletas, seguido das famílias assentadas que utilizam, ônibus, que circula diariamente, bicicletas e carrinho de tração animal.

O acesso ao P. A encontra-se em condições de trafego regular, porém, no período chuvoso, as vias ficam precárias. O escoamento da produção é realizado principalmente por transporte animal, bem como transporte misto de cereais, insumos e outros juntamente com o leite *in natura* por caminhões leiteiros.

As escolas situadas dentro do assentamento Martim Pescador, estão, de acordo com Emater (2006), sob responsabilidade das secretarias de educação dos municípios de Alvorada do Oeste e Urupá. Para atender os alunos do ensino fundamental, de 1ª a 8ª série, há apenas a Escola de Ensino Fundamental Nova Estrela.

c) PA Primavera

O projeto de assentamento Primavera foi criado por desapropriação através de decreto datado de 1996, e oficialmente criado em setembro de 1997 pela portaria nº 49/1997. Compreendendo uma área total de Área Total: 6.023,7263 há, apresentando a capacidade de 275 famílias, porém os formulários das unidades familiares apontam para a existência de 196 assentadas no PA Primavera.

Os assentados do PA Primavera são originários de vários estados da federação que migraram para Rondônia, sendo possível citar a presença marcante de mineiros, capixabas e paranaense esses migrantes em sua maioria já residiam no estado há algum tempo sediados em outros municípios como Jaru, Ouro Preto, Ji-Paraná e Corumbiara. Verificou-se que a principal causa da migração foi a busca pela terra própria.

Esses produtores ficaram acampados aproximadamente por 01 ano ate serem assentados. A realidade anterior a chegada dos assentados, era formada por uma alta concentração fundiária como está descrito que todo assentamento Primavera era formado por quatro fazendas: Fazenda São Vicente, Santa Tereza, Caçula e Fazenda Elzeli Vieira

Piovezan. Após a desapropriação e a distribuição das parcelas ocorreu um melhor ordenamento fundiária beneficiando social e economicamente o município de Theobroma e região.

A figura 16 apresenta o mapa de localização do assentamento Primavera no município de Theobroma.

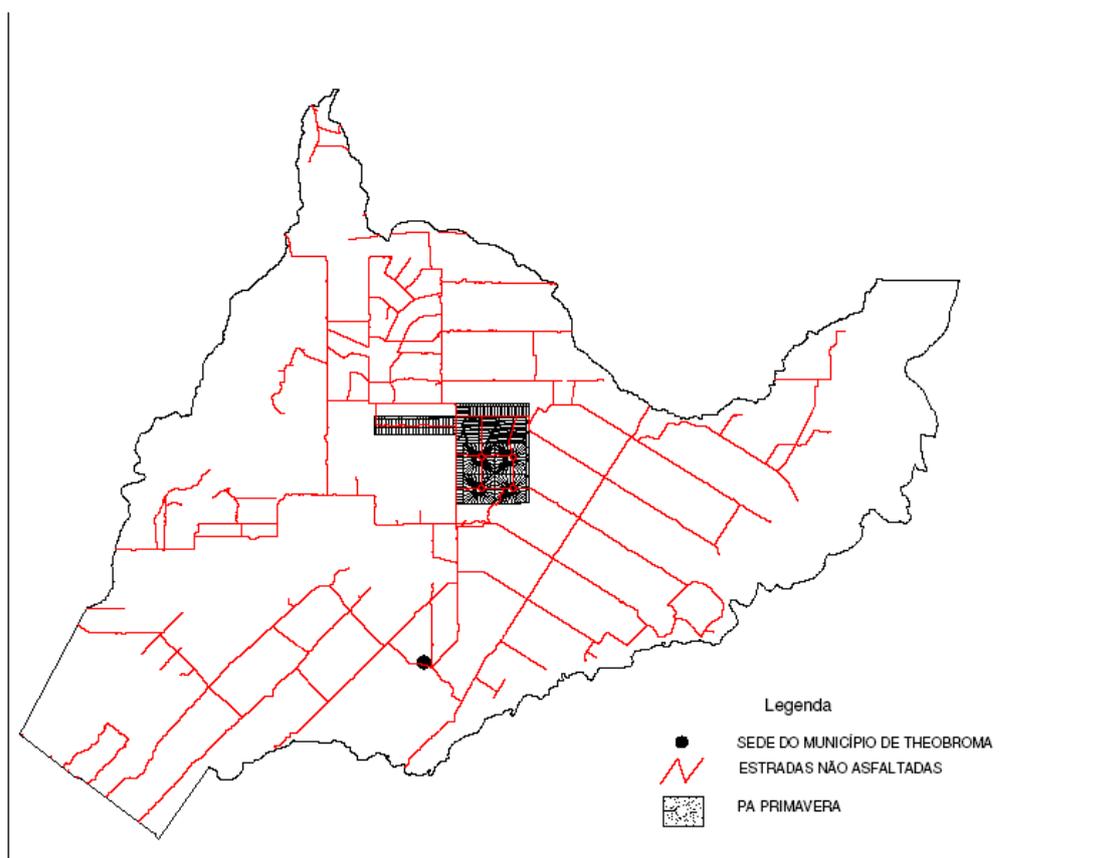


Figura 16 – Mapa de localização do PA Primavera no município de Theobroma.
Fonte: RONDÔNIA ZEE, Lei 233/2001 – Base Fundiária do INCRA SR-17, 2008.

O assentamento Primavera foi estruturado em quatro agrovilas onde possui uma área central destinada ao uso social.e mais quatro linhas com estradas trafegáveis todo o ano necessitando somente de manutenção enquanto que algumas pontes que necessitam de reparos. Possuem energia elétrica em aproximadamente 90% dos lotes e haviam famílias beneficiadas com programa Luz para Todos.

As famílias assentadas do PA Primavera residem 98% em casas de madeira e 2% são de alvenaria. A eletrificação rural está presente, Emater (2006), em 90% das residências e os outros 10% estavam com previsão para serem beneficiadas até o final de

2008 com o Programa Luz para Todos. Os assentados do PA não dispunham de telefones públicos.

O assentamento dispõe de uma escola pólo de ensino fundamental e médio chamada Água Cristalina, administrada pela secretaria municipal de educação. A escola conta com transporte coletivo de alunos, EMATER (2006). Na escola, funcionou uma turma do Projeto de Ensino Médio nos Campo (PROEMCO) foi destinado à assentados. A escola ainda apresenta aulas para crianças beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), coordenado pela ação social da Prefeitura de Theobroma.

O abastecimento de água do PA ocorre através de igarapés complementado por poços sendo suficiente o ano inteiro e o consumo de água por parte das famílias assentadas, ocorrem, conforme consta no PDA (Emater, 2006), através de poços rasos tratadas com cloro e o atendimento médico é realizado no assentamento vizinho, Santa Catarina (Vila Palmares), onde se encontra instalado uma unidade básica de saúde.

4.3 Considerações sobre o Programa ATES em Rondônia

A iniciativa da implementação de uma proposta de assessoria técnica voltada para os assentamentos rurais, representa um importante avanço no tocante à prestação de serviços para o meio rural. Principalmente, quando a proposta, apresenta como premissa básica, o trabalho de orientação, acompanhamento e execução de ações voltadas para além das questões produtivas, contemplando em uma nova conjectura, as dimensões sociais e ambientais.

A atuação do Programa ATES em Rondônia, iniciada em janeiro de 2005, apresentou-se em um primeiro momento, sem um estruturação definida com relação a execução de ações nos assentamentos rurais. E o primeiro convênio, de acordo com Paes-de-Souza et. al (2008), embora contasse com um sistema de acompanhamento e controle através de relatórios mensais e trimestrais encaminhados pelas equipes técnicas, a fim de comprovar e legalizar as atividades realizadas para o cumprimento das metas, os problemas de ordem estrutural e técnico/operacional para planejamento e execução ocorreram principalmente em função da liberação de recursos financeiros; compreensão do Programa ATES; infra-estrutura dos núcleos operacionais; falta de conhecimento de metodologias participativas; carência de gestão por parte das prestadoras de serviços;

transporte para o acompanhamento das atividades e por isso inclusive, acarretou para o deficiente acompanhamento.

Durante a vigência dos convênios de ATES estabelecidos no Estado de Rondônia, ocorreram inúmeras discussões, entre coordenação regional, equipe de articulação e as equipes técnicas, e assim, propostas de planejamento e execução das ações foram se configurando.

O segundo convênio firmado, em julho de 2007, de acordo com PAES-DE-SOUZA et al (2008), contou inicialmente com um grande desafio, em função do Plano de Trabalho arrojado com relação ao período de execução restrito para apenas cinco meses. A construção do Plano Anual de Trabalho das atividades desenvolvidas associada às demandas provindas dos assentamentos, que naquele momento, foram pensadas em ações mais pontuais passaram a ser entendidas pela coordenação regional, equipe de articulação e prestadoras de serviços, como ações que deveriam estar integradas entre as premissas apresentadas pelo Programa ATES. Assim, um plano de trabalho foi construído com maior consistência e as ações no âmbito das dimensões produtivas, sociais e ambientais foram melhor distribuídas, facilitando a articulação para a execução das mesmas.

De acordo com PAES-DE-SOUZA et. al. (2008), os instrumentos utilizados através do planejamento e ferramentas de acompanhamento, formulados pela equipe de articulação, contribuíram significativamente para o monitoramento das ações executadas pelas equipes técnicas.

Sem dúvida, os entraves foram presenças constantes durante a atuação do Programa ATES no Estado. Porém, a implementação do Programa no Estado de Rondônia, beneficiou 25.853 famílias em 123 assentamentos rurais e foi suficiente para oportunizar e estabelecer parcerias entre Instituições Municipais, Estaduais e Federais. Além disso, contribuiu, de acordo com os apontamentos feitos por Paes-de-Souza et. al, no qual indicaram a oportunidade na contratação de profissionais de diversas áreas promovendo a capacitação de técnicos em metodologias participativas, possibilitando desenvolver ações nos assentamentos de reforma agrária sob um novo olhar para a extensão rural, com enfoque em metodologias participativas nas questões produtivas, sociais e ambientais.

Nessa perspectiva, para que os serviços de ATES possam ofertar orientações metodológicas pautadas nas premissas apresentadas no Manual Operacional, faz-se necessário, de acordo com Dias (2004, p. 536), que haja estabilidade institucional, para que seja possível afirmar a idéia de um serviço de assessoria que construa relacionamentos

duradouros, contínuos e fundados na confiança mútua entre assessores técnicos e agricultores.

O capítulo a seguir apresenta dados sobre a produção e comercialização, processo de organização social e práticas de preservação ambiental das unidades familiares identificadas no ano de 2007. A relação desses dados com os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos e as ações realizadas nas dimensões produtiva social e ambiental permitiu conhecer qual foi a contribuição do Programa ATES para o fortalecimento da agricultura familiar nos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera em Rondônia.

4.4 Propriedades Rurais: descrição sobre as questões produtivas, sociais e ambientais

Como parte da discussão dos resultados, cabe destacar algumas informações sobre os assentamentos estudados. A tabela 4, expõe a área total dos lotes das famílias assentadas e residentes nos assentamentos, bem como, a área destinada ao cultivo de culturas perenes e temporárias e pastagens.

Tabela 4 – Descrição da área identificada e utilizada nos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera

Assentamento	Famílias assentadas e residentes	Área Total das UF's (ha)	Área destinada a Agricultura (ha)	Área destinada a Pastagem (ha)
Antônio Pereira Nery	27	796,95	161,26	393,63
Martim Pescador	255	6.783,47	1.452,56	5.007,21
Primavera	105	2.456,50	761,25	1.327,05

Fonte: Dados da pesquisa.

Com a exposição dos dados, percebe-se que a maior área identificada referente as famílias assentadas e residentes está no PA Martim Pescador, e por isso, este representa o maior assentamento com relação aos demais estudados na pesquisa. O PA Antônio Pereira Nery, apresenta a maior diferença entre a área identificada e as áreas destinadas à agricultura e pecuária, com 242,06 ha sem utilização para essas práticas, representando 30,37% da área total identificada. Já o assentamento Martim Pescador, apresentou a menor diferença de área não utilizada, com 323,70 ha ou 4,77% da área total identificada no PA.

O detalhamento das variáveis contempladas está descrito a seguir decorrente dos dados apresentados na presente pesquisa.

4.4.1 Variável Produção Familiar

Nesta variável produção familiar, foram trabalhados os indicadores: culturas perenes e culturas temporárias; a produção existente nas propriedades. Foi possível observar, em valores médios por família, a criação de animais e produção de derivados das unidades familiares nos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera.

Os dados da pesquisa, permitiram estabelecer análise comparativa entre as diversas culturas identificadas, observando o PA que mais ou menos produziu em área média nas unidades familiares.

4.4.1.1 Culturas Perenes e Temporárias

No indicador referente a culturas perenes, os dados levantados na pesquisa, permitiram conhecer o que foi produzido sendo pontuado os principais como: café, cacau, banana e cana, e ainda, mensurada a produção da área plantada nos respectivos cultivos estratificados nas propriedades dos três assentamentos pesquisados.

Quanto ao indicador de culturas temporárias, registraram-se os tipos de lavouras produzidas nas unidades familiares, destacando-se: arroz, feijão, legumes, bem como a área plantada de cada cultivo nas propriedades rurais dos PA's objeto da pesquisa.

Na tabela 5 estão organizados os dados coletados na pesquisa sobre as culturas existentes nas lavouras perenes e temporárias, com suas respectivas áreas plantadas no ano de 2007.

Tabela 5 – Área de produção média familiar – culturas perenes e temporárias

Culturas	Projetos de Assentamento					
	Antônio Pereira Nery		Martim Pescador		Primavera	
	Área Média (ha)	%	Área Média (ha)	%	Área Média (ha)	%
Perenes						
Café	4,40	68,14	2,7	27,47	6,53	67,77
Cacau	3,78	9,36	9,87	8,15	3,53	5,1
Banana	-	-	1,53	2,74	0,78	1,02
Cana	-	-	6,02	12,84	0,83	0,33
Citrus	-	-	0,15	0,02	-	-
Mamona	-	-	0,5	0,03	-	-
Abacaxi	-	-	0,3	0,02	-	-
Acerola	-	-	1	0,07	-	-
Pupunha	-	-	0,53	0,11	-	-
Temporárias						
Arroz	1	0,62	1,73	9,63	1,46	5,19
Feijão	1,21	0,75	1,88	8,43	1,53	3,02
Mandioca	1,09	8,79	1,57	5,85	0,71	1,31
Milho	-	-	1,61	13,38	1,66	9,62
Pupunha	-	-	0,53	0,11	-	-
Amendoim	-	-	-	-	0,5	0,13
Outros^(a)	4,98	12,34	5,28	11,26	1,83	6,51

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: (a) Corresponde a área média cultivada com duas ou mais culturas nas unidades familiares estudadas.

Os produtos cultivados nos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera, contribuíram principalmente para produtos destinados à alimentação da família assentada e o excedente comercializado no mercado local.

Observa-se na tabela 5 que as famílias do assentamento Martim Pescador desenvolveram mais atividades agrícolas, principalmente nas culturas perenes.

Estabelecendo uma análise comparativa por produto das culturas consideradas de subsistência, é possível observar que o cultivo da mandioca prevaleceu no PA Antônio Pereira Nery e nos assentamentos Martim Pescador e Primavera destacaram-se a produção de feijão.

O cultivo de alimentos na propriedade rural, é reflexo das práticas que cada família exerce e exerceu em determinado momento e estão intrínsecas nos costumes da região de origem. Os dados sinalizam, de acordo com a origem das famílias que neles ocupam, a produção de culturas perenes e anuais.

O PA Primavera também apresentou diversificação, porém, a concentração maior da produção voltou-se para o cultivo do café. Atentando para a proporcionalidade estabelecida nos dados da pesquisa, o assentamento supera ligeiramente o PA Martim Pescador no cultivo do milho.

A convivência de pessoas, de várias regiões, contribui para as diferentes posturas existentes em uma localidade, especificamente, em área de assentamento, e essa diferenciação representa um fator complexo no tocante à diversidade cultural nos assentamentos. Cada família que ajuda a compor um assentamento, possui conhecimentos e práticas agrícolas diferentes em função das singularidades que marcam suas origens e trajetórias (FERRANTE, 1994).

A diversificação de culturas no assentamento Antônio Pereira Nery, concentrou-se nas culturas perenes e temporárias tradicionais, apresentando o café como a principal atividade cultivada, e que supera significativamente a produção encontrada no assentamento Martim Pescador.

Segundo Morin (1980) a diversidade é um fator que anima a complexidade ecossistêmica, ela garante maior estabilidade ecológica de um lote preservando sua biodiversidade.

Os PDA's (2006) de Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera, apontaram em 2005, que a utilização da área dos respectivos assentamentos na produção agrícola, foram direcionadas para o plantio de culturas perenes como o café e o cacau, e outras destinadas ao cultivo de culturas anuais, como o arroz, milho, feijão e mandioca.

A partir da análise dos relatórios mensais, destacadas em verificou-se que as principais atividades de assessoria técnica prestadas na área produtiva no indicador de produção familiar foram a distribuição de sementes melhoradas para o plantio, diversificação e rotação de culturas e controle biológico de cigarrinha de pastagens nos três assentamentos foco da pesquisa.

Pelas indicações das ações desenvolvidas, conforme dados constantes nos relatórios e que estão relacionadas ao indicador produção familiar que as famílias assentadas e residentes do assentamento Antônio Pereira Nery, receberam orientações para o preparo e plantio das lavouras de milho, arroz e café, orientações para a diversificação e rotação de culturas perenes e temporárias.

No PA Martim Pescador, conforme análise de dados secundários, as famílias assentadas receberam orientações sobre a importância na diversificação e rotação de

culturas, com a distribuição de sementes melhoradas de café, cacau, milho, feijão, arroz e assessoria nos tratamentos culturais nas lavouras perenes e temporárias, dentre elas a fruticultura.

As famílias assentadas do PA Primavera, foram beneficiadas, como consta em Emater (2005; 2006; e 2007), com a distribuição de sementes melhoradas e mudas, orientações quanto à diversificação das culturas perenes como café, cacau, pimenta e pupunha e temporárias como mandioca, milho feijão e arroz prestando esclarecimentos sobre o tratamento adequado da área de plantio, com a devida análise do solo e a utilização da adubação adequada.

Conforme observado, dentre as principais ações realizadas pelo Programa ATES nos assentamentos foco deste estudo, foram: a distribuição de sementes melhoradas e as orientações quando a diversificação das culturas. Estas, representam ações importantes e direcionadas, no tocante ao melhoramento no processo produtivo, bem como no incentivo ao cultivo de culturas perenes e temporárias, pois o maior percentual da área disponível dentro das unidades familiares, foi destinado a pastagens como pode ser observado no subitem a seguir.

4.4.1.2 Criação de Animais

A criação de animais nos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera apresentam animais bovinos, suínos, eqüinos e avícolas, conforme demonstra a tabela 6. O valor constante na tabela, representa a média de animais identificados nas unidades familiares, e a unidade utilizada foi animais por “cabeça”.

A avicultura representa uma das principais atividades nas unidades produtivas dos assentamentos e a criação destina-se para a produção de ovos e carnes para consumo das famílias.

Tabela 6 - Sistema de Criação das propriedades rurais estudadas

Assentamentos Animais (cabeça)	Antônio Pereira Nery	Martim Pescador	Primavera
	Qte. média por família	Qte. média por família	Qte. média por família
Bovinos	30	44	33
Suínos	3	6	5
Caprinos	-	7	-
Eqüinos	2	2	2
Aves	38	45	35

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na tabela 6, que as aves e bovinos representaram o maior número de animais nos PA's estudados. A criação de aves foi destinada basicamente ao autoconsumo. No PA Martim Pescador, houve maior contingente de cabeças em média, na criação de bovinos, com 44 seguido do assentamento Primavera com 33 e Antônio Pereira Nery com 30. Essa atividade foi a principal responsável pela geração de renda nos assentamentos Martim Pescador e Primavera.

A representatividade de animais bovinos no assentamento Martim Pescador, define o sistema produtivo pecuário como extensivo, pois há baixa aplicação de recursos em infra-estrutura para a melhoria da produtividade do rebanho, sendo este de baixos índices produtivos, alta mortalidade de bezerros e baixos recursos nutricionais no período seco. Os demais sistemas produtivos (suínos, avícolas, entre outros) são criados sem aplicação de tecnologias, destinados em grande parte para o consumo próprio reforçando e diversificando a saúde alimentar no campo.

As principais atividades de assessoria técnica apontadas nos relatórios dos assentamentos voltadas para a criação de animais nos assentamentos foco da pesquisa, ocorreram na bovinocultura com a vacinação contra brucelose. Nos assentamentos Martim Pescador e Primavera, além desta, foram desenvolvidos trabalhos de orientação acerca da sanidade, nutrição animal e melhoramento genético do rebanho leiteiro com prática de inseminação artificial.

A criação de bovinos apresentou-se predominante com relação às demais criações conforme foi apontado no PDA de Antônio Pereira Nery. No tocante as pastagens, ocorreram baixa produção devido ao manejo inadequado e ausência de sistemas silvopastoris¹³.

Os dados da pesquisa apontam que ocorreu uma pequena inversão entre as duas criações, em termos de quantidade média, porém preservando o destino da criação, bem como a representatividade desse sistema de criação na composição da renda da unidade familiar.

As ações de assessoria técnica realizadas durante a atuação de ATES no assentamento, conforme consta nos relatórios afirma que o rebanho das unidades familiares do Antônio Pereira Nery, foi beneficiado além da vacinação, as preocupações foram concentradas nos cuidados com os animais, orientações sobre o controle do carrapato,

¹³ Os sistemas silvopastoris combinam a exploração pastoril, com a madeireira, utilizando muitas vezes espécies arbóreas.

controle profilático de endo e ectoparasitas, suplementação mineral, utilização de vitaminas e vermífugos para bovinos, bem como, no PA Martim Pescador, ocorreu o incentivo junto às famílias assentadas para a criação de animais, como suínos e aves, atentando para os devidos cuidados sanitários.

A criação de bovinos representa uma das principais atividades desenvolvidas nos assentamentos, e portanto, a ação preventiva de vacinação do rebanho contra brucelose e a atuação do Projeto Inseminar¹⁴ foi constante durante a assessoria técnica prestada nos assentamentos. Para a criação de pequenos animais, os assentados receberam acompanhamento na sanidade e manejo de criação com orientações para a aplicação de vermífugo e suplemento à base de cálcio.

Com relação às pastagens, os dados da pesquisa apontaram a área média de 15,14; 23,62; e 13,97 nos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera respectivamente. A análise individual da área média destinada à pastagem nos PA's, permite observar que o assentamento Primavera apresentou o menor percentual. Porém, quando se estabelece comparativo entre a área cultivada com culturas perenes e anuais, e a área utilizada para pastagens, verifica-se que essas áreas médias identificadas dos assentamentos Antônio Pereira Nery e Primavera, representaram mais de 60% na ocupação da área. O PA Martim Pescador apresentou uma área média de 23,62, considerada significativa quando levado em consideração as possibilidades de cultivo com as culturas perenes e temporárias e o assentamento Martim Pescador.

Os relatórios de atividades realizadas durante os convênios, demonstram que as pastagens receberam assessoria, com relação às práticas no manejo de pastagem, com orientações para recuperação, realizando o controle das plantas invasoras e a diversificação das pastagens com a utilização de diferentes gramíneas.

A área destinada às pastagens nos três assentamentos, vem reforçar a importante atividade pecuária desenvolvida nas unidades familiares. A quantidade de bovinos identificada tem como principal atividade, a bovinocultura leiteira. Estabelecendo comparativo entre a atividade leiteira e a área destinada à produção de café, atividade esta representativa nos assentamentos Antônio Pereira Nery e Primavera, permite fazer dois apontamentos: o primeiro, está relacionado a área x produção, pois o retorno da atividade cafeeira gera um rendimento considerável em uma pequena área, diferente das

¹⁴ O Projeto Inseminar representa ações desenvolvidas pelo Governo Estadual acerca das praticas de inseminação artificial de bovinos.

características que a bovinocultura apresenta, quando requer uma área considerável para a prática da pecuária. Porém, ambas as atividades apresentam uma demanda em comum: a necessidade de assessoramento técnico. E esta assessoria, agora tratando especificamente da atividade cafeeira, exige maior acompanhamento, ou seja, requer que as orientações prestadas sejam contínuas para que a produção obtenha o resultado esperado.

A outra questão, diz respeito ao retorno monetário que essas atividades proporcionam, embora o ganho seja considerável com o cultivo do café em uma área pequena, essa atividade garante renda ao produtor durante um período no ano, ao contrário da atividade de bovinocultura leiteira, que permite ao produtor rural assentado, renda durante praticamente o ano inteiro.

As práticas agrícolas realizadas contribuíram para acesso à uma alimentação básica, possibilitando inclusive, a comercialização do excedente, favorecendo a geração de rendas às famílias assentadas.

A variável geração de renda apresenta a seguir, os valores identificados quanto à produção média de leite, café e a renda média bruta destas e de outras atividades identificadas nas unidades familiares dos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera.

4.4.2 Variável Geração de Renda

4.4.2.1 Comercialização de produtos primários e animais

A variável de geração de renda contempla os indicadores de: comercialização de produtos primários e animais; a comercialização de derivados; rendas de prestação de serviços, oriundas de políticas públicas através de programas do governo e/ou benefícios previdenciários, e ainda, a obtenção de renda através da prestação de serviços fora da sua propriedade rural.

O valor global calculado dentro de cada atividade, foi baseado pelos preços médios estabelecidos nas fontes de renda bruta das atividades econômicas obtida pelos produtores rurais e que foram apresentadas em figuras constantes no presente item.

A seguir apresentam-se sistematizados os dados da pesquisa realizada no ano de 2007 sobre a comercialização dos produtos primários oriundos das unidades familiares nos assentamentos. A tabela 7 demonstra as informações dos PA's estudados.

Tabela 7 – Comercialização média por família da produção nos assentamentos em 2007

Produto Primário		Leite	Café	Arroz	Feijão	Milho	Cacau	Mandioca
Assentamentos		(lts)	(sc)	(sc)	(sc)	(sc)	(kg)	(kg)
Antônio Pereira Nery	Produção Total	9.917	25	18	4	18	1.417	-
	Auto Consumo (%)	9	7	100	97	98	-	-
	Atravessa dores (%)	91	93	-	3	2	100	-
Martim Pescador	Produção Total	12.200	58	29	10	33	104	65
	Auto Consumo (%)	6	3	93	91	94	1	100
	Atravessa dores (%)	94	97	7	9	6	99	-
Primavera	Produção Total	19.477	19	17	46	55	183	8
	Auto Consumo (%)	4	7	99	97	98	1	100
	Atravessa dores (%)	96	93	1	3	2	99	-

Fonte: Dados da pesquisa.

As atividades agropecuárias desenvolvidas nos PA's, apontam para uma produção diversificada, com o cultivo de culturas perenes como o cacau e café, e culturas temporárias como o arroz, feijão, milho e mandioca. A produção média do café teve destaque nos assentamentos Antônio Pereira Nery e Martim Pescador.

A produção de leite foi a principal atividade dentro das unidades familiares estudadas. Estabelecendo um comparativo inicial entre a produção dos assentamentos, o PA Primavera desponta na produção de leite, feijão e milho. O PA Antônio Pereira Nery destacou-se em relação aos demais assentamentos na produção do cacau.

Os dados obtidos pela pesquisa, demonstram a importante contribuição que os assentamentos têm na produção agrícola e na dinâmica que essa produção pode proporcionar no mercado local, com a promoção de ações em prol da organização das famílias assentadas.

A comercialização dos produtos nos PA's Antônio Pereira Nery e Martim Pescador foi realizada até 2005 individualmente, na maioria, *in natura* e destinadas a atravessadores. A produção foi comercializada tendo como principais centros consumidores, as sedes dos municípios onde estão localizados os assentamentos estudados na pesquisa. Os principais produtos comercializados foram: café, milho, feijão, arroz, leite, carne, frutas em geral, inhame e aves.

No assentamento Primavera, conforme relatórios, parte da produção agrícola é comercializada através das duas associações existente no assentamento e um percentual menor é repassada para atravessadores que buscam os produtos no local do assentamento. A comercialização do leite é feita nos laticínios do município de Jarú.

As informações dos assentamentos, permitiram conhecer as potencialidades que os assentamentos dispõem no que tange a geração de renda, e essa observação, exige uma identificação das atividades que foram desenvolvidas nesse sentido, de maneira a conhecer o que foi realizado pela assessoria técnica como forma de promover o desenvolvimento das famílias assentadas.

As principais atividades desenvolvidas pela assessoria técnica na variável geração de renda como consta nos relatórios foram ações voltadas para o processo de orientação e capacitação sobre granelização do leite, comercialização de alimentos e pequenos animais, agregação de valor do leite para comercialização através do trabalho de conscientização para higienização e qualidade do leite nos assentamentos Antônio Pereira Nery e Martim Pescador. Já no PA Primavera, as ações voltaram-se para orientações na colheita, armazenamento, beneficiamento e comercialização da produção de culturas perenes.

No tocante ao destino da produção, observa-se que esteve voltada nos produtos leite, café e cacau para atravessadores e a maior parte da produção destinada ao autoconsumo concentrou-se nas culturas perenes do milho, arroz, feijão e mandioca. Diante da informação do destino da produção oriundo das unidades familiares, é importante que em pesquisas futuras, se verifique o porquê dessa ocorrência, conhecendo se a predominância do destino da produção à atravessadores ocorre pela fragilidade no processo de organização ou se faz parte das estratégias estabelecidas pelos produtores rurais nos assentamentos. Sobre essa questão, Medeiros e Leite (2004, p. 40) afirmam que as condições da agricultura familiar brasileira, fazem com que os assentados fiquem presos às cadeias tradicionais de comercialização, onde retêm ganhos significativos de venda, submetendo o produtor rural muitas vezes a preços desfavoráveis.

A produção voltada para o autoconsumo além de dispor de uma base nutricional considerável, também representa uma forma de obter retorno monetário, pois as famílias não precisam comprar determinados alimentos e parte da produção pode ser intermediada com outros produtos dentro do próprio assentamento.

A produção primária e respectivas rendas médias anuais dos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera encontram-se na tabela 8.

As informações constantes na tabela, permitiram identificar que a renda das famílias assentadas e residentes dos PA's Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera, teve como principal responsável, a venda de leite.

A seguir, foram estabelecidas comparações entre a produção e a renda por assentamento e ainda, o desempenho de um PA em relação aos demais.

Tabela 8 – Produção e renda média bruta por família dos assentamentos foco da pesquisa.

Produto Primário		Leite	Café	Arroz	Feijão	Milho	Cacau	Mandioca
Assentamentos		(litros)	(sc)	(sc)	(sc)	(sc)	(kg)	(kg)
Antônio Pereira Nery	Produção Média Total	9.917	25	18	4	18	1.417	-
	Renda Média Anual (R\$ 1,00)	4.938	3.982	584	265	475	4.560	-
Martim Pescador	Produção Média Total	12.200	58	29	10	33	104	65
	Renda Média Anual (R\$ 1,00)	5.956	2.484	527	370	468	560	241
Primavera	Produção Média Total	19.477	19	17	46	55	183	8
	Renda Média Anual (R\$ 1,00)	9.336	3.158	1.068	614	722	1.137	260

Fonte: Dados da pesquisa.

Estabelecendo comparativo por assentamento, no PA Antônio Pereira Nery, o leite contribuiu com a renda média anual de R\$4.938, e representou 33,36% da renda obtida pelas famílias assentadas, seguido do café que foi responsável por 26,9% para a geração de renda na produção primária com o rendimento médio de R\$ 3.892.

O PA Martim Pescador também apresentou o leite como o principal produto de venda e obtenção de renda, pois a produção média anual de 12.200 litros, representou uma renda média de R\$ 5.956,00 ou 56,16% da renda total do assentamento.

O PA Primavera apresentou a produção média anual de 19.477 litros de leite que gerou a renda média de R\$ 9.336,00, representando 57,29% da renda total obtida no assentamento. E o café, foi responsável pela segunda maior renda média no PA, com R\$ 3.158,00, representando 19,38% da renda média total obtida no assentamento.

A produção leiteira foi a principal atividade desenvolvida nos assentamentos objeto da pesquisa. A média de preço do litro de leite dos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera foi de R\$ 0,49. Essa atividade é de suma importância para as famílias assentadas, porque representa uma renda obtida mensalmente.

A produção oriunda dos assentamentos e que é comercializada, depende não só das condições técnicas e de infra-estrutura que as unidades produtivas dispõem, mas também, das possibilidades que a região pode oferecer para venda dos excedentes.

Visualizando a produção agropecuária identificada nos PA's foco deste estudo, destaca-se a seguir, o percentual das atividades desenvolvidas por assentamento.

A figura 17 demonstra quais as principais atividades desenvolvidas nas unidades familiares do assentamento Antônio Pereira Nery.

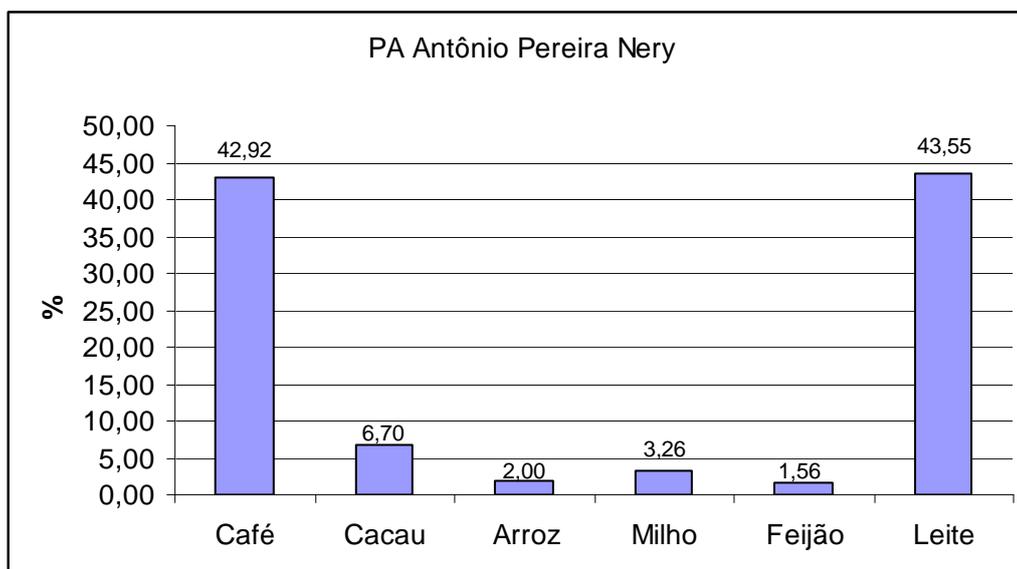


Figura 17 – Principais atividades geradoras de renda no PA Antônio Pereira Nery.
Fonte: Dados da pesquisa.

O PA Antônio Pereira Nery, apresentou, como se observa na figura, o café e o leite como principais atividades geradoras de renda às famílias. Embora o leite tenha representado 97% da produção total do PA, no tocante a obtenção de renda, o percentual esteve quase equiparado, quando se verifica que o leite dispôs de 43,55% da renda obtida e a venda do café representou 42,92% da renda total adquirida pelas unidades familiares. Essas duas atividades, portanto, são complementares, diante

As principais culturas identificadas no assentamento Martim Pescador, foram apresentadas na figura 18.

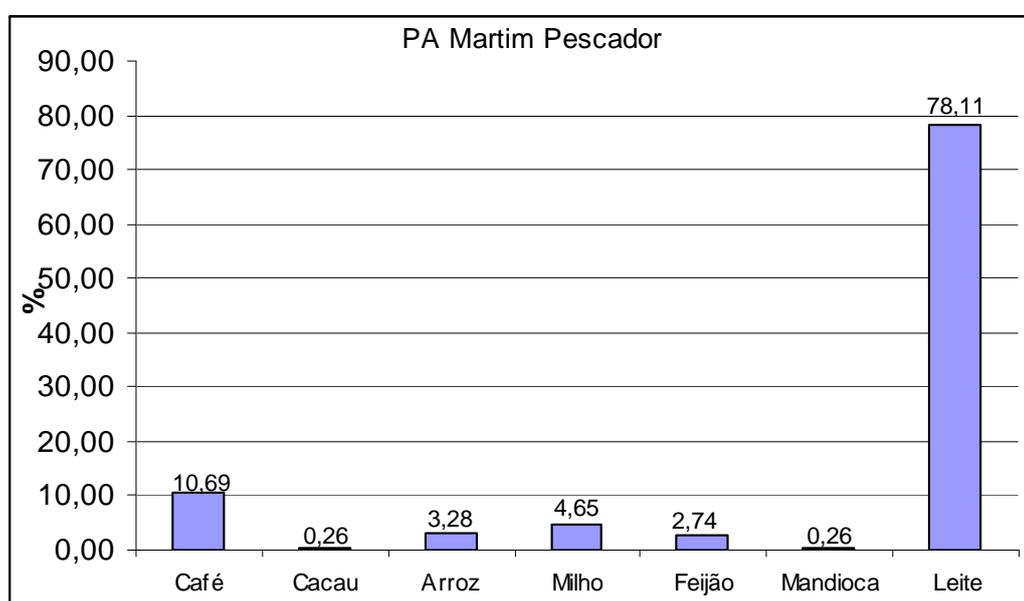


Figura 18 – Principais atividades geradoras de renda no PA Martim Pescador.
Fonte: Dados da pesquisa.

O assentamento Martim Pescador, corroborando com os dados apresentados na variável produção familiar, apresenta o leite como a principal atividade desenvolvida no assentamento. A renda obtida com a venda do café, representou 10,69% da renda total para as unidades familiares.

E por fim, as principais atividades realizadas nas propriedades rurais no PA Primavera, está apresentado na figura 19.

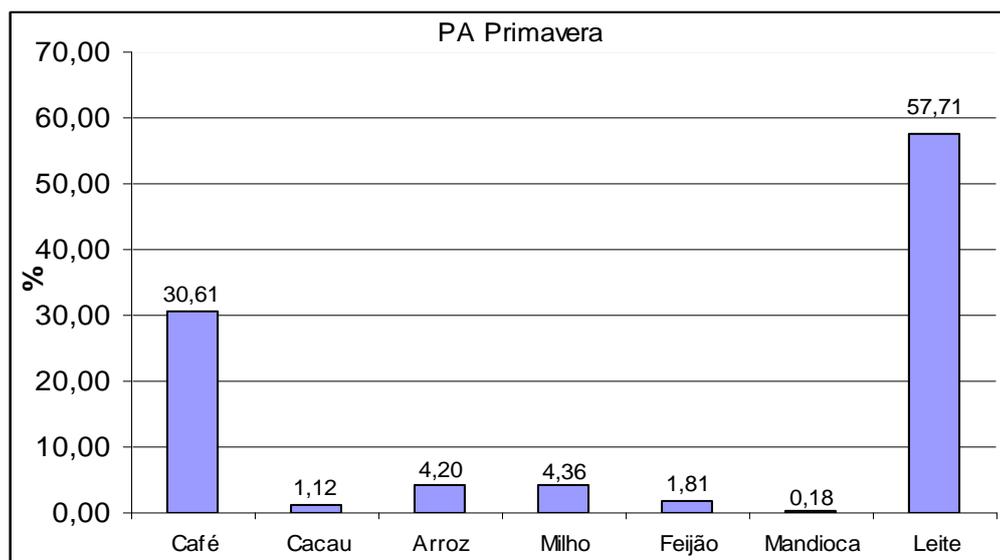


Figura 19 – Principais atividades geradoras de renda no PA Primavera.
Fonte: Dados da pesquisa.

A atividade leiteira representou também no assentamento Primavera, a principal atividade, porém, cabe ressaltar que a discreta produção do café, foi responsável por 30,61% da renda obtida pelas famílias assentadas e residentes no PA. As culturas temporárias apresentaram destaque no cultivo do arroz, milho e feijão.

Além da produção agrícola apresentada nos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera, foi identificado também, retorno monetário com a venda de animais. A renda obtida com a comercialização de animais nas unidades familiares, apresenta-se na tabela 9.

Tabela 9 – Renda obtida com a criação de animais nas propriedades rurais estudadas.

Assentamentos	Antônio Pereira Nery		Martim Pescador		Primavera		Qte. média total por família
	Qte. média por família	Renda Média Anual (R\$)	Qte. média por família	Renda Média Anual (R\$)	Qte. média por família	Renda Média Anual (R\$)	
Bovinos	30	895,83	44	7.875,12	33	3.044,15	107
Suínos	3	N.I	6	328,26	5	472,29	14
Caprinos	-	-	7	N.I	-	-	7
Eqüinos	2	N.I	2	230,00	2	890,00	6
Aves	38	126,50	45	333,53	35	333,04	118

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: N.I - Não informado.

A comercialização de bovinos apresenta em maior média no PA Martim Pescador. Cabe reforçar que embora a comercialização de animais tenha maior significância, esta

atividade representa um subproduto do leite e na verdade, elas se complementam, porque a atividade leiteira proporciona ao produtor rural assentado, retorno de renda, enquanto que a venda de animais ocorre esporadicamente.

A atividade avícola apresenta nível de renda satisfatório com a comercialização de aves, e produtos derivados, como ovos e a carne para o consumo das famílias. Identificou-se que os assentados pouco atribuíram valor aos animais eqüinos, provavelmente esses animais são vistos apenas para os serviços diários das propriedades, como a realização do transporte de pessoas e cargas.

As ações realizadas na perspectiva de geração de renda, foram pertinentes quanto às capacitações e orientações sobre o processo de comercialização de produtos nos assentamentos Antônio Pereira Nery e Martim Pescador, em função especificamente, desses dois assentamentos apresentaram o café e o cacau como principais produtos com representatividade na produção e na obtenção de renda oriunda da comercialização.

No PA Primavera, foram observadas principalmente orientações quanto ao processo de colheita, armazenamento, beneficiamento e comercialização dos produtos agrícolas. Porém, diante da representatividade da produção leiteira no PA, as famílias poderiam ter sido assistidas satisfatoriamente a fim de contribuir com assessoria tanto no melhoramento do leite, quanto no processo de comercialização.

4.4.2.2 Comercialização de produtos transformados

Os produtos considerados transformados, como a rapadura, farinha, própolis, queijo, melado e a carne, encontram-se na tabela 10, com as respectivas produções e renda obtida com a venda desses produtos.

Tabela 10 - Produção e renda média de produtos transformados nos assentamentos.

Produto Transformado	Un.	Antônio Pereira Nery		Martim Pescador		Primavera	
		Produção Anual	Renda Anual (R\$ 1,00)	Produção Anual	Renda Anual (R\$ 1,00)	Produção Anual	Renda Anual (R\$ 1,00)
Farinha	Sc	2	120	1	60	-	-
Carne	Kg	-	-	-	-	350	1.150
Rapadura	Um	-	-	3000	6500	-	-
Própolis		-	-	3	1.200	-	-
Queijo	Pç	-	-	30	900	-	-
Melado	Lts	-	-	-	-	200	1000

Fonte: Dados da pesquisa.

Na comercialização de produtos derivados oriundos das unidades familiares, foi identificado a produção de farinha nos assentamentos Antônio Pereira Nery e Martim Pescador, porém, esta produção esteve voltada apenas para o autoconsumo no assentamento Antônio Pereira Nery. Já no PA Martim Pescador, a produção média de 02 sacas de farinha, representa 95% da produção e esta é vendida diretamente ao consumidor, assim como a rapadura, produto identificado no processo de comercialização e sua venda corresponde em 100% do que foi produzido. Outros produtos foram identificados, como própolis, queijo e artesanato, sendo que o processo de comercialização destinou-se à venda aos atravessadores.

O PDA de Martim Pescador aponta que os produtos transformados foram basicamente a mandioca e a cana-de-açúcar. O beneficiamento ocorreu em prol do atendimento interno do assentamento, destacando que a maioria da cana produzida é destinada à alimentação animal. O PDA de Primavera, aponta discretamente a comercialização de animais para abate, junto aos frigoríficos de região de Jaru e Ariquemes. No assentamento Antônio Pereira Nery, não foi identificado até 2005, a existência de produtos transformados.

Os dados da pesquisa, apontaram que no assentamento Primavera a carne e o melado como produtos transformados. Ambos os produtos foram comercializados diretamente com os consumidores. Essa informação vem acrescentar nos produtos considerados transformados porque em 2007 foi identificada além da carne, a comercialização de mel.

A comparação entre os valores médios estabelecidos por cada assentamento, permitiu identificar que as unidades familiares do Martim Pescador apresentaram maior capacidade de diversificação e também no processo de comercialização dos produtos gerados.

4.4.2.3 Renda de prestação de serviços

O indicador de renda de prestação de serviços identifica a existência de renda para o produtor adquirida fora da propriedade rural, especificando o valor recebido por assentamento.

A tabela 11 apresenta as informações da renda média anual obtida com a prestação de serviços obtida pelas famílias produtoras rurais assentadas.

Tabela 11 - Renda média de prestação de serviços.

Assentamento	Renda anual de prestação de serviços			
	Sim	Não	Valor Recebido (R\$ 1,00)	Valor Médio Recebido (R\$ 1,00)
Antônio Pereira Nery	7	20	2.710	387
Martim Pescador	19	160	22.120	1.164
Primavera	26	54	25.624	986
Total	52	234	50.454	-

Fonte: Dados da pesquisa.

A prestação de serviços, representa um trabalho realizado fora da propriedade por parte das famílias produtoras rurais dos assentamentos foco da presente pesquisa.

No PA Antônio Pereira Nery, das 27 unidades familiares selecionadas para a pesquisa, 7 delas informaram que receberam algum tipo de renda por trabalho extra realizado fora da sua propriedade familiar.

As informações primárias do PA Martim Pescador, apontaram que das 255 unidades familiares selecionadas para a pesquisa, 19 apontaram a existência de trabalho fora da propriedade como forma de obtenção de renda para a família assentada. O valor médio identificado nas unidades familiares foi de R\$ 1.164, 21.

No assentamento Primavera, 105 unidades familiares foram selecionadas para a pesquisa, e foram feitas 26 indicações das famílias que receberam renda como fruto de trabalho realizado fora da unidade familiar.

4.4.2.4 Programas Sociais

O indicador de programas sociais apresenta informações sobre a existência de renda para o produtor rural assentado através de políticas públicas, traduzidas em benefícios previdenciários, e identificando os benefícios recebidos e qual a renda destinada a essas famílias por assentamento estudado.

Neste indicador, portanto, foram analisadas as informações constantes na tabela 12, provenientes de dados da pesquisa apresentados referentes ao indicador de programas sociais.

Tabela 12 – Renda média oriunda de Programas Sociais no ano de 2007.

Programas Sociais	Antônio Pereira Nery	Martim Pescador	Primavera
Bolsa família	87,53	80,38	94,00
Auxílio maternidade	-	1.520,00	772,50
Auxílio doença	380,00	380,63	380,00
Aposentadoria	608,00	500,75	380,00
Pensão	380,00	427,50	380,00
Salário defeso	-	-	-
Outros	-	-	-
Nenhum	-	-	-
Valor médio dos benefícios recebidos (R\$)	195,77	296,43	269,60

Fonte: Dados da pesquisa.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.749, de 11 de abril de 2006 (BRASIL, 2008).

Os benefícios recebidos pelas famílias assentadas foram disponibilizados em maior quantidade relativos à bolsa família, levando em consideração a proporcionalidade do número de unidades familiares analisadas de cada assentamento. O assentamento Martim Pescador apresentou 53 produtores que recebem os benefícios relativos a aposentadoria e 32 receberam auxílio doença e o maior valor médio R\$ 296,43 de benefícios recebidos. Os benefícios sociais constitui portanto, um dos principais responsáveis na composição da renda do PA.

Das famílias assentadas residentes nos assentamentos estudados, 54%, 68%, e 67% das famílias assentadas dos PA's Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera, respectivamente, têm algum tipo de benefício previdenciário, como por exemplo, pensões, aposentadoria por invalidez e dependências.

De acordo com Rondônia (2006), no PA Martim Pescador, cerca de 3% das famílias são beneficiadas com aposentadoria, auxílio maternidade aproximadamente 5%. A maioria dos idosos já possuem o auxílio aposentadoria, e aqueles que ainda não gozam desse direito, são orientados e conduzidos para acesso ao benefício.

No PA Antônio Pereira Nery, das famílias residentes no assentamento, 11% tem benefícios previdenciário como pensões, aposentadoria por invalidez e dependências.

As ações desenvolvidas nos assentamentos através da assessoria técnica em Rondônia, ocorreram das mais diversas formas. As principais atividades realizadas neste indicador, conforme Emater (2005, 2006, 2007) estiveram voltadas para a orientação às famílias para inclusão em programas sociais, elaboração e entrega de declaração na condição de assentado, para requerer algum tipo de benefício junto ao INSS. Dentre os informados, destacam-se o auxílio doença e auxílio maternidade.

4.4.2.5 Composição da renda das unidades familiares – Comparativo.

Neste subitem foi possível estabelecer algumas comparações entre os assentamentos e as atividades desenvolvidas nas unidades familiares dos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera.

A figura 20 apresenta a composição da renda das unidades familiares, relacionando a atividade com a renda média de um assentamento em relação aos demais assentamentos estudados na pesquisa.

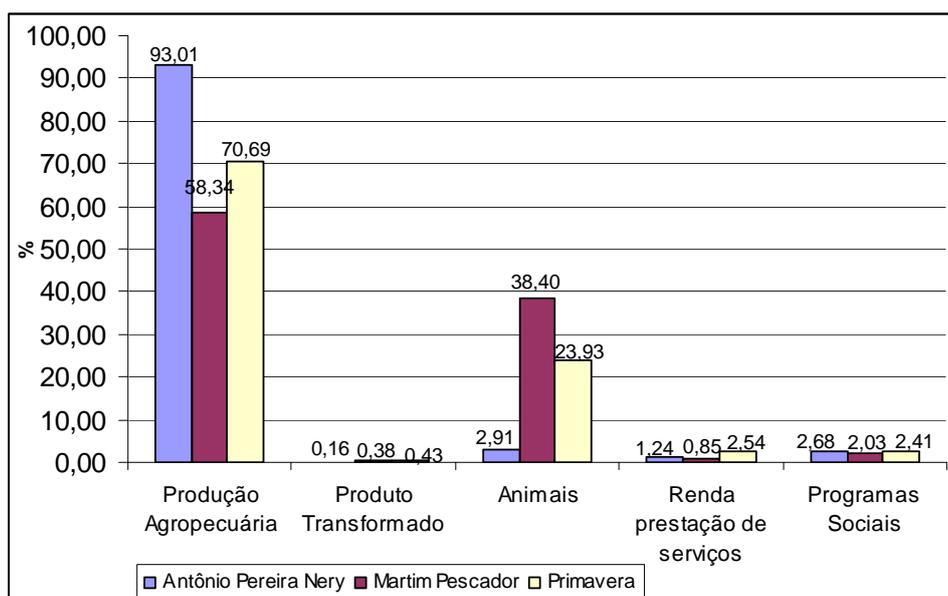


Figura 20 - Comparativo da renda obtida nos assentamentos por atividade.
Fonte: Dados da pesquisa.

O percentual calculado no gráfico, reflete a renda obtida em cada assentamento por tipo de atividade, dividida pela renda total dos produtos dos assentamentos. A renda oriunda de produção agropecuária e programas sociais teve maior representatividade no assentamento Antônio Pereira Nery,

O PA Primavera apresentou na produção de produtos transformados e renda da prestação de serviços, decorrente do trabalho realizado fora da unidade produtiva o maior percentual. A fonte de renda oriunda da venda de animais teve maior representação no assentamento Martim Pescador.

Sob a perspectiva de estabelecer comparativo entre a produção geradora de renda nos assentamentos, diante das fontes detectadas nos dados da pesquisa, a figura 21 demonstra o percentual de cada produção nos três assentamentos foco da pesquisa.

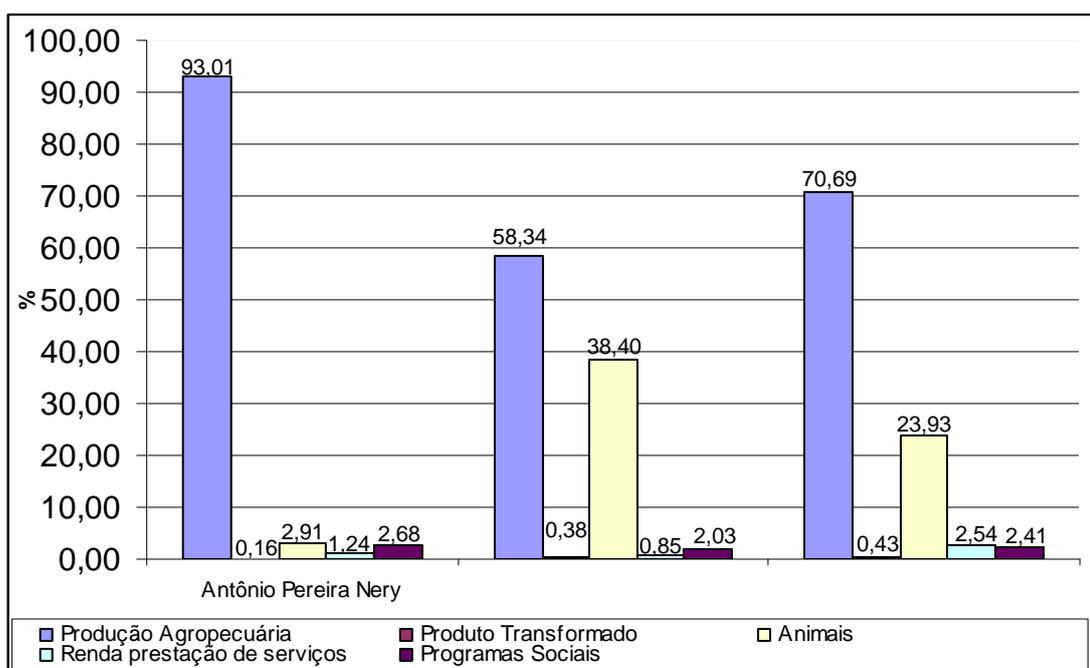


Figura 21 - Composição da renda familiar dos assentamentos estudados

Fonte: Dados da pesquisa.

As fontes originárias de rendas através da: produção agrícola, produto transformado, animais, renda de prestação de serviços e programas sociais foram apontadas nos respectivos assentamentos para estabelecer comparativo entre a geração de renda e, o percentual que cada fonte representa para as famílias dos assentamentos foco da presente pesquisa.

A análise dos dados da pesquisa, sobre a obtenção de renda monetária pelas famílias assentadas, indica que em termos percentuais, os rendimentos recebidos dentro da propriedade rural foram bem superior no PA Antônio Pereira Nery.

Estabelecendo comparativo entre as fontes específicas de renda através da venda de animais, os assentamentos Martim Pescador e Primavera, apresentaram uma renda média considerável. O PA Martim Pescador em relação aos demais assentamentos, apresentou maior equilíbrio entre a produção agropecuária e a venda de animais.

Dentre a obtenção de renda através da comercialização de produtos transformados, o assentamento Antônio Pereira Nery apresentou menor rendimento em relação aos PA's Martim Pescador e Primavera.

Os dados apresentados sobre geração de renda, são partes integrantes do objeto da presente pesquisa. Dessa forma, as variáveis constantes nas dimensões social e ambiental são trabalhadas nos subitens que segue.

4.4.3 Variável Organização Social

4.4.3.1 Participação em Organizações

A participação dos assentados em associações representa um dos indicadores trabalhados na variável organização social. Buscou-se conhecer qual o nível de participação dos assentados nas diversas formas de organização, seja através da associação ou grupos informais. A figura 22 apresenta o quantitativo de assentados, chefes de família, que participam do processo de organização nos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera.

Assentamento Org. Social	Antônio Pereira Nery	Martim Pescador	Primavera
Associação	16	146	45
Cooperativa	-	-	-
Sindicato	7	166	49
Grupos informais	-	40	43
Agroindústria	-	-	18

Figura 22 - Participação dos assentados em organizações sociais.

Fonte: Dados da pesquisa.

A participação dos assentados, chefes de famílias, representantes das unidades produtivas dos assentamentos foco desta pesquisa, apresenta certa expressão, se levado em consideração o número de famílias assentadas e residentes nesses assentamentos. Porém, não há indícios do envolvimento desses assentados no processo de organização social rural nas áreas dos assentamentos.

O nível de organização social tem significância no sistema coletivo de trabalho, bem como no processo de produção, beneficiamento, abastecimento e comercialização em uma comunidade, já que essas especificações representam fatores de definição da renda do produtor rural.

A organização social favorece ainda na simetria das informações entre os atores, ou seja, pode possibilitar desenvolver alternativas de controle, desde a identificação de produtores que recebem e os que não recebem crédito em uma determinada região, por exemplo, à forma de análise de crédito, e a forma de implementação dos recursos financeiros recebidos.

O trabalho de assessoria desenvolvido nos PA's para o processo de organização nos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera conforme relatórios, apontam que estiveram voltados para a conscientização acerca do papel das associações e sua importância para o desenvolvimento das famílias e conseqüentemente, dos assentamentos. A ação mais específica identificada, ocorreu no PA Antônio Pereira Nery, com a fase de reimplantação da Associação Família Agrícola Antônio Pereira Nery (ASFAA).

O estabelecimento de estratégias de fortalecimento e apoio à formação de organizações sociais para Perico e Ribero (2005) com capacidade e legitimidade que possam desenvolver estruturas de ajustes na implementação das políticas públicas depende da estruturação das instituições públicas no setor rural, e esta relação dar-se-á a partir de maior relação entre agentes públicos e sociedade.

Os autores acima mencionados, asseguram que “as comunidades organizadas são o baluarte sobre o qual se pode construir uma relação eficiente de qualificação da demanda de bens e política pública. Sem essas organizações, autônomas, não será possível gerar poder nas comunidades”.

A estruturação do processo de organização apresenta-se como um aliado importante para os produtores, já que pode estar representados desde o poder de barganha na compra de um insumo à viabilização para agregação de valor aos produtos agrícolas

através do beneficiamento, da agroindústria, potencializando as chances de ampliar o mercado, e conseqüentemente a capitalização. O que se deseja com a organização dessas famílias, é que elas possam desenvolver as oportunidades em um negócio de caráter mais lucrativo e sustentável.

4.4.3.2 Atividades Culturais

O indicador atividades culturais trabalhado na variável organização social foi contemplada na presente pesquisa e objetivou conhecer a participação dos assentados em atividades culturais, inclusive as de caráter festivo e/ou religiosas, já que no âmbito das questões sociais, representa um indicador importante, pois sinaliza para ações voltadas para o envolvimento das famílias, contribuindo para promover a interação dos assentados.

A consideração desse indicador na variável organização social, permitiu identificar entre as famílias assentadas e residentes nos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera, o conhecimento disponível do assentado nos eventos existentes nos PA's, conhecendo o número de assentados que participam de eventos culturais, bem como a identificação do tipo de evento promovido nas áreas dos assentamentos.

Tabela 13 - Participação em atividades festivas e religiosas

Eventos culturais e de lazer			
Assentamento	Existência de eventos comemorativos no PA (beneficiário)	Participação em eventos culturais (beneficiário)	Tipos de Eventos
Antonio Pereira Nery	05	04	Religioso
Martim Pescador	228	208	Religioso, Futebol e datas comemorativas
Primavera	98	88	Religioso, Futebol e datas comemorativas

Fonte: Dados da pesquisa.

As atividades destinadas a promoção de cultura e lazer das famílias assentadas nos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera são limitadas diante das possibilidades de realização de ações voltadas para esse quesito. O fator de

miscigenação de acordo com o PDA, decorrente da origem das famílias de outros estados para os assentamentos objeto da pesquisa, pode ter contribuído para a limitação cultural estabelecida.

As atividades desenvolvidas neste indicador, ocorreram na área de esportes, a promoção de torneios de futebol, com a organização no PA Martim Pescador, de campeonato entre os assentados. No tocante as festividades, diversas ações foram realizadas no referido PA e no assentamento Primavera, com a promoção de eventos em datas comemorativas, como dia das mães, festa junina, dia das crianças, com a realização inclusive do 1º encontro das famílias em um dia de lazer com brincadeiras entre crianças jovens e adultos.

No PA Antônio Pereira Nery não foi identificado nenhum tipo de ação durante a atuação da assessoria técnica.

Nas comunidades rurais existem diferentes formas de organização, na igreja, na escola, no clube de futebol, no sindicato, na cooperativa e ou associação, etc. Estas diferentes organizações em forma de rede caracterizam um capital social que pode potencializar um processo de desenvolvimento. Diversos estudos apontam o capital social como um diferenciador de processos de desenvolvimento. As regiões e ou comunidades com maiores indicadores de desenvolvimento possuem um maior capital social. A coesão de redes sociais promove à formação de ações coletivas, propiciando o acesso a informação, aquisição de conhecimento, empoderamento político e maior solidariedade e engajamento cívico (Bianchini, 2004).

4.4.4 Variável Saúde e Educação

A variável saúde e educação contemplam basicamente os indicadores de atendimento à saúde e nível de escolaridade do assentado, chefe de família.

4.4.4.1 Atendimento à saúde

Com relação à saúde, foi verificada a percepção dos assentados acerca da disponibilidade de atendimento à saúde nos assentamentos, bem como a disponibilidade do serviço às famílias assentadas.

A tabela 14 apresenta os dados da pesquisa referente a este indicador nos assentamentos objeto da presente pesquisa.

Tabela 14 - Disponibilidade de atendimento à saúde.

Assentamento	Beneficiário que recebe atendimento à saúde	Disponibilidade do serviço
Antonio Pereira Nery	26	Agente de saúde
Martim pescador	185	Agente de saúde
Primavera	104	Agente de saúde

Fonte: Dados da pesquisa.

A disponibilidade de atendimento à saúde nos assentamentos Antônio Pereira Nery e Primavera, representa quase que a totalidade na opinião das famílias assentadas e residentes dos PA's.

As famílias dos assentamentos Antônio Pereira Nery e Primavera, apontam em 99% o acesso à atendimento médico. Somente no PA Martim Pescador, ocorreu certa divergência, pois, as famílias afirmam em 73% o atendimento à saúde. Esse fato justifica-se em função da localização geográfica do assentamento, que se encontra entre dois municípios. Os assentados residentes na área do município de Urupá, contemplam a informação de que recebem atendimento médico, porém, as famílias assentadas e residentes na área do município de Alvorada D'Oeste, afirmam que não recebem nenhum tipo de atendimento à saúde.

As ações desenvolvidas nesse sentido durante a atuação da assessoria técnica nos assentamentos foco desse estudo, foram similares no trabalho de orientação acerca da nutrição, saúde alimentar e saúde preventiva às famílias. Nos PA's Martim Pescador e Primavera, além destas foram prestadas orientações sobre a saúde bucal, sexual e reprodutiva. No PA Martim Pescador foi realizado exames preventivos de câncer nas mulheres assentadas.

As famílias assentadas receberam assessoria para reativação de horta comunitária no PA Primavera. No PA Antônio Pereira Nery, foram divulgadas às famílias assentadas, os métodos de controle de verminoses sendo feito a distribuição e prestada as orientações necessárias para utilização de filtros e o uso de hipoclorito.

4.4.4.2 Escolaridade

A escolarização do assentado, chefe de família, representa o segundo indicador trabalhado na variável de saúde e educação. Neste, foi possível conhecer o grau de instrução, número de não alfabetizados. A figura 23 apresenta a escolaridade dos chefes de família dos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera.

Escolaridade	Assentamento		
	Antonio Pereira Nery	Martim Pescador	Primavera
Não-Alfabetizado	04	29	5
Ensino Fundamental	21	202	70
Ensino Médio	01	6	6
Curso Técnico	01	-	-
Ensino superior	-	-	-
Total	27	237	81

Figura 23 – Nível de escolaridade dos beneficiários.

Fonte: Dados da pesquisa.

Das unidades familiares selecionadas para a pesquisa, apenas as famílias do PA Antônio Pereira Nery apresentaram informações em todas as unidades familiares. Das 255 unidades familiares selecionadas para a pesquisa do PA Martim Pescador, 93% destas apontaram o nível de escolaridade dos assentados. E as 105 unidades familiares selecionados do PA Primavera 77% foi observado as informações referente a esse indicador.

Assim, foi identificado que em todos os assentamentos, predomina a escolaridade de ensino fundamental dos assentados chefes de famílias. No PA Antônio Pereira Nery foi identificado o maior percentual de pessoas não alfabetizadas, ao passo que no assentamento Primavera, foi identificada o maior percentual de assentados com nível médio com relação aos demais assentamentos.

As ações voltadas para a educação e ensino apresentaram-se restrito nos assentamentos foco da pesquisa. As atividades podem ser consideradas mínimas, diante do período de prestação de serviços de assessoria técnica nos PA's, e ocorreram de formas isoladas, comprometendo portanto, o desempenho e o resultado das mesmas. O

assentamento Antônio Pereira Nery, desenvolveu uma ação voltada para a sensibilização dos assentados para a formação de uma turma de alfabetização de jovens e adultos. Porém, não se observou, continuidade e/ou resultados voltados para essa temática.

Essa constatação chega a ser preocupante, pois o estabelecimento de políticas voltadas para a educação no campo é fundamental para o desenvolvimento dessas famílias tanto no âmbito das questões produtivas, quanto na dimensão social.

Sob essa perspectiva, Medeiros e Leite (2004, p. 198), dizem que a educação rural é um desafio que se coloca à formulação de políticas públicas devido à falta de infraestrutura no meio rural, ao sistema educacional predominante e às longas distâncias que separaram os alunos da escola.

E Arroyo (1999) complementa o raciocínio quando afirma que ao discutir a construção e a prática de uma educação do campo, defende que a educação básica tem que prestar especial atenção às matrizes culturais do homem e da mulher, do povo do campo, pois a escola precisa ser vinculada aos processos culturais que resultam dos processos produtivos e sociais.

Os dados da pesquisa apresentados demonstram que os assentados, chefes de família, são, em número reduzido, não-alfabetizados. Percebe-se claramente uma quantidade reduzida de chefes de famílias com nível médio de escolaridade. Essa realidade acaba sendo reforçada com a situação estrutural predominante nos assentamentos de reforma agrária, pois quando existem escolas, estas, geralmente, estão voltadas para a educação básica, com a inclusão das quatro primeiras séries do ensino fundamental.

4.4.5 Variável Prática de Preservação Ambiental

4.4.5.1 Impacto

O indicador Impacto, inserido na variável de prática e preservação ambiental, aborda sobre o tratamento dado ao lixo, identificando a destinação dos resíduos orgânicos e inorgânicos existentes nas propriedades rurais dos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera. Os dados constantes nas figuras estão representadas em valor absoluto nos respectivos assentamentos.

A figura 24 apresenta a sistematização dos dados constantes nas unidades familiares sobre o tratamento do lixo produzido nas propriedades rurais.

Assentamento	Destino Lixo Orgânico		Destino Lixo Inorgânico			
	Adubação	Descarte	Aterro	Queima	Reciclagem	Céu Aberto
Antônio Pereira Nery	18	9	-	25	-	6
Martim Pescador	84	166	21	214	4	34
Primavera	44	50	4	86	3	1

Figura 24 – Tratamento do lixo produzido nas Unidades Familiares.

Fonte: Dados da pesquisa.

O destino do lixo orgânico das propriedades rurais foi feito principalmente através de descarte em todos os assentamentos investigados. A destinação do lixo orgânico através de adubação, favorece o aumento da produtividade, já que aumenta o rendimento da área, ao passo que reduz custos, por não utilizar-se de artifícios químicos.

O principal destino do lixo inorgânico das unidades familiares esteve direcionado nos assentamentos através da queima. A utilização de adubação química além de causar danos, apresenta um custo elevado e torna-se inviável para as atividades agrícolas conduzidas manualmente.

Ainda contemplando o indicador de impacto, a figura 25 apresenta a destinação final das embalagens de agrotóxicos nos assentamentos foco do presente estudo.

Destino	Projeto de Assentamento		
	Antônio Pereira Nery	Martim Pescador	Primavera
Aterro	1	10	2
Queima	6	79	9
Reutilização	1	29	1
Céu Aberto	-	16	2
Posto de Recebimento	7	64	60

Figura 25 – Destino Final das embalagens de agrotóxico.

Fonte: Dados da pesquisa.

As embalagens de agrotóxicos tiveram como principais destinos, a queima e os postos de recebimento. A disponibilidade de informações das unidades familiares, representou 56%, 78% e 70% dos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera respectivamente.

O PA Primavera destaca-se pela forma de destinação das embalagens, pois dos 74 das unidades familiares que informaram sobre esse indicador, 81% apontam para a prática de destinação das embalagens de agrotóxicos através dos postos de recebimento. Essa condição com relação aos demais assentamentos prevalece, se estabelecida a proporção do número de unidades familiares selecionadas e as famílias assentadas e residentes do assentamento.

O trabalho de conscientização sobre a temática ambiental representa uma importante ação para desenvolver habilidades e alternativas de sustentabilidade dentro das unidades familiares.

As principais ações realizadas no período de atuação da assessoria técnica nos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera, pertinentes ao indicador de impacto, foram atividades abordando o trabalho conscientização das queimadas, bem como, a destinação das embalagens de agrotóxicos, voltaram-se para ações de conscientização das famílias no tocante à utilização de agrotóxicos nas lavouras e a forma de utilização desse insumo químico. Essas ações ocorreram em todo o período de atuação da assessoria técnica e em praticamente todos os assentamentos. Ações mais específicas, ocorreram em 2007, com a realização de campanhas, ações de orientação sobre a importância do recolhimento adequado dessas embalagens utilizadas.

4.4.5.2 Práticas de conservação

A consideração deste indicador como parte integrante de análise no contexto da variável ambiental, identificou a existência de práticas agroecológicas desenvolvidas nos assentamentos, através da utilização de adubos orgânicos e biofertilizantes naturais, por exemplo, nas unidades produtivas.

De acordo com Caporal e Costabeber, (2004, p. 06), A Agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencional para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis.

A postura e as ações voltadas para as práticas de conservação do solo nas unidades familiares, representa um dos pontos principais de sustentabilidade da área que se desenvolve as atividades agrícolas em um assentamento.

A figura 26 apresenta a existência de erosão nos lotes e prática de conservação do solo, bem como, a existência de plantio direto e qual o tipo de preparação do solo nos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera, respectivamente.

Assentamento	Existência de erosão no lote			Prática de conservação do solo		
	Sim	Não	Qual?	Sim	Não	Qual?
Antônio Pereira Nery	-	27	-	1	26	Agroecologia
Martim Pescador	11	232	N.I	80	156	Adubação, Cobertura Morta, etc
Primavera	18	87	-	20	60	Adubação, Cobertura Morta, etc

Figura 26 – Erosão e práticas de conservação do solo nos assentamentos.
Fonte: Dados da pesquisa.

De modo geral, as unidades familiares inseridas nos assentamentos estudados apresentaram pouca ou nenhuma erosão do lote. As atividades realizadas para as práticas de conservação do solo, apresentaram em dois assentamentos, uma quantidade significativa, com a utilização de práticas de adubação e cobertura morta. No PA Antônio Pereira Nery a prática de conservação do solo é quase nula, e essa constatação gera questionamento quanto a realização ou não de ações voltadas para essa temática no período em que a assessoria técnica esteve presente no assentamento.

A figura 27 apresenta a existência de plantio direto e o tipo de preparação dado ao solo das propriedades rurais.

PA	Plantio direto			Tipo de preparação		
	Unidade Familiar			Unidade Familiar		
	Sim	Não	Qual?	Mecânico	Tração Animal	Manual
Antônio Pereira Nery	3	24	Milho, café-feijão, mandioca, Banana	3	-	24
Martim Pescador	171	77	Arroz, Feijão, Milho e Mandioca	47	13	206
Primavera	39	65	Arroz, Feijão, Milho e Mandioca	32	16	76

Figura 27 – Identificação do plantio e preparação do solo nos assentamentos.
Fonte: Dados da pesquisa.

A prática de utilização do plantio direto nas unidades familiares, representa uma forma de manejar o solo de maneira sustentável, ou seja, o recurso possibilita através de alternativas “naturais”, o melhoramento da estruturação do solo, contribuindo para a sua longevidade e otimizando a capacidade operacional no campo. Nessa perspectiva, o PA Martim Pescador apresentou melhor desempenho sobre essa temática, pois apresentou aproximadamente 70% da prática desse plantio em suas unidades produtivas. Já as propriedades do PA Antônio Pereira Nery apresentaram o menor percentual de realização dessa atividade.

A preparação para plantio identificado nos lotes rurais, predominou para a prática manual nos três assentamentos estudados. Geralmente, a prática manual exige que a área trabalhada seja pequena e portanto, apresenta a característica do cultivo de culturas votado para a subsistência. No PA Primavera, 30% das propriedades utilizaram o tipo de preparação mecânico. Esse tipo de utilização, reduz o tempo na preparação da área, contribui para o aumento do número de plantas em uma determinada área, e padroniza o cultivo no processo de desenvolvimento. Porém, quando o manejo não ocorre de maneira adequada, o solo sofre degradação.

A preparação do solo através da tração animal, representou o menos utilizado pelas famílias assentadas, conforme dados da pesquisa. Esse tipo de utilização requer que o solo esteja “solto” para não comprometer o desempenho do arado e a sua prática, acaba otimizando o trabalho em uma área maior da propriedade rural.

Dentre as ações realizadas na dimensão ambiental nos assentamentos foco da pesquisa, os relatórios apontaram que as famílias receberam assessoria para o plantio de essências florestais, práticas de preservação, com a realização de adubações orgânicas para cultivo de culturas, inclusive com o plantio de árvores frutíferas, manejo e conservação do solo, recuperação da vegetação nativa e controle das queimadas.

4.4.5.3 Diversidade

No indicador diversidade, consta informações sobre a existência de sistemas agroflorestais desenvolvidos nas propriedades rurais, bem como a existência de culturas cultivadas e a utilização de insumos por parte das famílias assentadas.

Os SAF's, de acordo com COSTA (2005), são formas de cultivos em que se associam, numa mesma área, árvores e arbustos com cultivos agrícolas e/ou com animais, de maneira simultânea ou escalonada no tempo. Assim, a presença de uma grande diversidade de espécies, ocupando diversos estratos (árvores grandes e pequenas, palmeiras, ervas e arbustos), imita o ecossistema florestal.

A figura 28 apresenta os dados da pesquisa referente aos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera.

Assentamento	Existência de SAF's			Existência de consórcios		
	Sim	Não	Quais?	Sim	Não	Quais
Antônio Pereira Nery	12	15	Café, Cedro-Ingá; Café-Bandarra, Cacau, Bandarra; Café-bandarra; cupuaçu, ipê-manga, ingá.	2	25	Árvores-café; café, essências florestais
Martim Pescador	8	243	Cacau, Ávores Nativas; Cacau, Café, Essências; Cacau, Bandarra.	67	180	Café, Milho, Feijão; Cacau, Café; Abacaxi, Mandioca.
Primavera	19	84	Café, Bandarra, Piqui, Teca, Café, Essências Florestais, Cacau, árvores, AgrosilvoPastoril,	17	87	Arroz, Milho, Café; Banana, Cacau, Milho; Mandioca, Café; Café, Banana;

Figura 28 – Diversidade identificada nas unidades familiares dos assentamentos estudados.
Fonte: Dados da pesquisa.

A existência de Sistemas Agroflorestais nas propriedades rurais representa importante atividade nas unidades familiares, pois o cultivo consorciado de culturas perenes com essências florestais, beneficia um retorno considerável ao produtor rural assentado. O cultivo de SAF's exige que seja trabalhado com plantas que possibilitem “sujar” o solo, para que seja formada uma cobertura morta.

Corroborando com essa afirmativa, os benefícios que os SAF's promovem em uma determinada área, extrapola a área ambiental, pois Costa (2005), afirma que além da proteção contra a erosão, deposição de folhas e aumento da matéria orgânica, conservação da água, aumento de organismos benéficos (como a minhoca), menor proliferação de pragas e doenças, menor ocorrência de invasoras, conservação da biodiversidade (fauna e flora), microclima favorável ao crescimento de plantas e animais, proteção da área contra as queimadas e manutenção das condições climáticas da região, os SAF's pode oferecer retornos socioeconômicos ao produtor rural, pois a maioria das plantas presentes nos SAF's pode render algum produto para seu consumo ou venda, como: cereais, frutas,

verduras, remédios naturais, fibras, óleos, resinas, mel, carne, leite, ovos, madeira, lenha, etc.

Concluindo o raciocínio do autor acima citado, os SAF's apresentam-se como alternativa viável e sustentável para a exploração agropecuária da região amazônica. No entanto, muitos estudos ainda necessitam ser realizados, para desenhar sistemas sustentáveis e adequados para as condições socioeconômicas do pequeno produtor.

Diante de tantos benefícios que os SAF's podem oferecer aos produtores rurais principalmente da região amazônica, é possível vislumbrar que essa atividade torna-se uma ferramenta na promoção de geração de renda às famílias rurais, se houverem incentivos através de políticas públicas, e ainda, a necessária e constante etapa de capacitação e orientação técnica junto ao produtor, para que este absorva quais são as reais oportunidades, financeiras inclusive, que essa atividade pode dispor para a sua unidade de produção.

A figura 29 apresenta os dados referente a utilização de insumos nos assentamentos foco da pesquisa.

Uso de insumos				
Assentamento	Orgânico	Inorgânico	Nenhum	Área
Antônio Pereira Nery	15	5	7	4,63
Martim Pescador	39	89	135	80,88
Primavera	53	7	41	23,91

Figura 29 – Utilização de insumos nas lavouras das unidades familiares.
Fonte: Dados da pesquisa.

Os insumos utilizados nas unidades familiares apresentaram maior relevância no assentamento Primavera com relação aos demais PA's.

As principais atividades desenvolvidas nos assentamentos estudados, foram realizadas através de orientações nos modelos de consórcios, proteção vegetal; recuperação da vegetação nativa realizando o trabalho de acompanhamento na condução e implantação de sistemas agroflorestais com a utilização de mudas para reflorestamento. No PA Primavera, foi implantada uma brigada de educação ambiental.

4.4.6 Considerações gerais

Este capítulo teve a finalidade de apresentar e pôr em discussão, os dados referente às unidades familiares dos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera. Os assentamentos estudados apresentam suas particularidades quanto às características do processo produtivo. A presença dos assentamentos permite vislumbrar algumas possibilidades no tocante ao cultivo de culturas.

Os assentamentos possuem tamanhos distintos, e por esta razão os dados identificados nas variáveis, produção familiar e geração de renda, foram trabalhadas utilizando-se da média por família assentada.

Estabelecendo comparativo entre os assentamentos estudados, destaca-se que embora os assentamentos tenham apresentado o leite como principal atividade desenvolvida, este não foi isoladamente o maior responsável pela obtenção de renda pelas famílias assentadas. Porém, na composição da renda monetária obtida através das atividades realizadas nas propriedades rurais, a produção agrícola e pecuária trouxe aos assentamentos, as principais formas de aquisição de renda.

Identificou-se que as atividades agrícolas voltadas para as culturas temporárias nos três assentamentos, culturas também consideradas de subsistência, estiveram maior representação no cultivo do arroz, feijão e milho e a produção nos três assentamentos voltada para culturas perenes, principalmente o café e o cacau, estiveram especialmente dedicadas à comercialização. As atividades agrícolas articuladas com as atividades pecuárias na maioria das unidades familiares, representaram a principal forma de obtenção de renda por parte das famílias assentadas.

O cálculo da geração de renda nos assentamentos pesquisados, levou em consideração a renda média da família assentada. Dessa forma, quando se estabelece comparativo entre os assentamentos estudados, o PA Antônio Pereira Nery aponta com maior representação em relação aos demais assentamentos, na renda oriunda da comercialização dos produtos agropecuários – primários e benefícios previdenciários. A criação de animais foi observada nos assentamentos, sobretudo bovinos e aves, e o processo de comercialização de animais esteve concentrado no PA Martim Pescador. A renda derivada do serviço prestado em atividades externas aos lotes rurais, e ainda, comercialização dos produtos agropecuários – derivados foram destacados no assentamento Primavera.

A constituição do processo produtivo, esteve atrelada à utilização de insumos em uma maior quantidade, de orgânicos nos casos dos assentamentos Antônio Pereira Nery e Primavera, e inorgânico mais observado no assentamento Martim Pescador. Foi identificada ainda, uma baixa utilização de recursos tecnológicos, sendo portanto, predominante, a utilização de preparação manual da terra e a prática limitada de conservação do solo nos três assentamentos.

O processo de organização das famílias ocorreu principalmente no envolvimento de beneficiários nas associações e sindicatos, e esse nível de participação reflete, seja na forma de aquisição ou comercialização de produtos. A comercialização dos produtos identificados nos assentamentos, foram praticamente realizados através do contato estabelecido com atravessadores. Essa observação pode trazer indícios de que embora parte dos beneficiários, chefes de família estejam, de alguma forma participando do processo de organização, o nível de participação, interação e envolvimento desses assentados ainda pode estar distante do considerado necessário, para a promoção de ações para o fortalecimento da organização produtiva, bem como, o estabelecimento de articulação local com as instituições. Para que as ações em prol das organizações rurais, possam apresentar resultados, é necessário que as práticas voltadas para o processo de organização sejam contínuas. As práticas de preservação ambiental foram utilizadas timidamente nos PA's estudados e pode ter sido reflexo do baixo número de ações realizadas nas unidades familiares dos assentamentos durante a atuação do ATES nos assentamentos de reforma agrária. A realização de ações mais específicas, como orientações e capacitações voltadas para o destino do lixo – orgânico e inorgânico, embalagens de agrotóxicos e utilização de insumos, por exemplo, foram identificadas com maior frequência no segundo convênio do Programa.

As ações desenvolvidas nos assentamentos estudados, no âmbito das dimensões preconizadas pelo Programa ATES envolvendo as questões produtivas, sociais e ambientais, embora tenham contemplado diversos métodos, foram realizadas em maioria, através de visitas. A utilização desse método é imprescindível para desenvolver atividades específicas, principalmente aquelas relacionadas às questões produtivas. Porém, as temáticas sociais e ambientais, exigem a implementação de métodos participativos, com a realização de eventos massais, por exemplo, a fim de integrar os assentados, compartilhando o saber endógeno e potencializando o conhecimento técnico como etapa de promoção do desenvolvimento das comunidades rurais assentadas.

5 CONCLUSÃO

A prestação de serviços de assessoria técnica representou quando da sua implementação, um novo momento na vida das famílias assentadas nos projetos de reforma agrária em Rondônia. A promoção de ações de cunho social, econômico e ambiental, seja para a geração de renda e organização social das famílias, tendo como parâmetro, a sustentabilidade das unidades familiares, significou o delineamento de uma proposta ousada, porém, articulada com os atores envolvidos nesse processo seria passível de realização.

As práticas voltadas para o desenvolvimento rural, focado na perspectiva dos assentamentos rurais, exigiu na última década, o envolvimento de atividades que atendessem além das questões produtivas, e que pudessem enfim, atuar também sob as atividades social e ambiental. Assim, as ações de ATES realizadas nos assentamentos estudados ocorreram no âmbito das dimensões preconizadas no Programa, e por esta razão, as variáveis trabalhadas na presente pesquisa, contemplaram as questões produtiva, social e ambiental, a fim de atender aos objetivos propostos.

A abordagem sobre o Programa ATES, quando da sua implementação no Brasil, e em Rondônia, recapitula a operacionalização dos serviços de extensão rural e remete aos questionamentos apresentados sobre o aspecto da descentralização da prestação de serviços, e portanto, das atribuições e competências de cada instância governamental.

A análise do Programa ATES em Rondônia, que atendeu ao primeiro objetivo específico do presente estudo, demonstra que as ações propostas de realização das atividades no âmbito das dimensões produtiva, social e ambiental ocorreram nos assentamentos com certa desenvoltura, embora tenham ocorrido alguns entraves que foram pertinentes à fase inicial de execução.

As principais ações desenvolvidas nos assentamentos apresentaram coerência com a identificação produtiva, quando se observa a assessoria prestada no tocante ao preparo e plantio de culturas, inclusive voltada para a diversificação, pois o cultivo de culturas perenes e anuais foram encontradas nos assentamentos foco da pesquisa.

A participação de assentados no processo de organização dos assentamentos e nas atividades culturais foram melhor observadas nos PA's Martim Pescador e Primavera. As ações no âmbito da dimensão social foram realizadas principalmente em nível de

orientação e conscientização sobre o associativismo. As ações com a realização de métodos participativos foram freqüentes no assentamento Martim Pescador. Ao contrário do que foi observado nesses dois assentamentos, no PA Antônio Pereira Nery, as ações foram mínimas nas questões sociais e ambientais. Essa constatação, pode ser atribuída também, em função da deficiente composição das equipes técnicas. A ausência de profissionais em alguns núcleos, principalmente da área social, de certa maneira limitou a realização de ações de fortalecimento do processo de organização no assentamento, e assessoria no tocante à saúde preventiva das famílias.

Os beneficiários do PA Martim Pescador, representaram os que menos realizaram práticas de preservação ambiental das unidades familiares e as ações desenvolvidas no âmbito dessa dimensão, podem ser consideradas limitadas nos três assentamentos estudados, diante da complexidade e da exigência que se apresenta a fim de obtenção de resultados.

A identificação e análise das ações realizadas nos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera, bem como a comparação dessas ações executados nos PA's e realizadas no âmbito das dimensões social, ambiental e produtiva atenderam ao segundo e terceiro objetivo específico proposto na pesquisa e traduziram as principais atividades realizadas nos assentamentos de reforma agrária estudados.

As ações realizadas em 2005 e 2006 foram idênticas, no sentido de que estiveram concentradas em orientações, acompanhamento, esclarecimentos nas questões produtivas, sociais e ambientais. São ações consideradas básicas, que fazem parte do processo inicial de sensibilização e conscientização das famílias assentadas. Dessa forma, entende-se que tais ações são importantes e necessárias, diante do contexto apresentado, já que o Programa, como uma política pública destinada às famílias assentadas estava em fase de implementação, e portanto, de discussão ainda, na busca de alternativas para a melhor execução.

No ano de 2007, período em que foi estabelecido o segundo convênio no Estado de Rondônia, a execução das ações foram favorecidas com uma melhor estruturação das atividades por dimensão, e com isso, foi possível atenuar o descompasso que havia na execução das ações quando da prevalência da dimensão produtiva. Entretanto, as atividades na área produtiva continuaram ocorrendo em maior proporção, em contrapartida, as atividades realizadas nas dimensões social e ambiental foram mais

pontuais, estiveram melhor planejadas e apresentaram uma concordância lógica de execução, favorecendo assim os resultados nos assentamentos estudados.

As ações realizadas nos projetos de assentamento estudados, nas questões produtivas, sociais e ambientais contemplaram praticamente todas as variáveis trabalhadas nesta pesquisa e essa consideração encaminha para a conclusão de que as ações de ATES foram significativas para atender às demandas dos assentamentos e com isso, contribuiu também em um segundo momento, no planejamento e execução de ações articuladas no âmbito das dimensões preconizadas pelo Programa.

Os resultados das muitas ações realizadas na perspectiva das dimensões que sustentam a atuação do ATES nos assentamentos ocorrem no mínimo a médio prazo e também por isso, é fator importante que a atuação do Programa ATES ou qualquer política pública destinada às famílias assentadas, seja permanente e contínua a fim de garantir todas as etapas necessárias para o desempenho, como o planejamento, execução e monitoramento das ações realizadas nas unidades familiares.

As discussões sobre a contribuição dessa política pública para as famílias assentadas em Rondônia não se encerram com o atendimento aos objetivos propostos na presente pesquisa. A iniciativa de estudar aspectos relacionados a execução de ações do Programa ATES nas unidades familiares, representa o ponto de partida para investigar sob outras perspectivas, as potencialidades e limitações que as ações de ATES por ventura venha apresentar, a fim de contribuir para o reordenamento e estruturação dessa política e indicativos de políticas públicas de extensão rural, voltadas para a agricultura familiar e assentamentos de reforma agrária.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992, 275 p.

ABRAMOVAY, R. e VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Texto para discussão, n 641, Brasília: FIPE/IPEA, 1999.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

ARROYO, M.G; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social no campo**. MST/UNB, Brasília, 1999.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1996. 87 p.

BIACHINI, Valter. **Políticas Diferenciadas para a Agricultura Familiar: em busca do Desenvolvimento Rural Sustentável**. 2004.

BRAGA, Marcelo José; LÍRIO, Viviani Silva. **Administração Estratégica do Agronegócio**. MBA Agronegócio. Pós-Graduação “Latu Sensu” em Gestão do Agronegócio – Departamento de Economia, Universidade Federal de Viçosa-MG, 2003.

BRASIL. **Manual operacional da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES)**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária. Brasília - DF: agosto, 2004.

_____. **Perfil da prestação de serviços de ATES**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária. Brasília - DF: agosto, 2004.

_____. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão final: 25/05/2004**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília - DF: maio, 2004.

_____. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Diagnóstico do Cooperativismo e Associativismo na Agricultura Familiar**. Brasília: MDA, 2005.

_____. **Manual da Política Agrícola para a Reforma Agrária**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2006.

_____. **Informações gerais sobre os Projetos Criados**. INCRA/SR-17. Porto Velho – RO, 2007.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social. Bolsa Família. 2008. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e/>. Acesso em: 25/03/08.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, RS, v.1, n. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000.

_____. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 24p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

BROSE, Markus. (org.) **Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto; RAMOS, Ladjane de Fátima. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. 28p. Brasília, 2006.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER. J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia como matriz disciplinar para um novo paradigma de desenvolvimento rural**. 2006. 24 p. Disponível em:<www.pronaf.gov.br/dater>. Acesso em: 15/09/2007.

CAVALCANTI, Clovis. **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**, 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CHAYANOV, A.V. La organización de la unidad económica campesina. B. Aires, Nueva Vision, 1974. 339 p.

CIPRANDI, O. **Implicação da Cooperação na Pequena Produção**. PTA/FASE. 1989.

COOPER, Donald R; SCHINDLER, Pámela S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COSTA, Newton de Lucena. Alternativas agroflorestais para os sistemas de produção agrícola e pecuário de Rondônia. EMBRAPA/Amapá, 2005. Disponível em: http://vinculando.org/brasil/full/alternativas_agroflorestais.html. Acesso em: 14/04/08.

DATALUTA/NERA – Núcleo de estudos, pesquisa e projetos de reforma agrária. DATALUTA: **Banco de dados da luta pela terra**. Presidente prudente. UNESP. 2000. Série Estudos, n.3, 2001. 86p.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: UNICAMP-Ícone, 1985.

DIAS, Marcelo Miná. **Extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “serviço de ATES”**. Caderno de Ciência & Tecnologia. Brasília, v. 21, n. 3, set/dez, 2004.

EMATER. **Relatório das Ações dos serviços de ATES**. Atividades desenvolvidas Convênio nº 3.000/04. EMATER-RO: Porto Velho-RO, 2005.

_____. **Relatórios mensais de atividades de ATES do Projeto de Assentamento Antônio Pereira Nery**. EMATER-RO: Vale do Paraíso -RO, 2005.

_____. **Relatórios mensais de atividades de ATES do Projeto de Assentamento Antônio Pereira Nery**. EMATER-RO: Vale do Paraíso -RO, 2006.

_____. **Relatório das Ações dos serviços de ATES**. Atividades desenvolvidas Convênio nº 3.000/04. EMATER-RO: Porto Velho-RO, 2006.

_____. **Relatórios mensais de atividades de ATES do Projeto de Assentamento Antônio Pereira Nery**. EMATER-RO: Vale do Paraíso -RO, 2007.

_____. **Relatórios mensais de atividades de ATES do Projeto de Assentamento Martim Pescador**. EMATER-RO: Urupá/Alvorada D'Oeste-RO, 2005.

_____. **Relatórios mensais de atividades de ATES do Projeto de Assentamento Martim Pescador**. EMATER-RO: Urupá/Alvorada D'Oeste-RO, 2006.

_____. **Relatórios mensais de atividades de ATES do Projeto de Assentamento Martim Pescador**. EMATER-RO: Urupá/Alvorada D'Oeste-RO, 2007.

_____. **Relatórios mensais de atividades de ATES do Projeto de Assentamento Primavera**. EMATER-RO: Vale do Paraíso -RO, 2005.

_____. **Relatórios mensais de atividades de ATES do Projeto de Assentamento Primavera**. EMATER-RO: Vale do Paraíso -RO, 2006.

_____. **Relatórios mensais de atividades de ATES do Projeto de Assentamento Primavera**. EMATER-RO: Vale do Paraíso -RO, 2007.

FAO/INCRA **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. Coleção Questões da nossa época, v. 92. São Paulo: Cortez, 2001.

FERRANTE, V.L.S.B. et al. **Assentamentos Rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida**. Retratos de Assentamentos. Ano I, Nº 1, Nupedor, Unesp, Araraquara, 1994, p. 75-148.

FIGUEIREDO, Raul Batista. **Políticas Fundiárias para uma região de fronteira amazônica**: Elementos econômicos sobre a região de Marabá. In: SIMÕES, Aquiles (org.) et al. Agricultura Familiar: Métodos e experiências de Pesquisa-Desenvolvimento

FONSECA, L.A.M. **Amazônia sustentável: educação como fator de inclusão social**. Amazonas: SEPLAN-AM. 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Projetos de Pesquisa e trabalhos acadêmicos**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIOVERNARDI, Eugênio; LUNA, Lígia. **Modelo de Gerência com Indicadores: A arte de trabalhar com indicadores**. Brasília: Texto & Imagem, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Do complexo rural aos complexos agroindustriais**. In: A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

_____. A nova dinâmica da agricultura brasileira.. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

_____. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

GUANZIROLI, Carlos; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antonio M; SABBATO, Alberto Di; BITTENCOURT, Gilson. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

IANNI, Octávio. **Os anos 60: reforma agrária e questão agrária no período populista**. In: Seminário Revisão Crítica da produção sociológica voltada para a agricultura. Anais... Associação dos sociólogos de São Paulo (ASEP). Centro brasileiro de análise e planejamento. São Paulo, 1984.

INCRA. **Manual operacional da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES)**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária. Brasília - DF: agosto, 2007.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Glossário de A a Z**. Brasília: Gráfica do Incra, 1981.

JOLLIVET, Marcel. **Sociétés rurales et capitalisme**. IN: JOLLIVET, Marcel (dir.) *Lês collectivitês rurales françaises*; 2. Sociétés paysannes ou lutte de classes au village. Paris, Armand Colin, 1974. p. 230-269.

KAGEYAMA, Ângela *et al.* **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. In: DELGADO, Guilherme Costa et al. (org.) Agricultura e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, 1990.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Porto: Portucalense, 1972. p.117-185.

KITAMURA, P. C. **Agricultura e desenvolvimento sustentável: uma agenda para discussão**. Ciência e ambiente, v. 4, n. 6, p. 37-49, jan./jun. 1993.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

LAMARCHE, H. **Agricultura familiar**. Campinas; UNICAMP, 1993. 336p.

_____. **Agricultura familiar do mito a realidade**. Campinas; UNICAMP, 1998,348p.

LANNON, C. de **A Tecnologia e os Grupos Agrícolas de Exploração Comum**. UFRGS. Porto Alegre, 1987.

LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate. In: Assentamentos Rurais - Mudança Social e Dinâmica Regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (org.). Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate. In: Assentamentos Rurais - Mudança Social e Dinâmica Regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MENDRAS, Henri. **Sociétés paysannes**. Paris, A.Colin, 1976. 236 p.

MORIN, E. **O Método II**. A vida da vida. Lisboa: Publicações Europa-América, 1980.

MOURA, M.M. **Um ofício subalterno** in: camponeses. São Paulo: Ática. 1988, 94p.

OLIVEIRA, José Lopes de. **Subsídios históricos e a atuação do INCRA no Estado de Rondônia** – Colonização Oficial, Reforma Agrária e afins – Balanço de 30 anos – 1970 a 1999. Porto Velho- RO. 2005.

PAES-DE-SOUZA, Mariluce. In: RONDÔNIA. **Relatório final do Programa ATES**. Atividades desenvolvidas Convênio 1000/2007. IEPAGRO: Porto Velho-RO, 2008.

PAES-DE-SOUZA, Mariluce; SOUZA FILHO, Theophilo A. de; MÜLLER, C. A. da S.; SERRA, Nara E. M. CAMPELO, Lílian K. S. R.; FERREIRA, Euclides R. L.; AVELAR, Francinete de F. A.; BRAGA, Jorge Paulo; RIBEIRO, Raimundo J. M. **Agricultura Familiar: Assessoria Técnica, Social e Ambiental nos assentamentos em Rondônia**. Porto Velho: IEPAGRO, 2008.

PEREIRA, José Valdir. **Rondônia: de pedaço em pedaço, uma história**. Fortaleza: RDS, 2006.

PEREIRA, Sebastião Eustáquio; FIGUEIREDO, Adelaide dos Santos; LOUREIRO, Paulo R. A. **Avaliação do impacto da utilização de crédito, da educação e da escolha do canal de comercialização na horticultura: caso do núcleo rural do Distrito Federal**. Revista de Economia e Sociologia Rural. Vol. 44, no. 04 out/dez, 2006.

PERICO, Rafael Echeverri; RIBERO, María Pilar. **Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável: Visão do território na América Latina e no Caribe**. Brasília: IICA, 2005.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRIORI, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

RAGIN, Charles C. **The Comparative Method**. Berkley: University of California Press, 1987.

RONDÔNIA. **Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico e Políticas Públicas no Estado de Rondônia**, 2001.

_____. **Relatório dos Projetos de Assentamentos**. Porto Velho – RO, 2005.

_____. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Antônio Pereira Nery**. EMATER-RO: Porto Velho – RO, 2006.

_____. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Martim Pescador**. EMATER-RO: Porto Velho – RO, 2006.

_____. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Primavera**. EMATER-RO: Porto Velho – RO, 2006.

_____. **Relatório técnico da equipe de articulação**. RIOMAR: Porto Velho-RO, 2007.

_____. **Relatório final do Programa ATES**. Atividades desenvolvidas Convênio 1000/2007. IEPAGRO: Porto Velho-RO, 2008.

ROSSETTO, Miguel. **Uma Nova Realidade Fundiária para o Brasil**. Brasília. Acesso em: <http://www.mre.gov.br/CDBBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/polsoc/refagra/apresent/apresent.htm>

SANTANA, Antônio Cordeiro de. **Elementos de economia, agronegócio e desenvolvimento local**. Belém: GTZ; TUD; UFRA, 2005.

SANTO, Benedito Rosa do Espírito. **Os caminhos da agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Evoluir, 2004.

SANTOS, Carlos. **A territorialidade e a Sustentabilidade ou a Ecologia do Espaço Político**. In: R.bras Geogr., Rio Janeiro, v.57, n.4, p.23-35, out./dez.1995.

SCHMITZ, Heribert. **Assistência Técnica para a Agricultura Familiar**. In: SIMÕES, Aquiles (org.). Coleta Amazônica: Iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. Belém: Alves ed. 2003, p.61-87.

SEPÚLVEDA, Sérgio. **Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local**. Tradução de Dalton Guimarães. Brasília: IICA, 2005.

SIENA, Osmar. **Metodologia da Pesquisa Científica: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**: Porto Velho, 2007.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2005.

SILVA JÚNIOR, Luiz Honorato da. **Pobreza na População Rural Nordestina: Uma análise de suas características durante os anos noventa.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 13, N 26, P. 275-290, DEZ, 2006.

SILVEIRA, P.R. C. da, et al. **A diversidade do associativismo na região do Corede-Centro/RS e sua importância para o desenvolvimento regional.** Santa Maria: UFSM, 1998. 9P.

SILVEIRA, T. L. N. **Gestão Prática de Associações de Desenvolvimento Rural 1.** Organização de Associações. ASPTA (MÍMEMO). Rio de Janeiro, Setembro de 1992.

SIMÕES, Aquiles (Org.). **Coleta Amazônica: Iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia.** Belém: Alves, 2003.

SOTO, William Héctor Gómez. **A produção do conhecimento sobre o mundo rural no Brasil: As contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva.** Santa Cruz do Sul:EDUNISC, 2002.

SOUZA FILHO, Theophilo Alves de. **O agronegócio da fruticultura em Rondônia: os arranjos produtivos locais e custos de transação.** Tese de Doutorado, UFPA. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2004.

TURRA, F.R.; SANTOS, F.E.G. **Associativismo: organização social para o turismo rural.** SESCOOP:Brasília, 2002. 44P.

VEIGA, J. E. **O Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: Editora da USP; HUCITEC, 1991. 219p. (Estudos Rurais, 11).

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

APÊNDICE A – Planilha de sistematização das informações dos assentamentos Antônio Pereira Nery, Martim Pescador e Primavera.

